

PLANO ESTRATÉGICO DA PAC 2023-2027

ANÁLISE SWOT

E

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

VERSÃO: NOVEMBRO DE 2020

ÍNDICE

I	INTRODUÇÃO	3
II	REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS – MATRIZ SWOT PARA A ÁREA DE REFERÊNCIA.....	4
II1	ANÁLISE DE CONTEXTO	5
II11	INDICADORES DE CONTEXTO	5
II2	ANÁLISE DE CONTEXTO	10
III	MATRIZ DE NECESSIDADES E LIGAÇÃO AOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	80

DRAFT

I INTRODUÇÃO

O contexto deste documento é enquadrado na proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho COM(2018) 392 final sobre Plano Estratégico da PAC (PEPAC), complementado por documentos de orientação e algumas análises sobre o próximo período de programação.

As indicações comunitárias colocam grande ênfase na utilização correta do instrumento de análise SWOT (Anexo II da proposta de regulamento do Plano Estratégico da PAC referida no nº 2, alínea b., do artigo 95º).

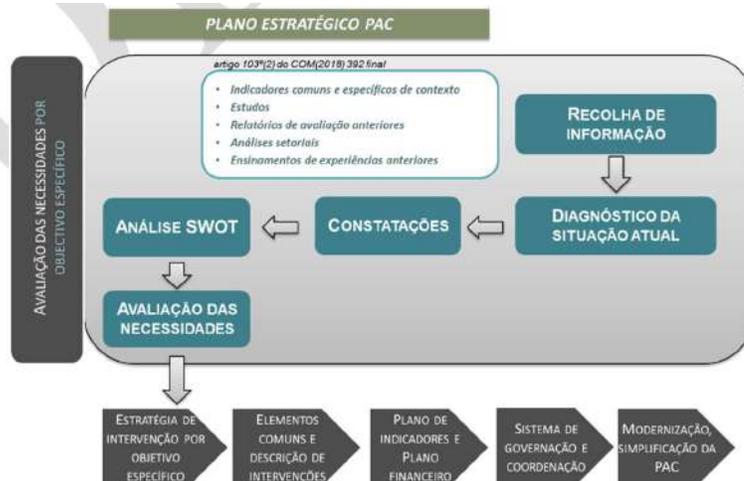
A análise SWOT baseia-se na situação atual da área abrangida pelo Plano e inclui, para cada objetivo (geral, transversal e específico), uma descrição geral e abrangente da situação coerente e prospetiva da área, com base em **indicadores comuns de contexto** e outras informações quantitativas e qualitativas atualizadas, tais como estudos, relatórios de avaliação do período de programação anterior, informações administrativas, análises sectoriais e lições aprendidas de experiências anteriores.

Assim, para cada objetivo deverá ser destacado:

- Quais os pontos fortes identificados na área abrangida pelo Plano;
- Quais os pontos fracos identificados na área abrangida pelo Plano;
- Quais as oportunidades identificadas na área abrangida pelo Plano;
- Quais as ameaças identificadas na área abrangida pelo Plano;
- Se aplicável, uma análise dos aspetos territoriais destacando os territórios sobre os quais as intervenções estão especificamente focadas;
- Se aplicável, uma análise dos aspetos sectoriais, em particular para os sectores abrangidos por intervenções específicas e/ou programas sectoriais.

Este documento fornece orientações metodológicas em estrita conformidade com as interpretações fornecidas pela Comissão Europeia sobre o caminho lógico a seguir na elaboração do PEPAC (ver Figura 1)

FIGURA 1: PROCESSO METODOLÓGICO PEPAC



Fonte: GPP, a partir da Proposta da Comissão para a PAC pós-2020

II REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS – MATRIZ SWOT PARA A ÁREA DE REFERÊNCIA

A utilização da matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) - que foi criada nos anos sessenta tornou-se uma técnica generalizada também para o diagnóstico e avaliação territorial de Programas devido à sua metodologia, capaz de destacar os principais fatores, tanto internos como externos ao contexto de referência.

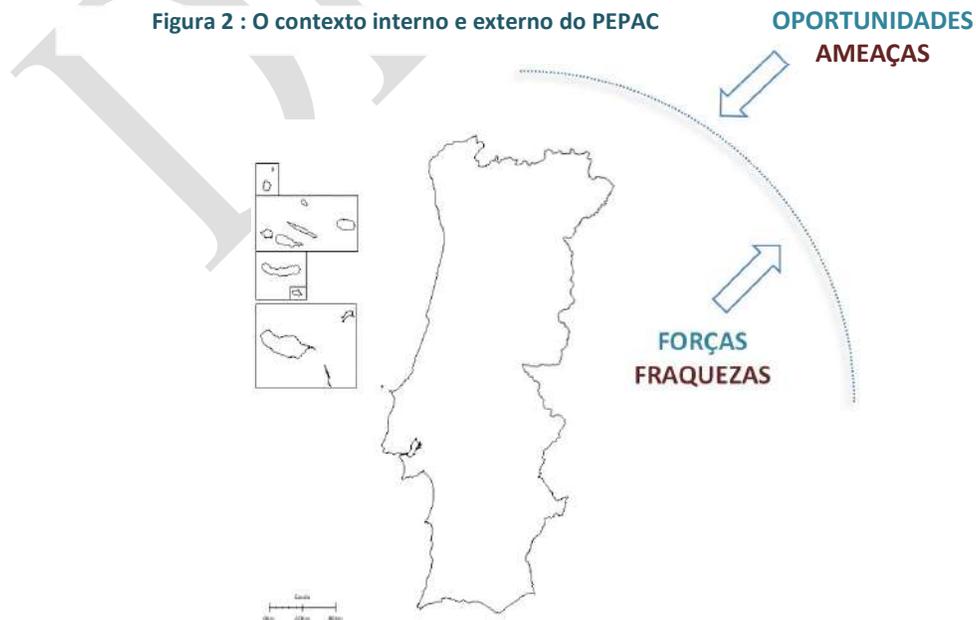
A análise dos pontos fortes e fracos (contexto interno) e das oportunidades e ameaças (contexto externo) do cenário regional são pré-requisitos essenciais para a definição das necessidades (avaliação das necessidades), sobre as quais as intervenções promovidas pelo Plano Estratégico serão capazes de implementar os seus efeitos. Neste sentido, a clareza, consistência e exaustividade da análise SWOT, suportada em cada diagnóstico, juntamente com a identificação das necessidades, é o primeiro elemento que caracteriza o processo de construção do Plano Estratégico da PAC.

Na figura abaixo é exemplificado o esquema lógico de análise: a área interna corresponde ao contexto interno (ou contexto territorial), com os seus pontos fortes e fracos que se influenciam mutuamente; a área externa corresponde ao contexto externo, com as suas oportunidades e ameaças, que podem afetar tanto os pontos fortes como os fracos do contexto interno.

A análise SWOT permite estudar qualquer tópico, e pode adotar diferentes formas de aprofundar, abordando ou afastando o intuito. Além disso, é importante poder distinguir entre o contexto externo e interno - por exemplo, entre pontos fracos (internas) e ameaças (externas) - para melhor identificar as necessidades.

Ao definir o Plano Estratégico da PAC 2021-2027, será necessário, portanto, concentrar-se nos elementos do contexto interno, tendo em conta as oportunidades e ameaças do contexto externo.

Figura 2 : O contexto interno e externo do PEPAC



II1 ANÁLISE DE CONTEXTO

A análise do contexto do PEPAC diz respeito à descrição qualitativa e quantitativa das variáveis e tendências socioeconómicas e ambientais que caracterizam os territórios nos quais o Plano irá intervir. Fornece os elementos em que se baseará a análise SWOT e de necessidades, pelo que deve ser abordada com uma abordagem global, destinada a captar todos os elementos relevantes para a definição da lógica de intervenção do PEPAC e que podem ter alguma influência direta e indireta na sua implementação.

II11 INDICADORES DE CONTEXTO

Na sua redação inicial do regulamento sobre os planos estratégicos da futura PAC, a Comissão Europeia (COM) salienta que o processo de programação deve ser caracterizado pelas exigências de uma conceção orientada para os resultados, baseada na determinação e aplicação de indicadores sólidos, mensuráveis e fiáveis (Comissão Europeia, 2017)

Artigo 103 da proposta de Regulamento PEPAC

A análise SWOT basear-se-á na situação atual da área abrangida pelo plano estratégico da PAC e incluirá, para cada objetivo específico referido no nº 1 do artigo 6º, uma descrição geral e completa da situação atual da área abrangida pelo plano estratégico da PAC, com base em indicadores de contexto comuns e outras informações quantitativas e qualitativas atualizados, tais como estudos, relatórios de avaliação anteriores, análises sectoriais e lições aprendidas com a experiência anterior.

Na construção da teoria de um plano ¹ torna-se fundamental dar e garantir validade às análises de contexto, à análise SWOT e às necessidades, que são a sua base, a fim de assegurar a melhor adesão aos territórios de referência e às suas reais necessidades de mudança.

A utilização de indicadores de contexto comuns ou específicos é importante para destacar e medir os aspetos que mais caracterizam os territórios, estabelecendo também a base de comparação para futuros processos de avaliação. Por outras palavras, a disponibilidade de dados e informações fiáveis é crucial para dar aos processos analíticos a exaustividade e consistência necessárias para melhor definir as áreas de intervenção e estimar a mudança que se pretende alcançar.

De modo análogo a processos de programação, as indicações para o período pós-2020 propõem um conjunto de indicadores de contexto comuns que representam o estado da situação social, económica e ambiental do território nacional.

O diagnóstico na base do PEPAC deverá basear-se na recolha e subsequente atualização de informação quantitativa e qualitativa, de modo a representar as variáveis socio-económicas, sectoriais e ambientais mais relevantes (COM, 2018).

Além disso, o novo modelo de monitorização e avaliação da eficácia da implementação também utilizará indicadores comuns, entre os quais os indicadores de contexto que permanecem

¹ As diferentes funções de cada etapa analítica no processo de diagnóstico de um programa permanecem bem conhecidas: descrição completa da situação dos territórios de referência (análise do contexto), organização das variáveis de contexto numa chave dinâmica (análise SWOT) e leitura programática dos objetivos e necessidades (análise das necessidades).

centrais, uma vez que refletem as tendências gerais e mais relevantes da economia, ambiente e sociedade que podem afetar a eficácia da implementação ².

A proposta regulamentar indica uma bateria de quase 50 indicadores de contexto (em comparação com 45 na programação atual) e a maioria deles servem também como indicadores de impacto.

A proposta de regulamento PEPAC salienta no seu artigo 129º que a informação de base aos diagnósticos deve também ser derivada de fontes existentes (incluindo a Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas - RICA).

Lista *draft* dos Indicadores comuns de contexto e de impacto (PMEF) no âmbito do PEPAC

Temática	Cód. Indicador Impacto	Descrição	Cód. CMEF (atual)	Cód. PMEF (PEPAC)	Descrição
População			C01	C01	População residente
			C04	C02	Densidade populacional
			C02	C03	Estrutura etária da população residente
Território			C03	C04	Superfície do território
			C31	C05	Ocupação do solo
Mercado laboral	I22	Taxa de emprego em zonas rurais	C05	C06	Taxa de emprego
			C07	C07	Taxa de desemprego
			C11 e C13	C08	Emprego
Economia	I23	PIB <i>per capita</i> em zonas rurais	C08	C09	PIB <i>per capita</i>
	I25	Taxa de risco de pobreza em zonas rurais	C09	C10	Taxa de risco de pobreza
	I8	Peso da agricultura no VAB da cadeia de valor agroalimentar	C10 e R03_PI	C11	VAB
Explorações e produtores agrícolas			C17	C12	Explorações agrícolas
			C22	C13	Mão-de-obra agrícola
			C23	C14	Estrutura etária dos produtores agrícolas
			C24	C15	Formação agrícola dos produtores agrícolas
	I21	Novos agricultores		C16	Novos agricultores

² A Comissão adotará atos de execução sobre o conteúdo do quadro para uma aplicação eficaz. Estes atos incluem a lista de indicadores de contexto (Artigo 120 da proposta de Regulamento PEPAC).

Temática	Cód. Indicador Impacto	Descrição	Cód. CMEF (atual)	Cód. PMEF (PEPAC)	Descrição
Superfície agrícola			C18	C17	Superfície agrícola utilizada
			C20	C18	Superfície irrigável
			C34	C19	Superfície em Natura 2000
			C32	C20	Zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras condicionantes específicas
	I20	SAU abrangida por elementos da paisagem		C21	SAU abrangida por elementos da paisagem
Produção animal			C21	C22	Cabeças normais
				C23	Densidade animal
Rendimento agrícola	I3	Rendimento dos fatores na agricultura	C25	C24	Rendimento dos fatores na agricultura
	I2	Rendimento empresarial agrícola (incluindo a remuneração dos assalariados) por UTA	C26	C25	Rendimento empresarial agrícola
		Rendimento dos fatores (incluindo salários e despesas com a segurança social) por UTA total			
		Rendimento dos fatores (excluindo custos de oportunidade dos fatores de produção próprios - terra e capital) por UTA familiar			
	I4	Evolução do nível de rendimento agrícola por setores (comparado com a média na agricultura)		C26	VAL agrícola
	I5	Evolução do rendimento agrícola em zona com condicionantes naturais (comparado com a média)			
			C28	C27	FBCF na agricultura
Produtividade agrícola	I6	Produtividade total dos fatores na agricultura	C27	C28	Produtividade total dos fatores na agricultura
			C14, C15 e C16	C29	Produtividade do trabalho na agricultura
					Produtividade do trabalho na silvicultura
		Produtividade do trabalho nas IABT			
Comércio internacional agrícola	I7	Comércio internacional agroalimentar	I6	C30	Comércio internacional agroalimentar
Outras atividades			C30	C31	Infraestruturas turísticas
Práticas agrícolas			C19	C32	SAU em agricultura biológica
			C33	C33	Intensificação da produção agrícola
	I28	Valor da Produção no âmbito dos Regimes de Qualidade UE	R09_PI	C34	Valor da Produção no âmbito dos Regimes de Qualidade UE

Temática	Cód. Indicador Impacto	Descrição	Cód. CMEF (atual)	Cód. PMEF (PEPAC)	Descrição
Biodiversidade	I18	Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas	C35	C35	Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas
	I19	Espécies e Habitats de Interesse Comunitário relacionados com a Agricultura com Tendências Estáveis e Ascendentes		C36	Espécies e Habitats de Interesse Comunitário relacionados com a Agricultura com Tendências Estáveis e Ascendentes
Água	I17	Utilização da água pela agricultura		C37	Utilização da água pela agricultura
	I15	Balanço bruto do azoto	C40	C38	Qualidade da água
		Balanço bruto do fósforo			
I16	Nitratos em águas subterrâneas				
Solo	I11	Matéria orgânica na terra arável	C41	C39	Matéria orgânica na terra arável
	I13	Erosão hídrica do solo	C42	C40	Erosão hídrica do solo
Energia	I12	Produção de energia renovável a partir da agricultura e silvicultura	C43	C41	Produção de energia renovável a partir da agricultura e silvicultura
			C44	C42	Consumo de energia pela agricultura, silvicultura e indústria alimentar
Clima	I10	Emissões de GEE pela agricultura	C45	C43	Emissões de GEE pela agricultura
	I9	Índice de Resiliência das Explorações Agrícolas, Adaptação potencial às Alterações Climáticas		C44	Índice de Resiliência das Explorações Agrícolas, Adaptação potencial às Alterações Climáticas
				C45	Perdas Agrícolas diretas atribuídas a Catástrofes
Ar	I14	Emissões de amónia pela agricultura	C45	C46	Emissões de amónia pela agricultura
Saúde	I26	Vendas de antibióticos destinados à produção animal		C47	Vendas de antibióticos destinados à produção animal
	I27	Risco e Impacto dos Pesticidas		C48	Risco e Impacto dos Pesticidas
Modernização	I.1	Peso do orçamento da PAC destinado à partilha de conhecimento e inovação			Peso do orçamento da PAC destinado à partilha de conhecimento e inovação
Equidade	I.24	Distribuição do apoio da PAC			Distribuição do apoio da PAC

Fonte: GPP, a partir do documento da COM “Draft list of Context and Impact indicators for the PMEF” de 28 Novembro de 2019

A informação qualitativa pode ser recolhida diretamente (questionários ou grupos focais, por exemplo) ou a partir de estudos, literatura, relatórios sobre atividades de avaliação anteriores e análises sectoriais. A análise qualitativa do contexto, de facto, é sempre útil para integrar e motivar a evidência da análise quantitativa relativa, por exemplo, aos aspetos relacionais entre atores locais (empresas, investigação e consultoria; Grupos de Ação Local e desenvolvimento local; organizações profissionais); dinâmicas territoriais (por exemplo, no dualismo urbano-rural); aspetos relacionados com o capital humano local (comportamento, expectativas, competências).

Embora o objetivo continue, contudo, a ser evitar a criação de encargos adicionais para os Estados-Membros, existem várias críticas aos indicadores-quadro propostos para a futura PAC e à sua operacionalidade. Desde as primeiras observações, existem alguns problemas, que já estão presentes na bateria de indicadores atualmente em uso, tais como a disponibilidade real dos dados e as limitações dos detalhes territoriais ou da frequência de recolha.

Para PT continua a ser evidente a dificuldade de construir um conjunto fiável e completo de indicadores a nível para fornecer uma leitura adequada dos territórios, como solicitado pelos serviços da Comissão Europeia.

A utilização de indicadores comuns é obrigatória na análise do contexto e SWOT do futuro plano estratégico, também com vista à comparabilidade entre EM. Para eles, a COM forneceu um documento de trabalho contendo, sob a forma de fichas, as principais indicações para a descrição e quantificação dos dados ³.

Campos da ficha de Indicadores

Nome do indicador	<i>Título do indicador utilizado nos documentos de Orientação e Regulamentos de execução da COM</i>
Definição	<i>Definição concisa do conceito, com referência à disponibilidade do indicador, e.g. indicador agroambiental (AEI), indicador Eurostat. Se apropriado, incluir a metodologia/fórmula para o cálculo do indicador.</i>
Unidade de medida	<i>Unidade de medida utilizada (e.g. ha, toneladas, €, %)</i>
Fonte de informação	<i>Identificação das fontes de informação existentes (e.g. EUROSTAT identificando o conjunto de dados relevantes, RICA, AEA)</i>
Referência/localização da informação	<i>Links (outras referências) às fontes de informação (e.g. especificar a localização das tabelas no EUROSTAT, FAO, Banco Mundial) definições dos indicadores agroambientais, indicadores definidos em regulamento.</i>
Recolha dos dados / Nível de disseminação	<i>Identificação do nível geográfico dos dados e a que nível deverá o indicador ser calculado</i>
Frequência	<i>Frequência de recolha dos dados e de cálculo do indicador</i>
Momento	<i>Última data de atualização da informação e data da próxima atualização da informação</i>
Comentários / Lacunas	<i>Comentários relativos à interpretação do indicador para efeitos de monitorização e avaliação e respetivas lacunas, se apropriado.</i>

Fonte: GPP, a partir do documento da COM “Draft list of Context and Impact indicators for the PMEF” de 28 Novembro de 2019

No entanto, estes indicadores devem ser considerados como informação mínima para análise do contexto, a ser complementada por indicadores específicos do programa. Estes últimos são fundamentais para caracterizar melhor e mais pontualmente os sistemas de referência territorial da futura PAC em PT em relação, por exemplo, a escolhas de zonas específicas, também através da utilização de sistemas de informação territorial específicos.

³ https://agridata.ec.europa.eu/extensions/DataPortal/cmef_indicators.html

Se os dados necessários para o cálculo de um determinado indicador comum não estiverem disponíveis, a COM sugere a utilização provisória de um indicador *proxy* ou de substituição na programação passada. Não representa, portanto, uma alternativa aos indicadores comuns, mas uma solução transitória e é definida com base na unidade de medida do respetivo indicador comum, pode referir-se a fontes diferentes das previstas para este último e deve basear-se numa metodologia de cálculo apropriada.

A construção de um conjunto inicial correto de informação de contexto é a principal ferramenta, a base conceptual, para assegurar que a leitura de contexto e a esquematização nas matrizes SWOT sejam bem fundamentadas em termos de quantificação, completude e fiabilidade e esta atividade requer, portanto, atenção e disponibilidade de recursos adequados aos desafios a enfrentar.

II2 ANÁLISE DE CONTEXTO

Como técnica de análise bastante flexível, a SWOT também tem sido bastante bem sucedida na programação comunitária e, na programação do desenvolvimento rural, os PDR propuseram matrizes SWOT para identificar necessidades, objetivos gerais e específicos e, mais especificamente, a estratégia prosseguida pelo Programa.

A análise SWOT (figura abaixo), de acordo com uma interpretação bem estabelecida, permite destacar os pontos fortes e fracos de um sistema, ou seja, os seus próprios fatores endógenos que podem ser modificados graças às intervenções propostas, bem como as oportunidades e ameaças, ou seja, os fatores externos que derivam do contexto e que, pelo menos a curto prazo, não podem ser facilmente modificados. Estes últimos, no entanto, devem ser tidos em conta de forma adequada a fim de otimizar a prossecução dos objetivos previstos.



Ligação indicativa entre os Indicadores comuns de contexto e de impacto (PMEF) e os objetivos específicos e transversal do PEPAC

Temática	Cód. Indicador Impacto	Descrição	Cód. CMEF (atual)	Cód. PMEF (PEPAC)	Descrição	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
População			C01	C01	População residente										
			C04	C02	Densidade populacional										
			C02	C03	Estrutura etária da população residente										
Território			C03	C04	Superfície do território										
			C31	C05	Ocupação do solo										
Mercado laboral	I22	Taxa de emprego em zonas rurais	C05	C06	Taxa de emprego										
			C07	C07	Taxa de desemprego										
			C11 e C13	C08	Emprego										
Economia	I23	PIB per capita em zonas rurais	C08	C09	PIB per capita										
	I25	Taxa de risco de pobreza em zonas rurais	C09	C10	Taxa de risco de pobreza										
	I8	Peso da agricultura no VAB da cadeia de valor agroalimentar	C10 e R03_PI	C11	VAB										
Explorações e produtores agrícolas			C17	C12	Explorações agrícolas										
			C22	C13	Mão-de-obra agrícola										
			C23	C14	Estrutura etária dos produtores agrícolas										
			C24	C15	Formação agrícola dos produtores agrícolas										
	I21	Novos agricultores		C16	Novos agricultores										
Superfície agrícola			C18	C17	Superfície agrícola utilizada										
			C20	C18	Superfície irrigável										
			C34	C19	Superfície em Natura 2000										
			C32	C20	Zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras condicionantes específicas										
	I20	SAU abrangida por elementos da paisagem		C21	SAU abrangida por elementos da paisagem										
Produção animal			C21	C22	Cabeças normais										
				C23	Densidade animal										

Temática	Cód. Indicador Impacto	Descrição	Cód. CMEF (atual)	Cód. PMEF (PEPAC)	Descrição	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT	
Rendimento agrícola	13	Rendimento dos fatores na agricultura	C25	C24	Rendimento dos fatores na agricultura	i										
	12	Rendimento empresarial agrícola (incluindo a remuneração dos assalariados) por UTA	C26	C25	Rendimento empresarial agrícola											
		Rendimento dos fatores (incluindo salários e despesas com a segurança social) por UTA total				i										
		Rendimento dos fatores (excluindo custos de oportunidade dos fatores de produção próprios - terra e capital) por UTA familiar														
	14	Evolução do nível de rendimento agrícola por setores (comparado com a média na agricultura)		C26	VAL agrícola	i										
15	Evolução do rendimento agrícola em zona com condicionantes naturais (comparado com a média)				i											
			C28	C27	FBCF na agricultura		i									
Produtividade agrícola	16	Produtividade total dos fatores na agricultura	C27	C28	Produtividade total dos fatores na agricultura		i									
			C14, C15 e C16	C29	Produtividade do trabalho na agricultura		i									
					Produtividade do trabalho na silvicultura		i									
					Produtividade do trabalho nas IABT		i									
Comércio internacional agrícola	17	Comércio internacional agroalimentar	I6	C30	Comércio internacional agroalimentar		i									
Outras atividades			C30	C31	Infraestruturas turísticas								i			
Práticas agrícolas			C19	C32	SAU em agricultura biológica										i	
			C33	C33	Intensificação da produção agrícola										i	
	I28	Valor da Produção no âmbito dos Regimes de Qualidade UE	R09_PI	C34	Valor da Produção no âmbito dos Regimes de Qualidade UE										i	
Biodiversidade	I18	Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas	C35	C35	Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas						i					
	I19	Espécies e Habitats de Interesse Comunitário relacionados com a Agricultura com Tendências Estáveis e Ascendentes		C36	Espécies e Habitats de Interesse Comunitário relacionados com a Agricultura com Tendências Estáveis e Ascendentes						i					
Água	I17	Utilização da água pela agricultura		C37	Utilização da água pela agricultura						i					
	I15	Balanço bruto do azoto	C40	C38	Qualidade da água						i					

Temática	Cód. Indicador Impacto	Descrição	Cód. CMEF (atual)	Cód. PMEF (PEPAC)	Descrição	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
		Balanço bruto do fósforo													
	I16	Nitratos em águas subterrâneas													
Solo	I11	Matéria orgânica na terra arável	C41	C39	Matéria orgânica na terra arável										
	I13	Erosão hídrica do solo	C42	C40	Erosão hídrica do solo										
Energia	I12	Produção de energia renovável a partir da agricultura e silvicultura	C43	C41	Produção de energia renovável a partir da agricultura e silvicultura										
			C44	C42	Consumo de energia pela agricultura, silvicultura e indústria alimentar										
Clima	I10	Emissões de GEE pela agricultura	C45	C43	Emissões de GEE pela agricultura										
	I19	Índice de Resiliência das Explorações Agrícolas, Adaptação potencial às Alterações Climáticas		C44	Índice de Resiliência das Explorações Agrícolas, Adaptação potencial às Alterações Climáticas										
				C45	Perdas Agrícolas diretas atribuídas a Catástrofes										
Ar	I14	Emissões de amónia pela agricultura	C45	C46	Emissões de amónia pela agricultura										
Saúde	I26	Vendas de antibióticos destinados à produção animal		C47	Vendas de antibióticos destinados à produção animal										
	I27	Risco e Impacto dos Pesticidas		C48	Risco e Impacto dos Pesticidas										
Modernização	I.1	Peso do orçamento da PAC destinado à partilha de conhecimento e inovação			Peso do orçamento da PAC destinado à partilha de conhecimento e inovação										
Equidade	I.24	Distribuição do apoio da PAC			Distribuição do apoio da PAC										

Fonte: GPP, a partir do documento da COM “Draft list of Context and Impact indicators for the PMEF” de 28 Novembro de 2019 (neste documento está incluída uma ligação entre os indicadores comuns de impacto e os objetivos específicos e transversal) e da “Analytical factsheet for Portugal” de setembro de 2019.

Nos quadros abaixo apresentam-se as constatações da matriz SWOT, para cada um dos objetivos específicos bem como para o Objetivo Transversal.

Cada constatação encontra-se refletiva do respetivo diagnóstico ou no diagnóstico conexo à respetiva constatação.

Matrizes SWOT

 OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Principal	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Principal	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Principal	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Principal	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Principal	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Principal	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Principal	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Principal	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Principal	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Principal	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Principal	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Principal	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Principal	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
Pontos Fracos	Principal	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Principal	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Principal	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE
	Principal	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Principal	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas

 OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fracos	Principal	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Principal	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Principal	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Principal	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Principal	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Principal	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Principal	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Principal	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Principal	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Principal	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
Oportunidades	Principal	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
	Principal	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Principal	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Principal	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Principal	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
Principal	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão ..., com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água	
Principal	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação	

 OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
Oportunidades	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Principal	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Principal	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Principal	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Principal	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Principal	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Principal	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Principal	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
Ameaças	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
	Principal	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Principal	Problemas de cibersegurança
	Principal	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade

 OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Maior capacidade de resiliência da agricultura em situações de crise
	Principal	Tendência recente de convergência do rendimento agrícola com salários médios da economia
	Principal	Crescimento do VAB agroalimentar, em volume, desde 2000
	Principal	Pagamentos diretos contribuem para a sustentabilidade do rendimento das explorações e promovem a sua estabilização
	Principal	Existência de alguns setores onde a maioria dos agricultores ou do volume de negócios apresenta rentabilidade total sem políticas de apoio ao rendimento.
	Principal	Existência de Sistemas agrícolas multifuncionais que contribuem para uma maior resiliência e estabilização do rendimento
	Principal	Tendência recente do alinhamento da evolução dos preços agrícolas idêntica à inflação
	Principal	Melhoria das produtividades do fator trabalho na agricultura associada a implementação de novas tecnologias
	Principal	Capacidade de produzir alimentos em quantidade e a preços razoáveis aos consumidores.
	Principal	Evolução positiva da taxa de cobertura agroflorestal
	Principal	Crescimento do grau de autoaprovisionamento alimentar a partir de 2011
	Principal	A oferta de produtos agrícolas nacionais tem conseguido satisfazer a procura em alguns setores, nomeadamente no azeite, no vinho, no leite e no tomate para indústria.
	Principal	Existência de Instrumentos de Gestão do Risco, nomeadamente seguros de colheita, seguros da vinha e dos frutos e hortícolas
	Principal	Diversidade técnico-produtiva dos sistemas de produção agrícola no território enquanto fator de redução do risco
	Principal	Nas zonas rurais, a taxa de desemprego é, em geral, ligeiramente mais baixa tendo registado em 2017 uma média de 7% (9% média nacional) e de 21% nos jovens (24% média nacional).
Complementar	Produtos do território de qualidade reconhecida e certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada para produtos agrícolas nacionais	

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Complementar	Produtos nos mercados de produtos biológicos, de época, regionais e nacionais nomeadamente associados à dieta mediterrânica ou a boas práticas ambientais/proteção da natureza.
	Complementar	Produtos com notoriedade própria e circuitos de comercialização estáveis nos mercados nacional e internacional (e.g. vinho, pera rocha)
	Complementar	Existência de produções adaptadas às condições edafoclimáticas, nomeadamente hortofrutícolas, vinho e azeite
	Complementar	Produção agrícola tem conseguido crescer, em volume, apesar da diminuição do trabalho agrícola, com especial ênfase na mão-de-obra agrícola familiar
	Complementar	Acréscimo da produtividade do trabalho na agricultura pelo reforço da especialização e modernização das explorações agrícolas
	Complementar	Aumento da dimensão média das explorações em resultado, nomeadamente de processos de extensificação e de modernização de explorações agrícolas
	Complementar	Elevada diversidade de sistemas de produção a nível regional a par de uma tendência para a especialização das explorações agrícolas
	Complementar	Flexibilidade na gestão da exploração pela possibilidade de substituição de custos fixos por custos variáveis
	Complementar	Capacidade de adaptação tecnológica às condições edafoclimáticas
	Complementar	Modernização do regadio sustentável reforça a competitividade e resiliência das explorações agrícolas, viabilizando mais opções culturais e de maior valor acrescentado
	Complementar	Menor rácio de crédito mal parado na agricultura
	Complementar	Consolidação da vocação exportadora do complexo agroflorestal
	Complementar	Planos de Prevenção, monitorização e de gestão de risco bem como integração nos instrumentos de planeamento a nível nacional, de Regiões Hidrográficas, Comunidades Intermunicipais e municipal das matérias relativas à adaptação às AC.
	Complementar	Existência de Agendas Temáticas de Investigação e Desenvolvimento bem como Centro Nacional de Competências específicos para o setor Agroflorestal na área das AC.
	Complementar	Estratégia Nacional de Combate à Desertificação, desde 1999, com um plano de ação nacional revisto em 2014- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000	

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Potencial produtivo agrícola nacional limitado pelas condições edafoclimáticas dominantes na maior parte do território nacional
	Principal	Áreas do interior centro e sul do país, e ao longo da fronteira com Espanha, com particular incidência no sul do Alentejo, possuem baixos níveis de acessibilidade, baixa densidade populacional e baixa especialização funcional no que se refere ao acesso a serviços.
	Principal	Existência de explorações de reduzida dimensão física e económica, e fragmentadas, com problemas de viabilidade
	Principal	Apesar da estabilização da SAU nos últimos anos, a superfície agrícola tem vindo a decrescer desde 1989, com exceção da região do Alentejo em resultado nomeadamente dos novos empreendimentos hidroagrícolas
	Principal	Rendimento da atividade agrícola em Portugal inferior à média da UE28 e economia nacional
	Principal	As zonas rurais apresentam um PIB per capita inferior à média nacional, representando, em 2016, 84% do valor médio nacional. Em geral as regiões localizadas no interior norte e centro do país apresentam um PIB per capita inferior à média
	Principal	Volatilidade dos rendimentos das explorações
	Principal	Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores e atividades locais de baixo valor acrescentado
	Principal	Redução da mão de obra familiar associado à falta de rendimento das explorações
Principal	Dependência de fontes externas de rendimento (Pluriatividade e plurirrendimento) para viabilização das explorações	

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Persistência de explorações/sistemas agrícolas de baixo rendimento/Subsistência de constrangimentos estruturais importantes (reduzida dimensão da exploração, reduzida escala e com baixo grau de organização)
	Principal	Dificuldade genérica em remunerar os fatores de produção, nomeadamente se se tomar como referência o salário médio da economia.
	Principal	Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores (baixa remuneração do trabalho na agricultura familiar no minifúndio e baixa remuneração de terra/capital nas explorações extensivas)
	Principal	Crescimento da produção agrícola tem dependido parcialmente de setores fortemente utilizadores de consumos intermédios importados
	Principal	Dificuldade da produção nacional para satisfazer a procura alimentar, nomeadamente nos setores cereais e carne de bovino
	Principal	Dificuldade de abastecimento da indústria local e regional
	Principal	Défi ce comercial agroalimentar é estrutural na economia portuguesa
	Principal	Exposição ao mercado mundial de <i>commodities</i> /Dependência da importação de matérias-primas para a alimentação do efetivo animal
	Principal	Catástrofes – Fraca capacidade de reinstalação da exploração após catástrofe natural (restabelecimento do potencial produtivo)
	Principal	Fraca adesão aos seguros de colheita
	Principal	Volatilidade dos preços: produtos e consumos intermédios
	Principal	Risco inerente à atividade agrícola e florestal maior que o resto da economia
	Principal	Existência de marcadas assimetrias na distribuição dos rendimentos e da riqueza, das mais elevadas da União Europeia, verificando-se um maior risco de pobreza nas zonas rurais 22,5% (17,3% média nacional) .
	Principal	Reduzida oferta de condições e oportunidades de vida nas regiões do interior e maior vulnerabilidade social.
	Principal	Baixa densidade das zonas rurais limitam o potencial de procura de produtos e serviços nestes territórios.
	Complementar	Apenas 15% da SAU é irrigável
	Complementar	Distribuição da precipitação anual característica dos climas mediterrânicos gera forte dependência do regadio nas culturas com desenvolvimento no período de primavera-verão.
	Complementar	Dificuldade em contratar mão-de-obra agrícola (de forma direta ou indireta) em número suficiente e especializada, sobretudo nos períodos de maior exigência em mão-de-obra (e.g. colheita e vindima) e a uma distância adequada da exploração agrícola (assimetrias regionais)
	Complementar	Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores (baixa remuneração do trabalho na agricultura familiar no minifúndio e baixa remuneração de terra/capital nas grandes explorações extensivas)
	Complementar	Dificuldade competitiva do setor agrícola para competir com os outros setores na atração da mão-de-obra (e.g. remuneração dos assalariados) e de investimento, nomeadamente nas zonas rurais

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Recurso a práticas de gestão muito reduzido, nomeadamente à contabilidade organizada / deficiente utilização de ferramentas de gestão no apoio à tomada de decisão pelos agricultores
	Complementar	Crescimento da produção agrícola tem dependido parcialmente de setores fortemente consumidores de consumos intermédios importados
	Complementar	Importância crescente dos custos com energia na estrutura de consumos intermédios
	Complementar	Crescente perda de autonomia na gestão da exploração pela dependência de produtos e serviços externos em alguns setores e territórios
	Complementar	Dificuldade de acesso à terra . Falta de informação e transparência do mercado da terra.
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Dificuldade de acesso a financiamento bancário para realização de investimentos e para suprir necessidades de fundo de maneo constituem constrangimentos à atividade agrícola
	Complementar	Os agentes económicos do setor agrícola e florestal apresentam dificuldades no acesso a financiamento e crédito
	Complementar	Alguns produtos agrícolas ainda apresentam reduzida notoriedade da imagem nos mercados externos
	Complementar	Preços ao produtor de azeite com forte dependência do mercado espanhol
	Complementar	Dependência do mercado externo para o leite de pequenos ruminantes.
	Complementar	Dificuldade para satisfazer as exigências sanitárias e fitossanitárias de alguns dos novos mercados extra-EU, através de restrições impostas por barreiras ao comércio
	Complementar	Complexidade em articular as exigências de segurança alimentar e de concorrência
	Complementar	A baixa adesão a instrumentos de gestão de risco e a fragilidade no funcionamento e articulação do sistema de deteção de pragas e doenças num contexto de crescente ocorrência de doenças e pragas emergentes, bem como de fenómenos meteorológicos e hidrológicos extremos mais severos por ação das AC conduzem a aumento dos prejuízos na agricultura e florestas.
	Complementar	Falta de sistematização e divulgação de conhecimento AC relevante em formato adequado aos agricultores. Pouca capacidade de avaliação do efeito de praticas de mitigação/adaptação às AC específicas para o setor agroflorestal. AKIS na área da a mitigação/adaptação do setor agrícola e florestal pouco desenvolvido. Problemas de articulação entre conceitos do inventário florestal e os restantes sistemas de informação.
	Complementar	Falta de integração dos cenários climáticos na cartografia de risco (c/ exceção do setor da vinha). Fragmentação e falta de cobertura do Sistema de avisos agrícola e florestal (riscos bióticos e abióticos) e falta de articulação com a informação sobre as disponibilidades de recursos hídricos e solos.
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Persistência de níveis de inflação baixos
	Principal	Convergência dos pagamentos diretos favorece o rendimento dos setores extensivos e de setores como Frutos, Hortícolas e Vinho
	Principal	Utilização de novas tecnologias com vista à redução de custos com fatores de produção e ganhos de eficiência
	Principal	Crescimento do consumo de bens alimentares
	Principal	Equilíbrio da balança Agroalimentar como objetivo Político do Governo de Portugal.
	Principal	Estratégia dos Cereais (RCM)
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.2. Gestão de risco: desenvolver modelos preditivos e elaborar cartas de risco; alargar a contratação do seguro de colheitas.

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
		<u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.1. Fundos mutualistas: criar condições institucionais para a criação de fundos mutualistas de agricultores.
	Principal	Dinamização da agricultura familiar, nomeadamente por via da implementação do Estatuto de Agricultura Familiar, confere maior capacidade de resiliência económica e coesão social e territorial
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.6. Diversificação económica: incentivar a diversidade de atividades em áreas rurais, através da combinação virtuosa da agricultura, pecuária, silvicultura e turismo, e promover a multifuncionalidade dos sistemas agrícolas e agroflorestais.
	Principal	Oportunidade de diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (e.g. turismo, produção de energia renovável, artesanato)
	Complementar	Potencial de crescimento da procura interna, nomeadamente de bens de maior valor acrescentado do complexo agro-florestal.
	Complementar	Valorização do produto nos mercados por incorporação de valor associado a boas práticas ambientais/proteção da natureza
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.6. Infraestruturas: promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).
	Complementar	Implementação do Programa Nacional de Regadios e programas do PNI2030 num contexto da preocupação crescente em matéria de gestão eficiente da água, de adaptação às alterações climáticas e de combate à desertificação (revitalização do regadio existente e aumento da área regada)
	Complementar	Maior orientação das Políticas públicas para a transição energética num contexto de elevada dependência nacional de recursos energéticos fósseis e de necessidade de redução das emissões de GEE
	Complementar	Utilização de (sub) produtos agrícolas como matérias primas.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.1. Acesso à terra: facilitar o acesso à terra, promover formas de emparcelamento, estudar e desenvolver formas inovadoras de acesso e de gestão partilhada e ou agregada.
	Complementar	Interesse e prática das instituições financeiras nacionais disponibilizarem linhas de crédito à agricultura com condições vantajosas
	Complementar	Algumas empresas agrícolas têm vindo a melhorar o indicador de autonomia financeira
	Complementar	Maior oferta de produtos financeiros aos agricultores
	Complementar	Crescimento da procura e crescimento da prestação de serviços à agricultura.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.3. Instrumentos financeiros: disponibilizar instrumentos financeiros de acesso ao capital e gestão de risco, de apoio aos pequenos agricultores e detentores do Estatuto da Agricultura Familiar e melhorar os instrumentos de apoio à renovação geracional, em especial através da PAC, com um enfoque na mobilização das mulheres para a utilização destes instrumentos e para o empreendedorismo.
	Complementar	Abertura de novos mercados e consolidação da presença dos mercados já explorados por forma a manter a dinâmica das exportações agro-alimentares
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.4. Mercados: facilitar o acesso aos mercados, nomeadamente pelo desenvolvimento de plataformas de comercialização e redes de cooperação. <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.2. Promoção nacional: criar campanhas e estratégias para a promoção do consumo agroalimentar nacional; 9.3. Promoção internacional:

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
		levantar barreiras à exportação, identificar parceiros que possam apoiar na internacionalização da agroindústria portuguesa e implementar estratégias comuns de comercialização e marketing de produtos agroalimentares e com outros setores de atividade económica (iniciativas de cross-selling e de estratégias de eficiência coletiva), apostando em novas formas de comercialização (comércio eletrónico) e na promoção digital; 9.4 Promoção internacional: assegurar o posicionamento da agricultura nacional junto dos fóruns e entidades com foco no investimento no setor agroalimentar, tendo por base uma proposta de valor distintiva de Portugal enquanto destino de IDE orientado ao setor agroalimentar e que permita reduzir falhas das cadeias de valor.
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Crescimento do consumo de bens alimentares a nível global
	Complementar	Extensão aos municípios de estratégias EMAAC e sua integração nos instrumentos de gestão territorial, que integre na avaliação do risco.
	Complementar	Criação do Portal do Clima de forma a melhorar a transferência de conhecimento da adaptação às AC e sua articulação com a futura Rede PAC.
	Complementar	" <i>Linhas orientadoras para a gestão sustentável do solo agrícola e florestal</i> " adaptação nacional do "Voluntary Guidelines for Sustainable Soil Management - FAO"
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.4. Adaptação: instalar ou reconverter para culturas com espécies e variedades, melhor adaptadas às alterações climáticas, desenvolver e adotar práticas e técnicas que reduzam a vulnerabilidade e exposição a riscos bióticos e abióticos.
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão ..., com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
		infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Menor autonomia na gestão da exploração por dependência de serviços externos
	Principal	Competição com outros sectores económicos (por fatores de produção - mão-de-obra, terra e capital)
	Principal	Evolução dos preços agrícolas abaixo do valor de inflação
	Principal	A convergência dos pagamentos diretos exerce uma pressão negativa sobre o rendimento dos setores mais intensivos (leite, arvenses de regadio, arroz, tomate para indústria)

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Risco associado ao impacto das alterações climáticas, nomeadamente em matéria de seca, ondas de calor, inundações, incêndios e pragas e doenças.
	Principal	Ausência de regime de enquadramento legal para fundos mutualistas adaptados às características do setor.
	Principal	Decréscimo acentuado do emprego ao nível dos setores primário (-30%) e secundário (-37%) em contraste com uma tendência de crescimento do emprego no setor terciário (15%), aumento que no entanto foi inferior nas zonas rurais.
	Complementar	Ausência de infraestruturas em vários territórios nomeadamente rurais (e.g. banda larga, regadio, caminhos...)
	Complementar	Os riscos climáticos poderão potenciar fenómenos limitantes da produção agrícola
	Complementar	Contexto de elevada incerteza económica e política a nível internacional (crises sociais e políticas nos mercados de destino de produtos agroalimentares)
	Complementar	Exposição às alterações climáticas, conduzindo a perdas de rendimento com o ajustamento da atividade agrícola, nomeadamente com a adoção de práticas adaptativas e mitigadoras
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia por parte das pequenas e médias explorações.
	Complementar	Exposição do setor ao exterior é muito elevado e crescente (globalização) - concorrência com países com custos de produção mais baixos
	Complementar	Volatilidade dos preços dos consumos intermédios agrícolas, nomeadamente dos preços mundiais das matérias-primas (e.g. cereais, petróleo) num contexto de dependência energética do exterior
	Complementar	Falta de cadastro rústico limita a mobilidade e o acesso à terra
	Complementar	Custos crescentes com a promoção dos produtos no mercado externo
	Complementar	Alteração dos padrões de consumo com impacto na procura de bens alimentares
	Complementar	Dificuldade na desclassificação de resíduos com vista à sua valorização enquanto sub-produtos.
	Complementar	Enquadramento legislativo em matéria de licenciamentos é associado a constrangimentos à atividade agrícola
	Complementar	Complexidade em matéria de licenciamentos, nomeadamente no âmbito de investimentos associados a regimes mais simplificados de apoio ou que assumam necessidade de atuação rápida

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Perda da atividade agrícola decorrente do despovoamento/envelhecimento populacional em zonas com grande incidência florestal aumenta o risco de grandes incêndios
	Complementar	Cenários climáticos preveem aumento dos problemas com a invasão de exóticas e das pragas e doenças no setor agrícola e florestal.
	Complementar	Cenários climáticos preveem agravamento dos fenómenos de cheias, inundações e secas.
	Complementar	Os cenários climáticos preveem uma redução dos rendimentos do setor e a deslocalização de grande parte das atividades afetando o setor agrícola (cerealicultura, horticultura, olivicultura, viticultura, fruticultura, pecuária extensiva e intensiva) e o florestal (as fileiras do pinheiro bravo e manso, do eucalipto, sobreiro, azinheira e, ainda, a caça e a pesca).
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Produtos do território de qualidade reconhecida e certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada para produtos agrícolas nacionais
	Principal	Produtos nos mercados de produtos biológicos, de época, regionais e nacionais nomeadamente associados à dieta mediterrânica ou a boas práticas ambientais/proteção da natureza.
	Principal	Produtos com notoriedade própria e circuitos de comercialização estáveis nos mercados nacional e internacional (e.g. vinho, pera rocha)
	Principal	Existência de produções adaptadas às condições edafoclimáticas, nomeadamente hortofrutícolas, vinho e azeite
	Principal	Produção agrícola tem conseguido crescer, em volume, apesar da diminuição do trabalho agrícola, com especial ênfase na mão-de-obra agrícola familiar
	Principal	Acréscimo da produtividade do trabalho na agricultura pelo reforço da especialização e modernização das explorações agrícolas
	Principal	Aumento da dimensão média das explorações em resultado, nomeadamente de processos de extensificação e de modernização de explorações agrícolas

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Elevada diversidade de sistemas de produção a nível regional a par de uma tendência para a especialização das explorações agrícolas
	Principal	Flexibilidade na gestão da exploração pela possibilidade de substituição de custos fixos por custos variáveis
	Principal	Capacidade de adaptação tecnológica às condições edafoclimáticas
	Principal	Modernização do regadio sustentável reforça a competitividade e resiliência das explorações agrícolas, viabilizando mais opções culturais e de maior valor acrescentado
	Principal	Menor rácio de crédito mal parado na agricultura
	Principal	Consolidação da vocação exportadora do complexo agroflorestal
	Complementar	Tendência global crescente do grau de organização, com alguns setores evidenciado elevado grau de organização através de OP
	Complementar	Rede ampla setorial e territorial do setor cooperativo agrícola
	Complementar	Planos de Prevenção, monitorização e de gestão de risco bem como integração nos instrumentos de planeamento a nível nacional, de Regiões Hidrográficas, Comunidades Intermunicipais e municipal das matérias relativas à adaptação às AC.
	Complementar	Existência de Agendas Temáticas de Investigação e Desenvolvimento bem como Centro Nacional de Competências específicos para o setor Agroflorestal na área das AC.
	Complementar	Estratégia Nacional de Combate à Desertificação, desde 1999, com um plano de ação nacional revisto em 2014- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
	Complementar	Capacidade do setor Agricultura, Floresta, Pesca e Agroindústria para diminuir as emissões decorrentes do uso de energia num contexto em que os setores em questão representam 2% (setor Agricultura, Floresta e Pescas) e 1,5% (setor Indústria Agroalimentar) das emissões GEE de energia.
	Complementar	Redução no consumo de energia (pico verificado em 2002 e menor consumo do período em 2014) e substituição progressiva por combustíveis menos poluentes.
	Complementar	Consolidação da tendência de diminuição do consumo e aumento da eficiência energética pela Agroindústria.
	Complementar	Índice de escassez hídrica "reduzido", embora com variações entre as bacias hidrográficas, apresentando-se as bacias RH 1 (Minho, Lima), RH3 (Douro), e RH4 (Vouga Mondego e Lis) "sem escassez".
	Complementar	Entre 2002 e 2016 redução para cerca de metade do volume de utilização de água pelo setor agrícola
	Complementar	Sistema de reconhecimento de uso eficiente da água desenvolvido no presente período de programação 2014-2020
	Complementar	Ganho de importância dos sistemas de rega mais eficientes, alguns com recurso a equipamento para monitorização da água no solo.
	Complementar	Capacidade de armazenamento das albufeiras tem sido importante em termos de regularização intra e inter anual da oferta de água sobretudo nas regiões hidrográficas do sul do país.
	Complementar	Aumento da área de regadios coletivos permite melhorar as operações de monitorização da quantidade e qualidade da água e pode criar condições para uma melhor gestão sustentável do recurso água.

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Recursos genéticos vegetais, florestais e animais autóctones de grande riqueza, com grande relevância nos sistemas agrícolas e pecuários extensivos, bem como na proteção e seleção de castas de vinha com enorme potencial de adaptação às AC.
	Complementar	Desenvolvimento de redes alimentares locais (ex; mercados de agricultores e sistemas de entrega ao domicílio)
	Complementar	A boa qualidade e imagem favorável de certos produtos associados à Dieta mediterrânica junto dos consumidores.
	Complementar	Dieta Mediterrânica reconhecida pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade, cujo padrão alimentar tem ainda adesão significativa em Portugal.
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Apenas 15% da SAU é irrigável

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Distribuição da precipitação anual característica dos climas mediterrânicos gera forte dependência do regadio nas culturas com desenvolvimento no período de primavera-verão.
	Principal	Dificuldade em contratar mão-de-obra agrícola (de forma direta ou indireta) em número suficiente e especializada, sobretudo nos períodos de maior exigência em mão-de-obra (e.g. colheita e vindima) e a uma distância adequada da exploração agrícola (assimetrias regionais)
	Principal	Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores (baixa remuneração do trabalho na agricultura familiar no minifúndio e baixa remuneração de terra/capital nas grandes explorações extensivas)
	Principal	Dificuldade competitiva do setor agrícola para competir com os outros setores na atração da mão-de-obra (e.g. remuneração dos assalariados) e de investimento, nomeadamente nas zonas rurais
	Principal	Recurso a práticas de gestão muito reduzido, nomeadamente à contabilidade organizada / deficiente utilização de ferramentas de gestão no apoio à tomada de decisão pelos agricultores
	Principal	Crescimento da produção agrícola tem dependido parcialmente de setores fortemente consumidores de consumos intermédios importados
	Principal	Importância crescente dos custos com energia na estrutura de consumos intermédios
	Principal	Crescente perda de autonomia na gestão da exploração pela dependência de produtos e serviços externos em alguns setores e territórios
	Principal	Dificuldade de acesso à terra. Falta de informação e transparência do mercado da terra.
	Principal	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Principal	Dificuldade de acesso a financiamento bancário para realização de investimentos e para suprir necessidades de fundo de maneo constituem constrangimentos à atividade agrícola
	Principal	Os agentes económicos do setor agrícola e florestal apresentam dificuldades no acesso a financiamento e crédito
	Principal	Alguns produtos agrícolas ainda apresentam reduzida notoriedade da imagem nos mercados externos
	Principal	Preços ao produtor de azeite com forte dependência do mercado espanhol
	Principal	Dependência do mercado externo para o leite de pequenos ruminantes.
	Principal	Dificuldade para satisfazer as exigências sanitárias e fitossanitárias de alguns dos novos mercados extra-EU, através de restrições impostas por barreiras ao comércio
	Principal	Complexidade em articular as exigências de segurança alimentar e de concorrência
	Complementar	Fraco poder negocial dos produtores agrícolas no âmbito da cadeia de valor agroalimentar devido à atomização do setor da produção agrícola
	Complementar	O grau de organização de OP's tem um comportamento assimétrico quer em termos regionais quer setoriais
	Complementar	O grau de organização dos setores da carne de bovino e de ovino com tendência decrescente nos últimos três anos (2015-2017)

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Estruturas OP e cooperativas com dificuldades de viabilização financeira e de fusão
	Complementar	A baixa adesão a instrumentos de gestão de risco e a fragilidade no funcionamento e articulação do sistema de deteção de pragas e doenças num contexto de crescente ocorrência de doenças e pragas emergentes, bem como de fenómenos meteorológicos e hidrológicos extremos mais severos por ação das AC conduzem a aumento dos prejuízos na agricultura e florestas.
	Complementar	Falta de sistematização e divulgação de conhecimento AC relevante em formato adequado aos agricultores. Pouca capacidade de avaliação do efeito de práticas de mitigação/adaptação às AC específicas para o setor agroflorestal. AKIS na área da mitigação/adaptação do setor agrícola e florestal pouco desenvolvido. Problemas de articulação entre conceitos do inventário florestal e os restantes sistemas de informação.
	Complementar	Falta de integração dos cenários climáticos na cartografia de risco (c/ exceção do setor da vinha). Fragmentação e falta de cobertura do Sistema de avisos agrícola e florestal (riscos bióticos e abióticos) e falta de articulação com a informação sobre as disponibilidades de recursos hídricos e solos.
	Complementar	Aumento da eficiência energética do setor agroflorestal -longo prazo, apesar de recente alteração desta tendência.
	Complementar	Localização de uma parte considerável do território continental português em área geográfica sujeita a clima mediterrânico com distribuição heterogénea da precipitação anual e inter-anual gera forte dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão
	Complementar	Bacias Hidrográficas do Sul e do Oeste do Continente com escassez moderada em termos de stress hídrico. Muito baixa reutilização das águas residuais urbanas tratadas pela agricultura por ausência de oferta no mercado decorrente dos custos associados à sua distribuição.
	Complementar	Crescente dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão
	Complementar	"Insuficiente monitorização da qualidade e dos volumes de água consumidos na agricultura"
	Complementar	Índice de escassez WEI+ "moderado" nas bacias do Guadiana e Ribeiras do Algarve e Mira, atingindo valores relativamente próximos de escassez severa nas bacias do Sado e Ribeiras do Oeste.
	Complementar	Insuficiente inventariação e mapeamento dos recursos genéticos vegetais autóctones.
	Complementar	Muito fraca divulgação e promoção das variedades vegetais (culturas temporárias e culturas permanentes, excetuando a vinha) nacionais melhoradas (melhor adaptadas às nossas condições edafoclimáticas)
	Complementar	Inexistência de uma rede de matadouros de proximidade (ruminantes)
	Complementar	Baixa abrangência do Regime Escolar em termos de cobertura de alunos e escolas, e com tendência consistente de redução
	Complementar	Crescente afastamento dos hábitos alimentares portugueses do modelo alimentar característico da Dieta Mediterrânica, com especial incidência nos grupos etários mais jovens.
	Complementar	Menos de metade dos produtos DOP/IGP/ETG apresenta comercialização certificada
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Potencial de crescimento da procura interna, nomeadamente de bens de maior valor acrescentado do complexo agro-florestal.
	Principal	Valorização do produto nos mercados por incorporação de valor associado a boas práticas ambientais/proteção da natureza
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.6. Infraestruturas: promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).
	Principal	Implementação do Programa Nacional de Regadios e programas do PNI2030 num contexto da preocupação crescente em matéria de gestão eficiente da água, de adaptação às alterações climáticas e de combate à desertificação (revitalização do regadio existente e aumento da área regada)
	Principal	Maior orientação das Políticas públicas para a transição energética num contexto de elevada dependência nacional de recursos energéticos fósseis e de necessidade de redução das emissões de GEE
	Principal	Utilização de (sub) produtos agrícolas como matérias primas.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.1. Acesso à terra: facilitar o acesso à terra, promover formas de emparcelamento, estudar e desenvolver formas inovadoras de acesso e de gestão partilhada e ou agregada.

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Interesse e prática das instituições financeiras nacionais disponibilizarem linhas de crédito à agricultura com condições vantajosas
	Principal	Algumas empresas agrícolas têm vindo a melhorar o indicador de autonomia financeira
	Principal	Maior oferta de produtos financeiros aos agricultores
	Principal	Crescimento da procura e crescimento da prestação de serviços à agricultura.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.3. Instrumentos financeiros: disponibilizar instrumentos financeiros de acesso ao capital e gestão de risco, de apoio aos pequenos agricultores e detentores do Estatuto da Agricultura Familiar e melhorar os instrumentos de apoio à renovação geracional, em especial através da PAC, com um enfoque na mobilização das mulheres para a utilização destes instrumentos e para o empreendedorismo.
	Principal	Abertura de novos mercados e consolidação da presença dos mercados já explorados por forma a manter a dinâmica das exportações agro-alimentares
	Principal	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.4. Mercados: facilitar o acesso aos mercados, nomeadamente pelo desenvolvimento de plataformas de comercialização e redes de cooperação. <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.2. Promoção nacional: criar campanhas e estratégias para a promoção do consumo agroalimentar nacional; 9.3. Promoção internacional: levantar barreiras à exportação, identificar parceiros que possam apoiar na internacionalização da agroindústria portuguesa e implementar estratégias comuns de comercialização e marketing de produtos agroalimentares e com outros setores de atividade económica (iniciativas de cross-selling e de estratégias de eficiência coletiva), apostando em novas formas de comercialização (comércio eletrónico) e na promoção digital; 9.4 Promoção internacional: assegurar o posicionamento da agricultura nacional junto dos fóruns e entidades com foco no investimento no setor agroalimentar, tendo por base uma proposta de valor distintiva de Portugal enquanto destino de IDE orientado ao setor agroalimentar e que permita reduzir falhas das cadeias de valor.
	Principal	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Principal	Crescimento do consumo de bens alimentares a nível global
	Complementar	Afirmação da figura da OP como elemento estruturante para a melhoria da posição dos agricultores na cadeia alimentar
	Complementar	Estabilização do rendimento através de organização da produção (e.g. escoamento da produção e redução de custos de produção - economia de escala)
	Complementar	Estratégias setoriais de acesso ao mercado com sucesso (e.g. Portugal foods, Portugal fresh)
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.3.Organização da produção: promover organizações de nível superior [interprofissionais, associações ou fusão de Organizações de Produtores (OP) reconhecidas].
	Complementar	Extensão aos municípios de estratégias EMAAC e sua integração nos instrumentos de gestão territorial, que integre na avaliação do risco.
	Complementar	Criação do Portal do Clima de forma a melhorar a transferência de conhecimento da adaptação às AC e sua articulação com a futura Rede PAC.
	Complementar	" <i>Linhas orientadoras para a gestão sustentável do solo agrícola e florestal</i> " adaptação nacional do "Voluntary Guidelines for Sustainable Soil Management - FAO"

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.4. Adaptação: instalar ou reconverter para culturas com espécies e variedades, melhor adaptadas às alterações climáticas, desenvolver e adotar práticas e técnicas que reduzam a vulnerabilidade e exposição a riscos bióticos e abióticos.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.2. Produção e consumo de energia: fomentar a eficiência energética e instalação de unidades de produção para o autoconsumo, individual, coletivo ou em contexto de comunidades de energia renovável.
	Complementar	Criação de uma plataforma institucional alargada no contexto do programa de medidas do Plano Nacional da Água (PNA2016), envolvendo entidades com responsabilidades de governança de setores relevantes, com vista à realização dos objetivos da Diretiva Quadro da Água.
	Complementar	Evolução e aprofundamento do sistema de reconhecimento de uso eficiente da água
	Complementar	Programa Nacional de Regadios
	Complementar	Existência de área temática “Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos” em desenvolvimento no quadro da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC2020).
	Complementar	Reutilização efluentes urbanos tratados em usos compatíveis com a rega (nova legislação de normas de reutilização de efluentes urbanos tratados para a rega).
	Complementar	Planos de Gestão de Riscos de inundações (PGRI), onde deverão ser integradas medidas que minimizem os prejuízos na agricultura (culturas e infraestruturas).
	Complementar	Articulação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Avisos Agrícolas (avisos de rega, de riscos doenças, pragas e meteorológicos associados a alterações climáticas)
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.3. Gestão dos recursos hídricos: incrementar a capacidade de armazenamento, distribuição e gestão eficiente da água, em linha com o Programa Nacional de Regadios.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.5. Recursos genéticos: promover a conservação, melhoramento e valorização dos recursos genéticos de natureza animal e vegetal; 4.6. Gestão de vegetação: promover o pastoreio extensivo com raças autóctones e aproveitamento agrícola em redor dos aglomerados populacionais. <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.5. Recursos endógenos: promover a utilização dos recursos genéticos endógenos animais e vegetais. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.3. Recursos genéticos: conservar e valorizar as coleções de variedades regionais e as raças autóctones, com avaliação de variedades e raças selecionadas em modelos de produção comercial.
	Complementar	A valorização comercial e a manutenção dos Recursos genéticos animais autóctones e variedades vegetais locais permitirá manter recursos importantes pelo seu contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.
	Complementar	Maior procura de produtos agrícolas por parte de setores como a restauração e o turismo
	Complementar	Aumento da procura pelo comércio local e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico (decorre da preocupação com pegada ecológica, e do consumo baseado na confiança)
	Complementar	Novas tendências de consumo, que integram preocupações com a sustentabilidade (redução do desperdício alimentar, cadeias curtas, questões nutricionais, menor pegada ecológica).
	Complementar	Redes alimentares locais e de pequenos canais de distribuição
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.1. Consumo: fomentar o acesso a alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade (e.g. restauração coletiva, mercados locais, circuitos curtos).



OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR

OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO

Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Existência de medidas de política e orientações para incentivar a introdução de ementas mediterrânicas nos menus das refeições das cantinas escolares e de promover o tratamento do tema da DM na área de Educação para a saúde, valorizando em simultâneo a produção da agricultura familiar e dos produtos locais e de proximidade.
	Complementar	Potencial de produção com qualidade diferenciada para a maior parte dos produtos agrícolas nacionais e com um número muito significativo de denominações de origem.
	Complementar	Crescimento do setor do turismo/conhecimento gastronomia portuguesa.
	Complementar	Adoção recente de uma Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável.
	Complementar	Importância dos Regimes escolar (Leite e F&H) na educação das crianças e consciencialização das famílias.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.3. Dieta Mediterrânica: promover e valorizar a Dieta Mediterrânica.
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas.

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
		<p><u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados.</p> <p><u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional.</p> <p><u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.</p>
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»:</p> <p><u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres.</p> <p><u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.</p>
Ameaças	Principal	Ausência de infraestruturas em vários territórios nomeadamente rurais (e.g. banda larga, regadio, caminhos...)
	Principal	Os riscos climáticos poderão potenciar fenómenos limitantes da produção agrícola
	Principal	Contexto de elevada incerteza económica e política a nível internacional (crises sociais e políticas nos mercados de destino de produtos agroalimentares)
	Principal	Exposição às alterações climáticas, conduzindo a perdas de rendimento com o ajustamento da atividade agrícola, nomeadamente com a adoção de práticas adaptativas e mitigadoras
	Principal	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia por parte das pequenas e médias explorações.
	Principal	Exposição do setor ao exterior é muito elevado e crescente (globalização) - concorrência com países com custos de produção mais baixos

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Volatilidade dos preços dos consumos intermédios agrícolas, nomeadamente dos preços mundiais das matérias-primas (e.g. cereais, petróleo) num contexto de dependência energética do exterior
	Principal	Falta de cadastro rústico limita a mobilidade e o acesso à terra
	Principal	Custos crescentes com a promoção dos produtos no mercado externo
	Principal	Alteração dos padrões de consumo com impacto na procura de bens alimentares
	Principal	Dificuldade na desclassificação de resíduos com vista à sua valorização enquanto sub-produtos.
	Principal	Enquadramento legislativo em matéria de licenciamentos é associado a constrangimentos à atividade agrícola
	Principal	Complexidade em matéria de licenciamentos, nomeadamente no âmbito de investimentos associados a regimes mais simplificados de apoio ou que assumam necessidade de atuação rápida
	Complementar	Perda da atividade agrícola decorrente do despovoamento/envelhecimento populacional em zonas com grande incidência florestal aumenta o risco de grandes incêndios
	Complementar	Cenários climáticos preveem aumento dos problemas com a invasão de exóticas e das pragas e doenças no setor agrícola e florestal.
	Complementar	Cenários climáticos preveem agravamento dos fenómenos de cheias, inundações e secas.
	Complementar	Os cenários climáticos preveem uma redução dos rendimentos do setor e a deslocalização de grande parte das atividades afetando o setor agrícola (cerealicultura, horticultura, olivicultura, viticultura, fruticultura, pecuária extensiva e intensiva) e o florestal (as fileiras do pinheiro bravo e manso, do eucalipto, sobreiro, azinheira e, ainda, a caça e a pesca).
	Complementar	Balço Energético Nacional não desagrega a informação em agricultura, florestas e agroindústrias.
	Complementar	Cenários climáticos preveem um agravamento do índice de escassez hídrica em todo o sul da Europa. Redução da qualidade da água, designadamente das massas de água subterrâneas.
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE3: MELHORAR A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA CADEIA DE VALOR		
Quadrante	Nº	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Tendência global crescente do grau de organização, com alguns setores evidenciado elevado grau de organização através de OP
	Principal	Rede ampla setorial e territorial do setor cooperativo agrícola
	Complementar	Desenvolvimento de redes alimentares locais (ex; mercados de agricultores e sistemas de entrega ao domicílio)
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, Colab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.	

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
OE3: MELHORAR A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA CADEIA DE VALOR		
Quadrante	Nº	Constatação
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Fraco poder negocial dos produtores agrícolas no âmbito da cadeia de valor agroalimentar devido à atomização do setor da produção agrícola
	Principal	O grau de organização de OP's tem um comportamento assimétrico quer em termos regionais quer setoriais
	Principal	O grau de organização dos setores da carne de bovino e de ovino com tendência decrescente nos últimos três anos (2015-2017)
	Principal	Estruturas OP e cooperativas com dificuldades de viabilização financeira e de fusão
	Principal	Os preços agrícolas apresentam maior volatilidade que os preços na indústria agroalimentar e no consumidor
	Principal	Pouca transparência no funcionamento do mercado, em particular na formação de preços
	Principal	Cadeia de valor agroalimentar - Elevado grau de concentração na indústria e distribuição agroalimentar. Estruturas OP e cooperativas com dificuldades de viabilização.
	Principal	Elevado grau de concentração na indústria e distribuição agroalimentar
	Principal	Evolução dos preços da produção agrícola cresce abaixo dos preços dos outros segmentos da cadeia
	Principal	Pouca capacidade da produção agrícola em repercutir nos preços de venda o aumento dos custos de produção com impacto negativo sobre as margens dos agricultores
	Principal	Concentração elevada nos fornecedores de fatores de produção (e.g. adubos, fertilizantes, alimentação animal)
	Complementar	Inexistência de uma rede de matadouros de proximidade (ruminantes)
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas	
Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar	

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
OE3: MELHORAR A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA CADEIA DE VALOR		
Quadrante	Nº	Constatação
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Afirmação da figura da OP como elemento estruturante para a melhoria da posição dos agricultores na cadeia alimentar
	Principal	Estabilização do rendimento através de organização da produção (e.g. escoamento da produção e redução de custos de produção - economia de escala)
	Principal	Estratégias setoriais de acesso ao mercado com sucesso (e.g. Portugal foods, Portugal fresh)
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.3.Organização da produção: promover organizações de nível superior [interprofissionais, associações ou fusão de Organizações de Produtores (OP) reconhecidas].
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.4. Integração: criar medidas de apoio à integração no mercado das pequenas explorações agrícolas e de pequenas unidades de processamento agroalimentar e assegurar relações equilibradas entre os vários operadores das cadeias de abastecimento.
	Principal	Aplicação da Diretiva relativa às Práticas Comerciais Desleais
	Principal	Estabelecimento de instrumentos de autorregulação nacional (Código de Boas Práticas, PARCA)
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.1. Regulamentação: estabelecer regulamentação incentivadora de boas práticas e impeditiva de práticas comerciais desleais.
	Complementar	Maior procura de produtos agrícolas por parte de setores como a restauração e o turismo
	Complementar	Aumento da procura pelo comércio local e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico (decorre da preocupação com pegada ecológica, e do consumo baseado na confiança)

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR		
OE3: MELHORAR A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA CADEIA DE VALOR		
Quadrante	Nº	Constatação
	Complementar	Novas tendências de consumo, que integram preocupações com a sustentabilidade (redução do desperdício alimentar, cadeias curtas, questões nutricionais, menor pegada ecológica).
	Complementar	Redes alimentares locais e de pequenos canais de distribuição
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.1. Consumo: fomentar o acesso a alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade (e.g. restauração coletiva, mercados locais, circuitos curtos).
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.

 OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR OE3: MELHORAR A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA CADEIA DE VALOR		
Quadrante	Nº	Constatação
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8 Agricultura 4.0</u> : Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15 Reorganiza</u> : Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Distorção da integração vertical por via da entrada da distribuição alimentar no setor produtivo
	Principal	Dificuldade crescente de participação com notoriedade própria no mercado final (Fornecedor vs Marca)
	Principal	O mercado Agroalimentar tem características que o afastam da Concorrência perfeita; com grande concentração a jusante e com desvantagens para os agricultores
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio publico ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL

Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	O setor Agricultura (s/ LULUCF) reduziu as emissões de óxido nitroso (N2O), em resultado da diminuição do total de fertilizantes azotados aplicados nos solos agrícola.
	Principal	O setor Agricultura (s/ LULUCF) verifica uma ligeira tendência de redução das emissões (1990-2017)
	Principal	O setor LULUCF é único setor sequestrador líquido de CO2 o que traduz importância da gestão da floresta para a neutralidade carbónica.
	Principal	O setor LULUCF (Agricultura) reduziu substancialmente as suas emissões líquidas, em resultado da conversão da terra arável em pastagem, floresta bem como na adoção de modos de agricultura de conservação.
	Principal	Planos de Prevenção, monitorização e de gestão de risco bem como integração nos instrumentos de planeamento a nível nacional, de Regiões Hidrográficas, Comunidades Intermunicipais e municipal das matérias relativas à adaptação às AC.
	Principal	Existência de Agendas Temáticas de Investigação e Desenvolvimento bem como Centro Nacional de Competências específicos para o setor Agroflorestal na área das AC.
	Principal	Estratégia Nacional de Combate à Desertificação, desde 1999, com um plano de ação nacional revisto em 2014- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
	Principal	Uso da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável (aquecimento/arrefecimento e eletricidade) origem nacional, quadruplicou entre 2009 e 2016.
	Principal	Capacidade do setor Agricultura, Floresta, Pesca e Agroindústria para diminuir as emissões decorrentes do uso de energia num contexto em que os setores em questão representam 2% (setor Agricultura, Floresta e Pescas) e 1,5% (setor Indústria Agroalimentar) das emissões GEE de energia.
	Principal	Redução no consumo de energia (pico verificado em 2002 e menor consumo do período em 2014) e substituição progressiva por combustíveis menos poluentes.
	Principal	Consolidação da tendência de diminuição do consumo e aumento da eficiência energética pela Agroindústria.
	Complementar	Índice de escassez hídrica "reduzido", embora com variações entre as bacias hidrográficas, apresentando-se as bacias RH 1 (Minho, Lima), RH3 (Douro), e RH4 (Vouga Mondego e Lis) "sem escassez".
	Complementar	Entre 2002 e 2016 redução para cerca de metade do volume de utilização de água pelo setor agrícola
	Complementar	Sistema de reconhecimento de uso eficiente da água desenvolvido no presente período de programação 2014-2020
	Complementar	Ganho de importância dos sistemas de rega mais eficientes, alguns com recurso a equipamento para monitorização da água no solo.
	Complementar	Capacidade de armazenamento das albufeiras tem sido importante em termos de regularização intra e inter anual da oferta de água sobretudo nas regiões hidrográficas do sul do país.
	Complementar	Aumento da área de regadios coletivos permite melhorar as operações de monitorização da quantidade e qualidade da água e pode criar condições para uma melhor gestão sustentável do recurso água.
	Complementar	A erosão em Portugal decresceu entre 2000 e 2015, mais do que a média europeia.
	Complementar	Redução da percentagem de área agrícola com solos sujeitos a erosão severa superior ao verificado na UE.
Complementar	Elevada representatividade dos sistemas agrícolas e agroflorestais extensivos tradicionais no território, como os montados, soutos tradicionais, silvopastorícia e as áreas estepárias, os quais assentam o seu modo de produção em práticas locais.	

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Reconhecimento internacional de áreas com grande importância para a biodiversidade (Rede Natura 2000) e paisagem (i.e. Douro Património Mundial, Sistema GIAHS Agro Pastoril do Barroso)
	Complementar	Num contexto de crescente desertificação física, a disponibilização de água associada a Sistemas de Agricultura tradicionais assentes em modos de produção e práticas culturais sustentáveis que garantem a biodiversidade e os valores naturais predominantes locais.
	Complementar	75% do território nacional pertence ao Hotspot de biodiversidade do Mediterrâneo e cerca de 22% do território integrado na RN2020, com parte significativa associada a sistemas agroflorestais.
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Não cumprimento por parte do setor Agricultura (s/LULUCF) da redução de GEE prevista na meta PNAC 2020
	Principal	O setor Agricultura (s/ LULUCF) apresenta uma tendência de aumento de emissões GEE após 2013 embora represente em 2017 cerca de 9,8% do total nacional de GEE.



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL

Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Ocorrência de grandes incêndios florestais tornam o setor LULUCF em alguns anos emissor de GEE colocando em causa a sua capacidade líquida de sequestro de CO ₂ .
	Principal	O aumento da área de matos sem gestão e o baixo índice da área agrícola com práticas de retenção de carbono no solo (pastagens biodiversas e sementeira direta) mantém o setor LULUCF-Agricultura como emissor líquido.
	Principal	Maior suscetibilidade do território à desertificação associado a baixos teores de matéria orgânica dos solos sobretudo no sul do Continente e erosão hídrica mais acentuada no norte e oeste num contexto de alterações climáticas.
	Principal	A baixa adesão a instrumentos de gestão de risco e a fragilidade no funcionamento e articulação do sistema de deteção de pragas e doenças num contexto de crescente ocorrência de doenças e pragas emergentes, bem como de fenómenos meteorológicos e hidrológicos extremos mais severos por ação das AC conduzem a aumento dos prejuízos na agricultura e florestas.
	Principal	Falta de sistematização e divulgação de conhecimento AC relevante em formato adequado aos agricultores. Pouca capacidade de avaliação do efeito de práticas de mitigação/adaptação às AC específicas para o setor agroflorestal. AKIS na área da mitigação/adaptação do setor agrícola e florestal pouco desenvolvido. Problemas de articulação entre conceitos do inventário florestal e os restantes sistemas de informação.
	Principal	Falta de integração dos cenários climáticos na cartografia de risco (c/ exceção do setor da vinha). Fragmentação e falta de cobertura do Sistema de avisos agrícola e florestal (riscos bióticos e abióticos) e falta de articulação com a informação sobre as disponibilidades de recursos hídricos e solos.
	Principal	Biomassa para produção de biocombustíveis de origem agrícola é quase toda importada.
	Principal	Aumento da eficiência energética do setor agroflorestal -longo prazo, apesar de recente alteração desta tendência.
	Complementar	Apenas 15% da SAU é irrigável
	Complementar	Distribuição da precipitação anual característica dos climas mediterrânicos gera forte dependência do regadio nas culturas com desenvolvimento no período de primavera-verão.
	Complementar	A erosão hídrica é o principal processo de degradação do solo em Portugal, com implicações também na perda de carbono do solo, sendo particularmente acentuada nas regiões norte e oeste do Continente.
	Complementar	Localização de uma parte considerável do território continental português em área geográfica sujeita a clima mediterrânico com distribuição heterogénea da precipitação anual e inter-anual gera forte dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão
	Complementar	Bacias Hidrográficas do Sul e do Oeste do Continente com escassez moderada em termos de stress hídrico. Muito baixa reutilização das águas residuais urbanas tratadas pela agricultura por ausência de oferta no mercado decorrente dos custos associados à sua distribuição.
	Complementar	Crescente dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão
	Complementar	"Insuficiente monitorização da qualidade e dos volumes de água consumidos na agricultura"
	Complementar	Aumento dos riscos de erosão do solo associados à falta de ação rápida na estabilização pós incêndio.
	Complementar	Índice de escassez WEI+ "moderado" nas bacias do Guadiana e Ribeiras do Algarve e Mira, atingindo valores relativamente próximos de escassez severa nas bacias do Sado e Ribeiras do Oeste.
	Complementar	Teor de matéria orgânica na camada superficial do solo muito variável no Continente, apresentando na generalidade teores muito reduzidos num contexto de condições climáticas atuais que promovem a sua mineralização.
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL

Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Investigação sobre aditivos e digestivos alimentares nos ruminantes que contribuam para a redução das emissões de metano.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 3</u> Mitigação das alterações climáticas: Linha de ação:3.1. Alimentação animal: apoiar a investigação, desenvolvimento e aplicação de aditivos e regimes alimentares dos ruminantes que contribuam para a redução das emissões de metano.
	Principal	Investigação sobre sistemas de gestão de estrumes e outros efluentes pecuários com menores emissões de GEE
	Principal	Boas práticas para a melhoria da mitigação nos setores agricultura, pecuária e floresta identificadas no contexto dos instrumentos de planeamento (RNC 2050 e PNEC 2030).
	Principal	Estratégia Nacional para os Efluentes Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2018-2025) Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB 2019)



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL

Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 3</u> Mitigação das alterações climáticas: Linha de ação:3.2. Efluentes pecuários e agroindustriais: desenvolver e adotar sistemas de gestão de efluentes com menores emissões de GEE; 3.3. Fertilização do solo: reduzir a aplicação de adubos químicos azotados e incrementar a aplicação de matéria orgânica no solo, nomeadamente através da aplicação de composto.
	Principal	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
	Principal	Desenvolvimento e Implementação de um "Sistema Nacional de Informação sobre o solo"
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 3</u> Mitigação das alterações climáticas: Linha de ação:3.4. Matéria orgânica no solo: incentivar a implementação de sistemas, culturas e práticas agrícolas que promovam o teor de matéria orgânica no solo (sequestro de carbono), incluindo o aumento da área das pastagens permanentes melhoradas. <u>Iniciativa 5</u> Agricultura circular: Linha de ação:5.2. Produção animal: promover a produção animal sustentável como elo de ligação na agricultura circular, aumentar a produção, a qualidade e a utilização de pastagens e forragens, visando a adaptação/mitigação, face às alterações climáticas e à necessidade
	Principal	Extensão aos municípios de estratégias EMAAC e sua integração nos instrumentos de gestão territorial, que integre na avaliação do risco.
	Principal	Criação do Portal do Clima de forma a melhorar a transferência de conhecimento da adaptação às AC e sua articulação com a futura Rede PAC.
	Principal	"Linhas orientadoras para a gestão sustentável do solo agrícola e florestal" adaptação nacional do "Voluntary Guidelines for Sustainable Soil Management - FAO"
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.4. Adaptação: instalar ou reconverter para culturas com espécies e variedades, melhor adaptadas às alterações climáticas, desenvolver e adotar práticas e técnicas que reduzam a vulnerabilidade e exposição a riscos bióticos e abióticos.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.2. Produção e consumo de energia: fomentar a eficiência energética e instalação de unidades de produção para o autoconsumo, individual, coletivo ou em contexto de comunidades de energia renovável.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.6. Infraestruturas: promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).
	Complementar	Implementação do Programa Nacional de Regadios e programas do PNI2030 num contexto da preocupação crescente em matéria de gestão eficiente da água, de adaptação às alterações climáticas e de combate à desertificação (revitalização do regadio existente e aumento da área regada)
	Complementar	Criação de uma plataforma institucional alargada no contexto do programa de medidas do Plano Nacional da Água (PNA2016), envolvendo entidades com responsabilidades de governança de setores relevantes, com vista à realização dos objetivos da Diretiva Quadro da Água.
	Complementar	Existência de Estratégia Nacional de Agricultura Biológica enquanto orientadora de aumento da área em modo de produção biológica, refletindo-se na melhoria da qualidade do solo e na diminuição da utilização de fertilizantes inorgânicos.
	Complementar	Evolução e aprofundamento do sistema de reconhecimento de uso eficiente da água
	Complementar	Programa Nacional de Regadios
	Complementar	Existência de área temática "Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos" em desenvolvimento no quadro da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC2020).
	Complementar	Reutilização efluentes urbanos tratados em usos compatíveis com a rega (nova legislação de normas de reutilização de efluentes urbanos tratados para a rega).
	Complementar	Planos de Gestão de Riscos de inundações (PGRI), onde deverão ser integradas medidas que minimizem os prejuízos na agricultura (culturas e infraestruturas).

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA		
OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Estratégia para os Bioresíduos Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC)
	Complementar	Desenvolvimento e implementação de um "Sistema Nacional de Informação sobre o solo".
	Complementar	Articulação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Avisos Agrícolas (avisos de rega, de riscos doenças, pragas e meteorológicos associados a alterações climáticas)
	Complementar	Pacto Ecológico Europeu – <i>Estratégia de «Biodiversidade da UE para 2030»</i> estabelece o objetivo de proteção e restauração de zonas húmidas, turfeiras e ecossistemas costeiros e a gestão sustentável de zonas marinhas, florestas, prados e solos agrícolas, medidas consideradas cruciais para a redução das emissões e a adaptação às alterações climáticas e <i>Estratégia do «prado ao prato»</i> é uma oportunidade para reforço e melhoria da sustentabilidade das políticas com incidência na agricultura e silvicultura sustentáveis.
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL

Quadrante	Tipo	Constatação
		conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.3. Gestão dos recursos hídricos: incrementar a capacidade de armazenamento, distribuição e gestão eficiente da água, em linha com o Programa Nacional de Regadios.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.1. Conservação e fertilidade do solo: promover a adoção de práticas agrícolas de conservação do solo e de melhoria da sua fertilidade. <u>Iniciativa 5</u> Agricultura circular: Linha de ação:5.1. Fertilizantes orgânicos: promover o desenvolvimento de fertilizantes orgânicos, compostagem local, incrementar a fertilidade, estrutura, microbioma, resiliência, sequestro de carbono, redução da poluição do ar, gestão e proteção da qualidade da água e dos ecossistemas.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.1. Sistemas de produção mais sustentáveis: aumentar a área do Modo de Produção Integrada, Modo de Produção Biológica, Agricultura de Conservação, Agroecologia, e outros regimes sustentáveis; 6.2. Práticas agrícolas: desenvolver e adotar práticas de proteção integrada e agroecológicas que permitam a redução do uso e do risco de inputs de síntese.
Ameaças	Principal	Cenários climáticos indicam o crescimento dos grandes incêndios contribuindo para a redução significativa da capacidade de sequestro da floresta podendo passar a ser emissor líquido
	Principal	Previsão do agravamento dos efeitos do fenómeno desertificação em vastas áreas do território no quadro das alterações climáticas, com os consequentes impactos sobre a matéria orgânica, a erosão hídrica e a capacidade para retenção da água pelo solo.
	Principal	Perda da atividade agrícola decorrente do despovoamento/envelhecimento populacional em zonas com grande incidência florestal aumenta o risco de grandes incêndios
	Principal	Cenários climáticos preveem aumento dos problemas com a invasão de exóticas e das pragas e doenças no setor agrícola e florestal.

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Cenários climáticos preveem agravamento dos fenómenos de cheias, inundações e secas.
	Principal	Os cenários climáticos preveem uma redução dos rendimentos do setor e a deslocalização de grande parte das atividades afetando o setor agrícola (cerealicultura, horticultura, olivicultura, viticultura, fruticultura, pecuária extensiva e intensiva) e o florestal (as fileiras do pinheiro bravo e manso, do eucalipto, sobreiro, azinheira e, ainda, a caça e a pesca).
	Principal	Balço Energético Nacional não desagrega a informação em agricultura, florestas e agroindústrias.
	Complementar	Ausência de infraestruturas em vários territórios nomeadamente rurais (e.g. banda larga, regadio, caminhos...)
	Complementar	Os riscos climáticos poderão potenciar fenómenos limitantes da produção agrícola
	Complementar	Cenários climáticos preveem um agravamento do índice de escassez hídrica em todo o sul da Europa. Redução da qualidade da água, designadamente das massas de água subterrâneas.
	Complementar	Previsão do agravamento dos efeitos do fenómeno da desertificação em vastas áreas do território, no quadro das alterações climáticas, potenciando fenómenos de degradação dos solos e da terra, com promoção da erosão hídrica do solo e da sua capacidade para retenção da água e de baixos teores de carbono orgânico no solo, devido ao aumento previsível da temperatura, que agravará o processo da sua mineralização, sobretudo no sul do país.
	Complementar	Cenários climáticos favorecem o acentuar da ocorrência de fenómenos extremos e consequente agravamento da erosão hídrica e degradação da terra
	Complementar	Agravamento dos incêndios rurais previstos nos cenários climáticos com impacto na qualidade do ar, na capacidade de infiltração da água no solo no pós incêndio e na qualidade da água.
	Complementar	Crescente abandono da atividade agrícola no interior do continente, decorrente do acentuado despovoamento e envelhecimento populacional das referidas zonas, promove a degradação dos habitats naturais dependentes da atividade agrícola e o desaparecimento de algumas espécies específicas desses habitats.
	Complementar	Alterações climáticas com forte impacto na biodiversidade, na suscetibilidade à desertificação, na paisagem e noutros valores naturais.
	Complementar	Cenários climáticos preveem aumento da pressão sobre ecossistemas, espécies e habitats com acentuação da perda de biodiversidade.
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade

 <p>OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA</p> <p>OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 <p>OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA</p> <p>OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Índice de escassez hídrica "reduzido", embora com variações entre as bacias hidrográficas, apresentando-se as bacias RH 1 (Minho, Lima), RH3 (Douro), e RH4 (Vouga Mondego e Lis) "sem escassez".
	Principal	Entre 2002 e 2016 redução para cerca de metade do volume de utilização de água pelo setor agrícola
	Principal	Sistema de reconhecimento de uso eficiente da água desenvolvido no presente período de programação 2014-2020
	Principal	Ganho de importância dos sistemas de rega mais eficientes, alguns com recurso a equipamento para monitorização da água no solo.
	Principal	Capacidade de armazenamento das albufeiras tem sido importante em termos de regularização intra e inter anual da oferta de água sobretudo nas regiões hidrográficas do sul do país.
	Principal	Aumento da área de regadios coletivos permite melhorar as operações de monitorização da quantidade e qualidade da água e pode criar condições para uma melhor gestão sustentável do recurso água.
	Principal	Melhoria do estado global das massas de água superficiais nas regiões hidrográficas RH1 (Minho e Lima), RH2 (Cávado, Ave e Leça), RH5 (Tejo e Ribeiros do Oeste) e RH8 (Ribeiros do Algarve).
	Principal	Excedente de azoto inferior à média UE e da maioria dos Estados-Membros da orla mediterrânica.
	Principal	Tendência de estabilidade na concentração de nitratos nas águas subterrâneas (zonas vulneráveis - diretiva nitratos) representando estas 4,5% do território de Portugal Continental.
	Principal	Código de Boas Práticas Agrícolas; Programa de Ação em Zonas Vulneráveis de Portugal Continental - manual de Boas Práticas; Manual de Gestão Sustentável de Efluentes pecuários (NREAP); Estratégia Nacional para os Efluentes Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2007-2013)
	Principal	Melhoria do estado global das massas de água subterrânea nas regiões hidrográficas RH5 (Tejo e Ribeiros do Oeste), RH6 (Sado e Mira), RH7 (Guadiana) e RH8 (Ribeiros do Algarve).
	Principal	A erosão em Portugal decresceu entre 2000 e 2015, mais do que a média europeia.
	Principal	Redução da percentagem de área agrícola com solos sujeitos a erosão severa superior ao verificado na UE.
	Principal	Elevada representatividade dos sistemas agrícolas e agroflorestais extensivos tradicionais no território, como os montados, souts tradicionais, silvopastorícia e as áreas estepárias, os quais assentam o seu modo de produção em práticas locais.
Principal	Metas de emissão de NH3 para 2020 atingidas em 2017, com esforço adicional para atingir a meta de 2030, com tendência de redução observadas na "gestão de efluentes de suínos e aves" e na "aplicação de fertilizantes N inorgânicos".	
Principal	Peso da agricultura com pouca expressão no total de emissão de poluentes para o ar, no que se refere ao SO2, Nox, NMVOC e PM2,5 - Diretiva Tetos.	



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR

Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Redução significativa da venda dos produtos fitofarmacêuticos e da sua aplicação por hectare, assente sobretudo nos fungicidas e ligeira redução de herbicidas.
	Principal	Disponibilização crescente de substâncias biopesticidas de baixo risco
	Complementar	Maior sensibilização dos produtores para a utilização mais racional dos produtos fitofarmacêuticos através da adoção da produção integrada.
	Complementar	Corpo Técnico reconhecido para apoiar na Produção integrada
	Complementar	Disponibilização crescente de substâncias de baixo risco incluindo biopesticidas.
	Complementar	Existência de sistemas extensivos de produção agrícola (e.g. olival tradicional, pastoreio extensivo) valorizados pelo consumidor, nomeadamente pela sua ligação a uma menor utilização de pesticidas, de antibióticos assim como a um maior nível de bem-estar animal.
	Complementar	Decréscimo da venda global de fitofarmacêuticos nos últimos 16 anos (2002-2017), com redução de intensidade de aplicação por SAU e por unidade de produção vendida.
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Localização de uma parte considerável do território continental português em área geográfica sujeita a clima mediterrânico com distribuição heterogénea da precipitação anual e inter-anual gera forte dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão
	Principal	Bacias Hidrográficas do Sul e do Oeste do Continente com escassez moderada em termos de stress hídrico. Muito baixa reutilização das águas residuais urbanas tratadas pela agricultura por ausência de oferta no mercado decorrente dos custos associados à sua distribuição.
	Principal	Crescente dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão
	Principal	"Insuficiente monitorização da qualidade e dos volumes de água consumidos na agricultura"
	Principal	Índice de escassez WEI+ "moderado" nas bacias do Guadiana e Ribeiras do Algarve e Mira, atingindo valores relativamente próximos de escassez severa nas bacias do Sado e Ribeiras do Oeste.
	Principal	Agravamento do estado global das massas de água superficiais nas regiões hidrográficas RH3 (Douro), RH4 Vouga, Mondego e Lis), RH6 (Sado e Mira) e RH7 (Guadiana).
	Principal	Agravamento do estado global das massas de águas subterrâneas na região hidrográfica RH4 (Vouga, Mondego e Lis).
	Principal	Setor agrícola é o principal responsável pelas pressões qualitativas em azoto e fósforo sobre os recursos hídricos.
	Principal	Excedente de N de fósforo apresentam uma tendência de crescimento sendo a RH2 - Cávado, Ave e Leça e a RH4 - Vouga, Mondego e Liz, regiões onde predomina os sistemas mais intensivos (bacias leiteiras e horticultura), as que apresentam maiores pressões.
	Principal	Em fase de avaliação a necessidade de delimitação de 3 novas zonas vulneráveis.
	Principal	A erosão hídrica é o principal processo de degradação do solo em Portugal, com implicações também na perda de carbono do solo, sendo particularmente acentuado nas regiões norte e oeste do Continente.
	Principal	Aumento dos riscos de erosão do solo associados à falta de ação rápida na estabilização pós incêndio.
	Principal	Teor de matéria orgânica na camada superficial do solo muito variável no Continente, apresentando na generalidade teores muito reduzidos num contexto de condições climáticas atuais que promovem a sua mineralização.
	Principal	A atividade agrícola é a principal responsável pelas emissões nacionais de NH3, sendo a Região Centro e a do Alentejo as que contribuem mais para as emissões. Entre 2015 e 2017 verificou-se crescimento de emissões sobretudo na região Norte e Centro.
	Principal	Sobretudo os incêndios rurais mas também as queimas de resíduos agrícolas são responsáveis pela emissão de "poluentes orgânicos persistentes".
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.	
Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE	



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR

Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Criação de uma plataforma institucional alargada no contexto do programa de medidas do Plano Nacional da Água (PNA2016), envolvendo entidades com responsabilidades de governança de setores relevantes, com vista à realização dos objetivos da Diretiva Quadro da Água.
	Principal	Evolução e aprofundamento do sistema de reconhecimento de uso eficiente da água
	Principal	Programa Nacional de Regadios
	Principal	Existência de área temática “Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos” em desenvolvimento no quadro da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA2020).
	Principal	Reutilização efluentes urbanos tratados em usos compatíveis com a rega (nova legislação de normas de reutilização de efluentes urbanos tratados para a rega).
	Principal	Planos de Gestão de Riscos de inundações (PGRI), onde deverão ser integradas medidas que minimizem os prejuízos na agricultura (culturas e infraestruturas).
	Principal	Articulação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Avisos Agrícolas (avisos de rega, de riscos doenças, pragas e meteorológicos associados a alterações climáticas)



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR

Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.3. Gestão dos recursos hídricos: incrementar a capacidade de armazenamento, distribuição e gestão eficiente da água, em linha com o Programa Nacional de Regadios.
	Principal	Código de Boas Práticas Agrícolas para a proteção da água contra a poluição com nitratos e fosfatos de origem agrícolas (2018). Estratégia Nacional para os Efluentes Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2018-2025) Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC) Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal- «Estabelecer cadeias de valor de subprodutos num contexto de economia circular em articulação com solução de gestão e encaminhamento de resíduos de origem agrícola».
	Principal	Melhoria do levantamento das atividades e instalações com impactes significativos sobre o estado das massas de água para a monitorização específica das substâncias prioritárias nas massas de água superficiais e substâncias perigosas nas massas de água subterrâneas.
	Principal	Estratégia para os Bioresíduos Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC)
	Principal	Desenvolvimento e implementação de um "Sistema Nacional de Informação sobre o solo".
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.1. Conservação e fertilidade do solo: promover a adoção de práticas agrícolas de conservação do solo e de melhoria da sua fertilidade. Iniciativa 5 Agricultura circular: Linha de ação:5.1. Fertilizantes orgânicos: promover o desenvolvimento de fertilizantes orgânicos, compostagem local, incrementar a fertilidade, estrutura, microbioma, resiliência, sequestro de carbono, redução da poluição do ar, gestão e proteção da qualidade da água e dos ecossistemas.
	Principal	(1)Código de Boas Práticas agrícolas para a redução de emissões de amónio" Diretiva Tetos"(2018) (2) Boas Práticas florestais (3) Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica (Diretiva Tetos Nacionais de Emissão de Poluentes Atmosféricos). (4) Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC)
	Principal	Existência de Estratégia Nacional de Agricultura Biológica enquanto orientadora de aumento da área em modo de produção biológica, refletindo-se na melhoria da qualidade do solo e na diminuição da utilização de fertilizantes inorgânicos.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 6 Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.1. Sistemas de produção mais sustentáveis: aumentar a área do Modo de Produção Integrada, Modo de Produção Biológica, Agricultura de Conservação, Agroecologia, e outros regimes sustentáveis; 6.2. Práticas agrícolas: desenvolver e adotar práticas de proteção integrada e agroecológicas que permitam a redução do uso e do risco de inputs de síntese.
	Complementar	Crescente preocupação do consumidor pelas questões ligadas à utilização de pesticidas, o que traduz potencial de incremento de métodos alternativos de proteção das culturas, incluindo maior recurso as técnicas de proteção integrada nomeadamente uso de agentes de controlo biológico.
	Complementar	Adoção, em 2017, da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e do respetivo Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas e Géneros Alimentícios Biológicos e a criação do Observatório Nacional da Produção Biológica.
	Complementar	A área de SAU em agricultura biológica é relativamente baixa, o que tem um potencial de crescimento, uma vez que mais do que duplicou nos últimos 10 anos
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 9 Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR

Quadrante	Tipo	Constatação
		<p>inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos).</p> <p><u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos.</p> <p><u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.</p>
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»:</p> <p><u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica.</p> <p><u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.</p>
	Complementar	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»:</p> <p><u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas.</p> <p><u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados.</p> <p><u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional.</p> <p><u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.</p>
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»:</p> <p><u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de</p>

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR		
Quadrante	Tipo	Constatação
		capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Cenários climáticos preveem um agravamento do índice de escassez hídrica em todo o sul da Europa. Redução da qualidade da água, designadamente das massas de água subterrâneas.
	Principal	Previsão do agravamento dos efeitos do fenómeno da Desertificação em vastas áreas do território, no quadro das alterações climáticas, potenciando fenómenos de degradação dos solos e da terra, com promoção da erosão hídrica do solo e da sua capacidade para retenção da água e de baixos teores de carbono orgânico no solo, devido ao aumento previsível da temperatura, que agravará o processo da sua mineralização, sobretudo no sul do país.
	Principal	Cenários climáticos favorecem o acentuar da ocorrência de fenómenos extremos e consequente agravamento da erosão hídrica e degradação da terra
	Principal	Agravamento dos incêndios rurais previstos nos cenários climáticos com impacto na qualidade do ar, na capacidade de infiltração da água no solo no pós incêndio e na qualidade da água.
	Principal	Aumento da incidência e surgimento de novas doenças/pragas decorrentes das alterações climáticas com a necessidade de recurso a produtos fitofarmacêuticos.
	Principal	Aumento da incidência e surgimento de novas doenças animais decorrentes das alterações climáticas com necessidade de recurso a fármacos, designadamente antibióticos.
	Complementar	Dependência elevada do glifosado enquanto s.a. de herbicida mais comercializado (64%).
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais	

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Recursos genéticos vegetais, florestais e animais autóctones de grande riqueza, com grande relevância nos sistemas agrícolas e pecuários extensivos, bem como na proteção e seleção de castas de vinha com enorme potencial de adaptação às AC.
	Principal	Apicultura encarada como complemento de rendimento das explorações o que contribui para o aumento dos polinizadores



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS

Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Potencial natural de Portugal continental - elevada adaptação às condições climáticas da subespécie <i>Apis mellifera iberiensis</i> .
	Principal	Património natural rico em espécies de flora e fauna associadas a uma variedade de ecossistemas agrícolas, florestais e silvopastoris em grande parte do território.
	Principal	Grande representatividade dos sistemas agrícolas e agroflorestais extensivos tradicionais no território, como os montados, olival e soutos tradicionais, lameiros, prados e pastagens, silvopastorícia e as áreas estepárias, os quais assentam o seu modo de produção em práticas locais e servem de habitats para espécies ameaçadas ou vulneráveis.
	Principal	Reconhecimento internacional de áreas com grande importância para a biodiversidade (Rede Natura 2000) e paisagem (i.e. Douro Património Mundial, Sistema GIAHS Agro Pastoril do Barroso)
	Principal	Num contexto de crescente desertificação física, a disponibilização de água associada a Sistemas de Agricultura tradicionais assentes em modos de produção e práticas culturais sustentáveis que garantem a biodiversidade e os valores naturais predominantes locais.
	Principal	75% do território nacional pertence ao Hotspot de biodiversidade do Mediterrâneo e cerca de 22% do território integrado na RN2020, com parte significativa associada a sistemas agroflorestais.
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com domínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Insuficiente inventariação e mapeamento dos recursos genéticos vegetais autóctones.
	Principal	Muito fraca divulgação e promoção das variedades vegetais (culturas temporárias e culturas permanentes, excetuando a vinha) nacionais melhoradas (melhor adaptadas às nossas condições edafoclimáticas)
	Principal	Preços ao produtor de mel com forte dependência do mercado mundial
	Principal	Atividade apícola em decréscimo à semelhança dos polinizadores.
	Principal	Existência em larga escala de espécies invasoras (vegetais e animais) que põem em risco os valores naturais.
	Principal	Mau estado de conservação dos habitats naturais, especialmente as «Formações Herbáceas», habitat onde se inserem os mais representativos sistemas tradicionais agrícolas extensivos (montados, lameiros e áreas estepárias com rotações de cereal-pousio).
	Principal	Falta de mapeamento e avaliação a nível nacional dos serviços ecossistemas o que implica desconhecimento por parte das populações locais dos seus contributos para a preservação dos valores ambientais.
	Principal	Mau estado de conservação /estatuto de ameaça de espécies de fauna associadas aos sistemas agrícolas (aves estepárias, aves necrófagas, aves rapina, lince ibérico, lobo ibérico, morcegos, entre outras identificadas no diagnóstico).
	Principal	Mau estado de conservação /estatuto de ameaça de espécies de flora associadas aos sistemas agrícolas, nomeadamente de espécies endémicas ameaçadas tais como <i>linaria ricardoi</i> (EN).
	Principal	Insuficiente conhecimento técnico e científico do estado de conservação de alguns valores naturais.
	Principal	Insuficiente identificação no território dos valores naturais associados à rede natura e das áreas protegidas-dificuldade de mapeamento de dados que permitam detalhar/regionalizar o diagnóstico dos valores naturais existentes.
	Principal	Atrasos na implementação do PAF 2014-2020, o que originou a que as atividades previstas para o período anterior fossem transferidas para o PAF 2021-2027.
	Principal	Regressão da área de pequenas manchas agrícolas relevantes para a biodiversidade nas zonas com elevado índice de florestação
	Principal	Existência de sistemas de produção fundamentais para o objetivo de abastecimento do sector agroalimentar, como o arroz, milho e o leite, com impacto na biodiversidade.
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE	
Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor	
Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas	

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
	Oportunidades	Principal
Principal		A valorização comercial e a manutenção dos Recursos genéticos animais autóctones e variedades vegetais locais permitirá manter recursos importantes pelo seu contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.
Principal		Tendência crescente do desenvolvimento do sector apícola- aumento de n.º de apiários e colmeias o que contribui para o aumento dos polinizadores
Principal		Execução do Quadro de Ação Prioritária da Rede Natura 2000- PAF (Prioritized Action Framework) 2021-2027, designadamente das medidas agroambientais nela identificadas.
Principal		Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.3. Serviços de ecossistema: desenvolver e valorizar os serviços ecológicos, promover a biodiversidade, a apicultura e a silvopastorícia.
Principal		Reconhecimento dos serviços de ecossistemas prestados pelo setor agrícola e florestal para o ambiente e sociedade.
	Principal	Implementação de Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)



OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA

OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS

Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Crescente desenvolvimento tecnológico que permite minimizar os impactos na biodiversidade em sistemas de produção fundamentais para o objetivo de abastecimento do sector agroalimentar, como o arroz, milho e o leite.
	Principal	Pacto Ecológico Europeu – <i>Estratégia de «Biodiversidade da UE para 2030»</i> estabelece o objetivo de proteção e restauração de zonas húmidas, turfeiras e ecossistemas costeiros e a gestão sustentável de zonas marinhas, florestas, prados e solos agrícolas, medidas consideradas cruciais para a redução das emissões e a adaptação às alterações climáticas e <i>Estratégia do «prado ao prato»</i> é uma oportunidade para reforço e melhoria da sustentabilidade das políticas com incidência na agricultura e silvicultura sustentáveis.
	Principal	Valorização da paisagem através da associação de produtos locais incluindo os que têm um reconhecimento oficial.
	Principal	Importância da produção, transformação e consumo local e procura de atividades de lazer pelos bens, turismo de natureza e conhecimento do meio rural, em substituição do consumo de grande escala e do turismo de massas.
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e

 OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS		
Quadrante	Tipo	Constatação
		conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Aparecimento de novas doenças e ameaças para as abelhas o que pode contribui para a diminuição dos polinizadores
	Principal	Aumento da disseminação das espécies exóticas invasoras; aumento das pragas emergentes e das populações dos agentes bióticos nocivos presentes no território, decorrente das alterações climáticas, mas também da globalização do comércio mundial.
	Principal	Substituição de sistemas agrícolas tradicionais por sistemas mais intensivos que alteram a paisagem podendo afetar em algumas zonas os valores naturais dominantes.
	Principal	Aumento das alterações do uso de solo que conduzem à destruição de habitats, à impermeabilização do solo e à alteração da paisagem.
	Principal	Crescente abandono da atividade agrícola no Interior do Continente, decorrente do acentuado despovoamento e envelhecimento populacional das referidas zonas, promove a degradação dos habitats naturais dependentes da atividade agrícola e o desaparecimento de algumas espécies específicas desses habitats.
	Principal	Alterações climáticas com forte impacto na biodiversidade, na suscetibilidade à desertificação, na paisagem e noutros valores naturais.
	Principal	Cenários climáticos preveem aumento da pressão sobre ecossistemas, espécies e habitats com acentuação da perda de biodiversidade.
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT

 <p>OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA</p> <p>OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 <p>OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS</p> <p>OE7: ATRAIR OS JOVENS AGRICULTORES E FACILITAR O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NAS ZONAS RURAIS</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Abertura à inovação tecnológica e à introdução de novas culturas por parte dos jovens agricultores.
	Principal	Os jovens agricultores apresentam em média um maior nível de formação.
	Principal	Rede de Instituições de Ensino Profissional Superior agrícola com experiência no ensino, na formação e na experimentação, como plataforma de conhecimento no apoio aos jovens agricultores.
	Principal	Os projetos apresentados por jovens agricultores aos Programas de Desenvolvimento Rurais apresentam um nível assinalável de investimento e com taxas de apoio mais elevadas, comparativamente com os outros agricultores.
	Principal	O valor acrescentado da produção em regadio eficiente, que incorpora inovação, conhecimento, novas culturas, tecnologia é um fator de atração de jovens agricultores e investidores.
	Principal	Elevada procura por setores agrícolas de maior intensidade produtiva (e.g. frutos frescos e horticultura).
	Principal	A atribuição de prémio de instalação, a fundo perdido, no caso da primeira instalação de Jovens Agricultores constitui um fator de alavancagem do investimento numa fase inicial.
	Principal	Evolução favorável do acesso à reserva nacional por parte de Jovens Agricultores: Novos Agricultores - "New entrants".
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000	

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE7: ATRAIR OS JOVENS AGRICULTORES E FACILITAR O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NAS ZONAS RURAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	O acesso à terra é o principal fator de constrangimento ao início da atividade dos jovens agricultores portugueses.
	Principal	Situações de arrendamento nomeadamente de curtos prazos (mínimo de 7 anos), e mais ainda no caso das cedências, conferem ao jovem agricultor um poder limitado das suas decisões de gestão (recurso terra), condicionando no futuro a sua continuidade na exploração agrícola.
	Principal	Dificuldade de transferência da exploração por parte dos produtores mais velhos para os mais novos (burocráticas, culturais, económicas)
	Principal	O acesso a conhecimento e ao apoio técnico constitui um fator de constrangimento ao início, manutenção e inovação da atividade dos jovens agricultores, especialmente manifestada por aqueles sem ligação prévia ao setor agrícola.
	Principal	O acesso ao financiamento é mais difícil nos jovens agricultores face aos restantes agricultores, constatando-se que a possibilidade de apresentação de pedidos de adiantamento é limitada nos projetos de investimento face às exigências das entidades financiadoras.
	Principal	A perceção do risco de investimento por parte das entidades bancárias, para efeitos de concessão de financiamento, é pior nos jovens agricultores face aos restantes agricultores.
	Principal	No acesso a crédito e financiamento, quando comparado com outros agricultores, os jovens agricultores apresentam menos ativos para prestar como garantia, apresentam um plano de negócios mais arriscado
	Principal	Os Jovens agricultores deparam-se com algumas dificuldades, nomeadamente de contratação de mão-de-obra, face à baixa atratividade em fixar populações verificada pelas zonas rurais.
	Principal	Perceção da população jovem sobre a atividade agrícola tornam-na pouco atrativa: baixa remuneração/rendimento e maior risco face a outras atividades económicas.
	Principal	As explorações agrícolas localizadas nos territórios de baixa densidade apresentam custos de produção superiores, sobretudo ao nível da comercialização de produtos.

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE7: ATRAIR OS JOVENS AGRICULTORES E FACILITAR O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NAS ZONAS RURAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Despovoamento mais acentuado nas zonas rurais da interior acompanhada de um grande envelhecimento destas populações, nomeadamente dos agricultores.
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.	
Oportunidades	Principal	Existência de instrumento específico facilitador de acesso à terra por via da Bolsa Nacional de Terras.
	Principal	Tendência crescente de jovens agricultores com ensino superior.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7_Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.2. Conhecimento: promover a partilha e difusão do conhecimento, o estabelecimento de redes de inovação e de criatividade, com grande foco na pequena produção, na agricultura familiar, no papel, contributo e condições das mulheres agricultoras, nos jovens agricultores e nos jovens empresários rurais, e a articulação com as escolas profissionais e entidades com responsabilidades na formação profissional.

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE7: ATRAIR OS JOVENS AGRICULTORES E FACILITAR O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NAS ZONAS RURAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Tendência recente das taxas de juro baixas configura melhor oportunidade para acesso ao financiamento.
	Principal	Existência de instrumento específico facilitador do acesso a investimentos por via do reconhecimento do jovem agricultor como «Jovem Empresário Rural».
	Principal	Importância crescente da diversificação de rendimentos, designadamente nas áreas do turismo, produção de energias renováveis e marketing direto.
	Principal	Possibilidade de apoiar as empresas rurais em fase de arranque, nomeadamente associado ao conceito de Jovem Empresário Rural.
	Principal	A existência de Programas específicos como o Programa de Valorização do interior constituem oportunidades para aumentar a atratividade económica das zonas rurais.
	Principal	Valores de arrendamento/compra de terras são mais baixos nas zonas rurais
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação: A iniciativa visa atrair e fixar pessoas nos meios rurais, sobretudo jovens, em atividades agrícolas, da indústria agroalimentar ou de prestação de serviços a todo o setor e atividades conexas. Desenvolverá uma nova abordagem dirigida à população residente nestes territórios, com atividade relacionada com o setor agroalimentar, nomeadamente a agricultura familiar, aos jovens agricultores e jovens empresários rurais, às mulheres agricultoras, criando e promovendo novos incentivos e benefícios de contexto para que mais pessoas se possam envolver no setor agroalimentar e atividades conexas.
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 9 Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação: 9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). Iniciativa 11 Transição Agro energética: Linha de ação: 11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. Iniciativa 12 Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação: 12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 8 Agricultura 4.0: Linha de ação: 8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. Iniciativa 13 Rede de Inovação: Linha de ação: 13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE7: ATRAIR OS JOVENS AGRICULTORES E FACILITAR O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NAS ZONAS RURAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Diminuição da capacidade de substituição de gerações em idade ativa, em particular nas zonas rurais.
	Principal	Perceção de menor condição de vida nas áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais, com especial enfoque nas áreas culturais, de lazer, no acesso aos serviços públicos (educação, saúde, vias de comunicação e transportes), passando pelo acesso às redes digitais.
	Principal	Diminuição da população ativa no setor agrícola, sobretudo a mais jovem, possibilitando o abandono das terras, diminuindo a fixação de população jovem no meio rural, com eventual diminuição da produção de bens alimentares sustentáveis e promoção da proteção dos recursos naturais.
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio publico ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Pluriatividade e plurirrendimento familiar com viabilização das explorações agrícolas. A agricultura familiar tem papel fundamental na formação do produto e geração de emprego de algumas economias regionais
	Principal	Recursos endógenos - Produtos do território de qualidade reconhecida e/ou certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada para produtos agrícolas nacionais regionais
	Principal	Abordagem LEADER com quase 30 anos de aplicação em Portugal. Cobertura muito significativa do território nacional pelas EDL dos DLBC rurais
	Principal	Experiência do DLBC rural do Continente que visou especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.
	Principal	Existência de fileiras florestais dinâmicas e integradoras de grande tecnologia industrial
	Principal	Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) revistos enquanto instrumento de política essencial tendo em conta nomeadamente a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Florestal, a aplicação das Normas de Intervenção nos Espaços Florestais e o cumprimento dos limites de área.
	Principal	Certificação florestal engloba áreas significativas de floresta contribuindo para uma gestão ativa da floresta na medida em que promove a aplicação do melhor conhecimento técnico disponível pelos produtores florestais e empresas de exploração e comercialização
	Principal	Aprovadas 217 ZIF que correspondem a uma área sob gestão conjunta de 1,39 Mha.
	Principal	Estratégia nacional para as florestas e existência de recente enquadramento legislativo, promotor de uma maior intervenção, gestão e ordenamento no espaço florestal.
	Principal	Constituídas 150 Organizações de Produtores Florestais (OPF), concentradas em mais de 80% nas regiões Norte e Centro.
	Principal	As diferenças entre homens e mulheres em relação à taxa de desemprego não são significativas
	Principal	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior assume valores mais elevados nas mulheres. Cerca de 60% dos diplomados no ensino superior ligado ao setor primário são mulheres
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Necessidade do desenvolvimento de uma estratégia nacional para a Bioeconomia.
	Principal	Maioria da superfície florestal pertencente a pequenos proprietários
	Principal	Dimensão e fragmentação da propriedade com ausência de cadastro de propriedade em especial a Norte do Tejo.
	Principal	Risco crescente em termos de fatores abióticos, nomeadamente incêndios de grande dimensão.
	Principal	Dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal (localização das centrais de biomassa, oferta de biomassa variável por falta de organização da produção)
	Principal	Existência de grandes manchas contínuas e desordenadas da mesma espécie florestal, nomeadamente na região Centro do país, com impactos em termos de atuação preventiva e de combate a incêndios
	Principal	Sistema regulador do setor florestal extremamente complexo com carga administrativa incompatível com a pequena dimensão e criando grandes dificuldades aos pequenos produtores.
	Principal	Povoamentos envelhecidos e decrépitos com menor capacidade produtiva e um menor rendimento das explorações florestais
	Principal	Ausência de infraestruturas em alguns territórios rurais (ex: caminhos...), bem como de serviços básicos de saúde e de educação”
	Principal	Taxa de emprego nas mulheres é inferior à dos homens
	Principal	Apenas 31,8% da população empregada no setor primário são mulheres
	Principal	Cerca de 1/3 dos produtores agrícolas são mulheres; importância das mulheres no número de produtores é maior a norte do país
	Complementar	Apenas 15% da SAU é irrigável

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Distribuição da precipitação anual característica dos climas mediterrânicos gera forte dependência do regadio nas culturas com desenvolvimento no período de primavera-verão.
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Existência de instrumentos de política facilitadores para os agricultores familiares e jovens em zonas rurais em resultado da criação dos Estatutos da "Agricultura Familiar" e "Jovem Empresário Rural", conferindo maior capacidade de resiliência económica e coesão social e territorial
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação: 6.4. Pequena agricultura e agricultura familiar: promover a conservação e valorização dos recursos dos territórios associados à atividade agrícola. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.5. Inovação organizacional: reconhecer modelos inovadores de organizações de produtores ou cooperativas, adaptados à pequena agricultura familiar e multiprodutos. <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.3. Agricultura familiar: direitos relativos aos

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
		consumos de energia, consagrados pelo Estatuto da Agricultura Familiar, como sejam a gestão eficiente de custos e redução dos custos de energia e a utilização de energias com base em fontes de produção renováveis
	Principal	Recursos endógenos - Potencial de diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (e.g. turismo zonas rurais produção de energia renovável, artesanato) e maior valorização dos produtos locais nos mercados.
	Principal	Cadeias curtas - Aumento da procura mercados locais e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico
	Principal	Perceção da população ao associar as áreas rurais a qualidade de vida, quer em termos de ambiente (e.g. mais qualidade do ar, menos ruído), quer em tempo (e saúde e dinheiro) gasto em transportes para percurso casa-trabalho-casa, logo mais stress e menos tempo com a família, a uma maior ligação às origens e à natureza, a preços mais baixos com a habitação e benefícios fiscais em algumas regiões
	Principal	Modelo governação do DLBC rural - Possibilidade ao nível do Regulamento Comunitário de se definir uma entidade única de gestão da implementação do DLBC para todos os Fundos.
	Principal	DLBC Plurifundos - possibilidade de potenciar o impacto das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), através da complementaridade dos apoios dos vários fundos comunitários disponíveis, através dos Programas financiadores com a articulação de instrumentos de política
	Principal	Utilização de subprodutos agrícolas como matérias-primas.
	Principal	Potencial de expansão dos setores da bioeconomia (biomassa natural, lamas, estrumes, sub-produtos agroindústria, etc...)
	Principal	Tendência da eliminação do plástico e maior utilização do papel
	Principal	Valorização agrícola de subprodutos agrícolas, ambientalmente seguros, com o objetivo de aumentar o teor de matéria orgânica e a retenção de água no solo e consequentemente promover a sua fertilidade.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 5</u> Agricultura circular: Linha de ação:5.3. Biogás: Promover soluções integradas de tratamento dos efluentes agropecuários associadas à recuperação de biogás para produção de energia; 5.4. Biorrefinarias e pequenas centrais de biomassa: implementar biorrefinarias rurais/regionais direcionadas para a obtenção de bioprodutos, otimizar a utilização de agrobiomassas não competindo com a cadeia alimentar (humana e animal), desenvolver novos processos e novos produtos de maior valor acrescentado, apostar na digitalização, e em pequenas centrais de produção de energia (calor/eletricidade); 5.5. Subprodutos: explorar a valorização de subprodutos numa lógica de cascata de valor e de abordagem integrada dos sistemas de produção, promover a integração de atividades como os subprodutos em alimentação animal e os serviços de ecossistema.
	Principal	Aproveitamento das florestas enquanto recursos turísticos nacionais, associadas a monumentos construídos, Matas nacionais e Parques.
	Principal	Potencial da implementação de políticas ligadas ao pagamento de serviços de ecossistemas, como poderá ser o caso do montado multifuncional
	Principal	Promover a gestão conjunta dos espaços florestais no minifúndio, designadamente através das ZIF
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 7</u> Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.5. Territórios rurais inteligentes: desenvolver territórios rurais mais inovadores, através do envolvimento dos vários atores locais, dos recursos endógenos, do conhecimento, num processo participado e igualitário, adaptado à realidade local, capaz de contextualizar as diferentes soluções tecnológicas e com ações integradas que contribuam para a adoção de diferentes ferramentas disponíveis, nomeadamente digitais. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.4. Empreendedorismo: criar e dinamizar uma Rede de Incubadoras de Base Rural com uma cobertura territorial significativa, incentivando a participação de grupos sub-representados, designadamente das mulheres.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 6</u> Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.6. Infraestruturas: promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Implementação do Programa Nacional de Regadios e programas do PNI2030 num contexto da preocupação crescente em matéria de gestão eficiente da água, de adaptação às alterações climáticas e de combate à desertificação (revitalização do regadio existente e aumento da área regada)
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 9 Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). Iniciativa 11 Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. Iniciativa 12 Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 8 Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. Iniciativa 13 Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. Iniciativa 10 Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. Iniciativa 12 Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. Iniciativa 15 Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8 Agricultura 4.0</u> : Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15 Reorganiza</u> : Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Dificuldade na desclassificação de resíduos com vista à sua valorização enquanto sub-produtos.
	Principal	Em resultado das alterações climáticas, poderão implicar mudanças na gestão e distribuição dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado.
	Principal	Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente, e incêndios
	Principal	O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas
	Principal	O declínio do montado e consequente perda de densidade do mesmo, é promotor de um maior risco de desertificação
	Principal	Inviabilidade económica em situações potenciais de aproveitamento dos produtos da bioeconomia.
	Principal	Diminuição da capacidade de substituição de gerações em idade ativa, em particular nas zonas rurais
	Principal	Perceção de menor condição de vida em várias áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais, com especial enfoque nas áreas culturais, de lazer, no acesso aos serviços públicos (educação, saúde, vias de comunicação e transportes), passando pelo acesso às redes digitais
	Complementar	Ausência de infraestruturas em vários territórios nomeadamente rurais (e.g. banda larga, regadio, caminhos...)
Complementar	Os riscos climáticos poderão potenciar fenómenos limitantes da produção agrícola	

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

 OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
Pontos Fortes	Principal	Plano Nacional de Combate à Resistência aos Antimicrobianos 2019-2023.
	Principal	Maior sensibilização dos produtores para a utilização mais racional dos produtos fitofarmacêuticos através da adoção da produção integrada.
	Principal	Corpo Técnico reconhecido para apoiar na Produção integrada
	Principal	Disponibilização crescente de substâncias de baixo risco incluindo biopesticidas.
	Principal	Existência de sistemas extensivos de produção agrícola (e.g. olival tradicional, pastoreio extensivo) valorizados pelo consumidor, nomeadamente pela sua ligação a uma menor utilização de pesticidas, de antibióticos assim como a um maior nível de bem-estar animal.
	Principal	Decréscimo da venda global de fitofarmacêuticos nos últimos 16 anos (2002-2017), com redução de intensidade de aplicação por SAU e por unidade de produção vendida.
	Principal	Processos bem-sucedidos de aplicação das regras de melhoria relativas ao Bem-Estar animal em Portugal (ex: estabulação, gaiolas, etc.)
	Principal	Reconhecimento que existem controlos adequados à aplicação do Bem-Estar animal
	Principal	Adoção recente de uma Estratégia Nacional de Combate do Desperdício Alimentar e do PAEC – Plano de Ação para a Economia Circular.
	Principal	Desenvolvimento de redes alimentares locais (ex; mercados de agricultores e sistemas de entrega ao domicílio)
	Principal	A boa qualidade e imagem favorável de certos produtos associados à Dieta mediterrânica junto dos consumidores.
	Principal	Dieta Mediterrânica reconhecida pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade, cujo padrão alimentar tem ainda adesão significativa em Portugal.
	Complementar	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional

OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
 <p>OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Portugal tem uma única rede rural nacional que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)
	Complementar	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no sub-grupo Inovação da PEI AGRI
	Complementar	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década
	Complementar	Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000
	Complementar	Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais
	Complementar	Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.
	Complementar	Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público
	Complementar	Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)
	Complementar	As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.
	Complementar	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada
	Complementar	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)
	Complementar	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.
	Complementar	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados
	Complementar	Setores mais especializados do complexo agro-florestal com aumento da acessibilidade às TIC
Pontos Fracos	Principal	Aumento do consumo de antimicrobianos para animais produtores de alimentos.
	Principal	Portugal é dos EM que mais consome antimicrobianos, apresentando uma tendência de aumento de 2011 a 2016.
	Principal	Sistema de sanções europeu da condicionalidade demasiado tolerante- Bem-estar Animal
	Principal	Fraca perceção pelos consumidores do significado das datas de validade dos alimentos
	Principal	Inexistência de uma rede de matadouros de proximidade (ruminantes)
	Principal	Baixo grau de promoção genérica e informação ao consumidor (Produção animal e vegetal)

OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
 OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Ausência de instrumentos eficazes de proteção da produção nacional (fiscalização de produtos concorrentes) designadamente na carne de bovino; apicultura e vinho
	Principal	Baixa abrangência do Regime Escolar em termos de cobertura de alunos e escolas, e com tendência consistente de redução
	Principal	Crescente afastamento dos hábitos alimentares portugueses do modelo alimentar característico da Dieta Mediterrânica, com especial incidência nos grupos etários mais jovens.
	Principal	Menos de metade dos produtos DOP/IGP/ETG apresenta comercialização certificada
	Principal	Imagem negativa do setor junto da opinião pública devido à associação das atividades agrícolas, incluindo uso de fitofármacos, a efeitos perniciosos para a saúde e ambiente.
	Principal	Opinião pública desfavorável ao transporte de animais vivos (ruminantes) e bem-estar animal.
	Principal	Opinião pública desfavorável ao olival moderno
	Complementar	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.
	Complementar	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
	Complementar	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE
	Complementar	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor
	Complementar	Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas
	Complementar	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar
	Complementar	Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos
	Complementar	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras
	Complementar	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC
	Complementar	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola
	Complementar	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional
	Complementar	Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.
	Complementar	Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.

OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
 OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Complementar	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização
	Complementar	A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações
	Complementar	Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.
Oportunidades	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 2 Uma Só Saúde: Linha de ação:2.2. Metodologias de vigilância: harmonizar abordagens metodológicas, procedimentos operacionais e indicadores utilizados por diferentes entidades na monitorização de zoonoses, doenças da via alimentar e resistência aos antimicrobianos (RAM); 2.3. Desenho e implementação de intervenções de reforço do uso responsável de antimicrobianos em agropecuária.
	Principal	Crescente preocupação do consumidor pelas questões ligadas à utilização de pesticidas, o que traduz potencial de incremento de métodos alternativos de proteção das culturas, incluindo maior recurso as técnicas de proteção integrada nomeadamente uso de agentes de controlo biológico.
	Principal	Adoção, em 2017, da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e do respetivo Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas e Géneros Alimentícios Biológicos e a criação do Observatório Nacional da Produção Biológica.
	Principal	A área de SAU em agricultura biológica é relativamente baixa, o que tem um potencial de crescimento, uma vez que mais do que duplicou nos últimos 10 anos
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 2</u> Uma Só Saúde: Linha de ação:2.1. Consórcio de Inteligência Epidemiológica: criar e operacionalizar um consórcio de Inteligência Epidemiológica com vista a preparar e responder a zoonoses e outras ameaças (re)emergentes.; 2.4. Integração de sistemas: reforçar a interoperabilidade e a gestão de sistemas epidemiológicos de vigilância e controlo, para melhorar a resposta dos organismos da Administração Pública ao impacto de potenciais zoonoses e outras ameaças.
	Principal	Publicação recente da revisão da Diretiva "Resíduos", incluindo a definição do que deve ser considerado desperdício alimentar, associado ao trabalho e estudos da Plataforma UE Perdas e Desperdício alimentar.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.4. Comunicação: informar, formar e educar para uma alimentação saudável e sustentável, e visando o combate ao desperdício alimentar
	Principal	Maior procura de produtos agrícolas por parte de setores como a restauração e o turismo
	Principal	Aumento da procura pelo comércio local e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico (decorre da preocupação com pegada ecológica, e do consumo baseado na confiança)
	Principal	Novas tendências de consumo, que integram preocupações com a sustentabilidade (redução do desperdício alimentar, cadeias curtas, questões nutricionais, menor pegada ecológica).
	Principal	Redes alimentares locais e de pequenos canais de distribuição
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.1. Consumo: fomentar o acesso a alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade (e.g. restauração coletiva, mercados locais, circuitos curtos).
	Principal	Disponibilidade das empresas do setor agroalimentar (inc. indústria e retalho) para adotar soluções voluntária de autorregulação em hábitos saudáveis de alimentação.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.2. Produtos: introduzir tecnologias e medidas de rastreabilidade e autenticidade dos produtos (como tecnologias baseadas em blockchain).
	Principal	Existência de medidas de política e orientações para incentivar a introdução de ementas mediterrânicas nos menus das refeições das cantinas escolares e de promover o tratamento do tema da DM na área de Educação para a saúde, valorizando em simultâneo a produção da agricultura familiar e dos produtos locais e de proximidade.
	Principal	Potencial de produção com qualidade diferenciada para a maior parte dos produtos agrícolas nacionais e com um número muito significativo de denominações de origem.

OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
 <p>OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
	Principal	Crescimento do setor do turismo/conhecimento gastronomia portuguesa.
	Principal	Adoção recente de uma Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável.
	Principal	Importância dos Regimes escolar (Leite e F&H) na educação das crianças e consciencialização das famílias.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 1</u> Alimentação sustentável: Linha de ação:1.3. Dieta Mediterrânica: promover e valorizar a Dieta Mediterrânica.
	Principal	Aprovação da Agenda de Inovação para a agricultura 20 30 - com o objetivo de criar uma sociedade mais informada e consciente sobre as suas escolhas, os contributos e impactos do setor agroalimentar na sua saúde e Bem estar.
	Principal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 2</u> Uma Só Saúde: Linha de ação:2.5. Avaliação de indicadores: desenvolver aplicações para a avaliação remota de indicadores de saúde humana, saúde animal, fitossanidade e higiene ambiental.
	Complementar	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)
	Complementar	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais
	Complementar	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação
	Complementar	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 9</u> Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). <u>Iniciativa 11</u> Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.
	Complementar	Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão, com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água
	Complementar	Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. Digital Innovation Hub (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. <u>Iniciativa 13</u> Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 4</u> Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas. <u>Iniciativa 10</u> Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as

OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS		
 <p>OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS</p>		
Quadrante	Tipo	Constatação
		organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. <u>Iniciativa 12</u> Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.
	Complementar	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares
	Complementar	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)
	Complementar	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)
	Complementar	Estratégia de digitalização Digitalização facilitadora do acesso à informação
	Complementar	Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável
	Complementar	Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais
	Complementar	Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico
	Complementar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: <u>Iniciativa 8</u> Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. <u>Iniciativa 15</u> Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.
Ameaças	Principal	Dependência elevada do glifosado enquanto s.a. de herbicida mais comercializado (64%).
	Principal	Sistemas de rotulagem nutricional demasiado sintéticos que por essa razão penalizam perante o consumidor produtos da dieta mediterrânea.
	Principal	Insuficiência de informação conduz a mensagens não fundamentadas propagadas pela comunicação social que atribuem à agricultura de regadio malefícios não comprovados.
	Complementar	Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT
	Complementar	Problemas de cibersegurança
	Complementar	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
	Complementar	Atraso e lentidão nos processos de apoio publico ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais

III MATRIZ DE NECESSIDADES E LIGAÇÃO AOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Da análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) foi possível identificar as seguintes necessidades para cada Objetivo Estratégico (alínea b) artigo 96 da Proposta de Regulamento do PEPAC. Tendo em consideração que existem necessidades que são comuns a vários objetivos específicos, optou-se por associar essa necessidade comum a um só objetivo – “*necessidade principal*”(P)- e sinalizar, essa necessidade comum, nos restantes objetivos específicos, como “*complementar*”(C).

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N1.1: Manter a atividade agrícola em todo o território através de gestão ativa da superfície agroflorestal, sem quedas acentuadas a nível regional	P									
N2.1: Melhorar o rendimento da agricultura e a sua atratividade face ao resto da economia	P									
N3.1: Ter níveis mínimos de abastecimento nos principais bens alimentares	P									
N4.1: Reforçar a prevenção, gestão de riscos e catástrofes	P									
N5.1: Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	P									
N1.2: Valorizar produtos de qualidade diferenciada	C	P								
N2.2 Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	C	P		C				C		
N3.2. Melhorar a disponibilização de mão-de-obra agrícola.	C	P								
N4.2: Otimizar os custos de produção nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização de fatores de produção.	C	P								
N5.2: Facilitar o acesso à terra por parte dos agricultores.	C	P								
N6.2: Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores.	C	P								
N7.2: Promover e divulgar os produtos agrícolas nacionais no mercado interno e externo.	C	P								
N8.2: Redução de custos de contexto nomeadamente no que se refere a processos de licenciamento.	C	P								
N1.3: Promover a organização da produção		C	P							
N2.3: Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar		C	P							
N3.3: Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar		C	P							
N1.4: Mitigar as emissões de GEE através da melhoria da digestibilidade da alimentação animal.				P						
N2.4: Melhorar a gestão dos efluentes pecuários promovendo a valorização agrícola e através de outros fins, privilegiando a fertilização orgânica com redução do uso de fertilizantes inorgânicos.				P						

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N3.4: Mitigar as emissões de GEE e aumentar a capacidade de armazenagem de carbono atmosférico e melhorar o teor de matéria orgânica no solo.				P						
N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.	C	C		P						
N5.4: Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.				P						
N6.4: Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria.		C		P						
N1.5: Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a <i>stress</i> hídrico.		C		C	P					
N2.5 Melhorar a qualidade da água superficiais e subterrâneas com prioridade nas zonas sujeitas a maior pressão.					P					
N3.5 Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.				C	P					
N4.5 Melhorar a qualidade do ar através da redução das emissões de amoníaco (NH3) com enfoque na alteração de práticas e tecnologias, bem como pela redução da emissão de poluentes atmosféricos decorrentes de queimadas e da ocorrência de incêndios rurais.					P					
N5.5. Melhorar a capacidade de resposta ao aumento da incidência e emergência de pragas e doenças, num contexto da regulação de autorização de uso de pesticidas e de resistência antimicrobiana.					P					
N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.		C		C	P					
N1.6 Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais e florestais		C			P					
N2.6 Promover condições adequadas aos polinizadores incluindo apicultura					P					
N3.6 Contrariar a dispersão de espécies invasoras lenhosas e não lenhosas					P					
N4.6 Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade					P					
N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais.				C	P					
N6.6. Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas.					P					
N1.7 Facilitar o acesso à terra por parte dos jovens agricultores e novos agricultores							P			
N2.7 Promover as competências do jovem agricultor e do novo agricultor incluindo o acompanhamento técnico especializado.							P			
N3.7. Facilitar o acesso ao financiamento para os jovens e os novos agricultores e condições de tributação fiscal mais competitivas							P			

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N4.7: Garantir apoio ao rendimento dos jovens agricultores nos primeiros anos de instalação, nomeadamente com vista à redução dos riscos do investimento							P			
N5.7 Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais							P			
N1.8: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado.								P		
N2.8: Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores.								P		
N3.8: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais).								P		
N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta								P		
N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer								P		
N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.								P		
N7.8: Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros.								P		
N1.9: Utilização racional dos produtos antimicrobianos.									P	
N2.9: Promover o uso sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos					C				P	
N3.9: Melhorar o bem-estar animal e a resposta a zoonoses bem como a respetiva comunicação ao consumidor									P	
N4.9: Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar									P	
N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)		C	C						P	
N6.9: Melhorar a informação e a formação do consumidor em termos de rotulagem alimentar (e.g. rotulagem nutricional <i>front-of-pack</i> , rotulagem de origem, formas mais sustentáveis ou diferenciadoras de processos produtivos, significado das datas de validade dos géneros alimentícios)									P	
N7.9: Promover os produtos da gastronomia portuguesa e a sua relação com dietas saudáveis		C							P	
N8.9: Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima									P	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P

Necessidades	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OT
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P

 OBJETIVO TRANSVERSAL: MODERNIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DA PROMOÇÃO E DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS, DA INOVAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO
Necessidades- principais
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura

	<p>OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR</p> <p>OE1: APOIAR OS RENDIMENTOS E A RESILIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS VIÁVEIS EM TODA A UNIÃO, DE MODO A REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR</p>
Necessidades- principais	
N1.1: Manter a atividade agrícola em todo o território através de gestão ativa da superfície agroflorestal, sem quedas acentuadas a nível regional	
N2.1: Melhorar o rendimento da agricultura e a sua atratividade face ao resto da economia	
N3.1: Ter níveis mínimos de abastecimento nos principais bens alimentares	
N4.1: Reforçar a prevenção, gestão de riscos e catástrofes	
N5.1: Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	
Necessidades- complementares	
N1.2: Valorizar produtos de qualidade diferenciada	
N2.2: Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	
N3.2: Melhorar a disponibilização de mão-de-obra agrícola.	
N4.2: Otimizar os custos de produção nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização de fatores de produção.	
N5.2: Facilitar o acesso à terra por parte dos agricultores.	
N6.2: Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores.	
N7.2: Promover e divulgar os produtos agrícolas nacionais no mercado interno e externo.	
N8.2: Redução de custos de contexto nomeadamente no que se refere a processos de licenciamento.	
N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.	
N1.OT Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	<p>OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR</p>
	<p>OE2: REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO</p>
Necessidades- principais	
N1.2: Valorizar produtos de qualidade diferenciada	
N2.2 Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	
N3.2. Melhorar a disponibilização de mão-de-obra agrícola.	
N4.2: Otimizar os custos de produção nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização de fatores de produção.	
N5.2: Facilitar o acesso à terra por parte dos agricultores.	
N6.2: Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores.	
N7.2: Promover e divulgar os produtos agrícolas nacionais no mercado interno e externo.	
N8.2: Redução de custos de contexto nomeadamente no que se refere a processos de licenciamento.	
Necessidades- complementares	
N1.3: Promover a organização da produção	
N2.3: Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar	
N3.3: Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar	
N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.	
N6.4: Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria.	
N1.5: Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a <i>stress</i> hídrico.	
N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.	
N1.6 Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais e florestais	
N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)	
N7.9: Promover os produtos da gastronomia portuguesa e a sua relação com dietas saudáveis	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	OG1: PROMOVER UM SETOR AGRÍCOLA INTELIGENTE, RESILIENTE E DIVERSIFICADO, DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR
	OE3: MELHORAR A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA CADEIA DE VALOR
Necessidades- principais	
N1.3: Promover a organização da produção	
N2.3: Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar	
N3.3: Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar	
Necessidades- complementares	
N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA
	OE4: CONTRIBUIR PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PARA A ATENUAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, BEM COMO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL
Necessidades- principais	
N1.4: Mitigar as emissões de GEE através da melhoria da digestibilidade da alimentação animal.	
N2.4: Melhorar a gestão dos efluentes pecuários promovendo a valorização agrícola e através de outros fins, privilegiando a fertilização orgânica com redução do uso de fertilizantes inorgânicos.	
N3.4: Mitigar as emissões de GEE e aumentar a capacidade de armazenagem de carbono atmosférico e melhorar o teor de matéria orgânica no solo.	
N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.	
N5.4: Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.	
N6.4: Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria.	
Necessidades- complementares	
N2.2 Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	
N1.5: Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a <i>stress</i> hídrico.	
N3.5 Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.	
N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.	
N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais.	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	<p>OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA</p>
	<p>OE5: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS COMO A ÁGUA, OS SOLOS E O AR</p>
Necessidades- principais	
N1.5: Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a stress hídrico.	
N2.5 Melhorar a qualidade da água superficiais e subterrâneas com prioridade nas zonas sujeitas a maior pressão.	
N3.5 Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.	
N4.5 Melhorar a qualidade do ar através da redução das emissões de amoníaco (NH3) com enfoque na alteração de práticas e tecnologias, bem como pela redução da emissão de poluentes atmosféricos decorrentes de queimadas e da ocorrência de incêndios rurais.	
N5.5. Melhorar a capacidade de resposta ao aumento da incidência e emergência de pragas e doenças num contexto da regulação de autorização de uso de pesticidas e de resistência antimicrobiana.	
N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.	
Necessidades- complementares	
N2.9: Promover o uso sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	<p>OG 2: APOIAR A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CONTRIBUIR PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIÃO RELACIONADOS COM O AMBIENTE E O CLIMA</p>
	<p>OE6: CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MELHORAR OS SERVIÇOS LIGADOS AOS ECOSISTEMAS E PRESERVAR OS HABITATS E AS PAISAGENS</p>
Necessidades- principais	
N1.6 Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais e florestais	
N2.6 Promover condições adequadas aos polinizadores incluindo apicultura	
N3.6 Contrariar a dispersão de espécies invasoras lenhosas e não lenhosas	
N4.6 Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade	
N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais.	
N6.6. Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas.	
Necessidades- complementares	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS
	OE7: ATRAIR OS JOVENS AGRICULTORES E FACILITAR O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NAS ZONAS RURAIS
Necessidades- principais	
N1.7 Facilitar o acesso à terra por parte dos jovens agricultores e novos agricultores	
N2.7 Promover as competências do jovem agricultor e do novo agricultor incluindo o acompanhamento técnico especializado.	
N3.7. Facilitar o acesso ao financiamento para os jovens e os novos agricultores e condições de tributação fiscal mais competitivas	
N4.7. Garantir apoio ao rendimento dos jovens agricultores nos primeiros anos de instalação, nomeadamente com vista à redução dos riscos do investimento	
N5.7 Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	
Necessidades- complementares	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS
	OE8: PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL
Necessidades- principais	
N1.8: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado.	
N2.8: Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores.	
N3.8: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais).	
N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta	
N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer	
N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.	
N7.8: Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros.	
Necessidades- complementares	
N2.2 Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas)	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

	OG3 – REFORÇAR O TECIDO SOCIOECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS
OE9: MELHORAR A RESPOSTA DADA PELA AGRICULTURA EUROPEIA ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE NO DOMÍNIO ALIMENTAR E DA SAÚDE, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTARES SEGUROS, NUTRITIVOS E SUSTENTÁVEIS, AOS RESÍDUOS ALIMENTARES E AO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS	
Necessidades- principais	
N1.9: Utilização racional dos produtos antimicrobianos.	
N2.9: Promover o uso sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos	
N3.9: Melhorar o bem-estar animal e a resposta a zoonoses bem como a respetiva comunicação ao consumidor	
N4.9: Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar	
N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)	
N6.9: Melhorar a informação e a formação do consumidor em termos de rotulagem alimentar (e.g. rotulagem nutricional <i>front-of-pack</i> , rotulagem de origem, formas mais sustentáveis ou diferenciadoras de processos produtivos, significado das datas de validade dos géneros alimentícios)	
N7.9: Promover os produtos da gastronomia portuguesa e a sua relação com dietas saudáveis	
N8.9: Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima	
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	
N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.	
N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.	
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	

Anexo - Relação Necessidades SWOT

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
N1.1: Manter a atividade agrícola em todo o território através de gestão ativa da superfície agroflorestal, sem quedas acentuadas a nível regional	Maior capacidade de resiliência da agricultura em situações de crise	Potencial produtivo agrícola nacional limitado pelas condições edafoclimáticas dominantes na maior parte do território nacional		Menor autonomia na gestão da exploração por dependência de serviços externos
		Existência de explorações de reduzida dimensão física e económica, e fragmentadas, com problemas de viabilidade		
		Apesar da estabilização da SAU nos últimos anos, a superfície agrícola tem vindo a decrescer desde 1989, com exceção da região do Alentejo em resultado nomeadamente dos novos empreendimentos hidroagrícolas		
		Áreas do interior centro e sul do país, e ao longo da fronteira com Espanha, com particular incidência no sul do Alentejo, possuem baixos níveis de acessibilidade, baixa densidade populacional e baixa especialização funcional no que se refere ao acesso a serviços.		
N2.1 : Melhorar o rendimento da agricultura e a sua atratividade face ao resto da economia	Tendência recente de convergência do rendimento agrícola com salários médios da economia	Rendimento da atividade agrícola em Portugal inferior à média da UE28 e economia nacional	Persistência de níveis de inflação baixos	Competição com outros sectores económicos (por fatores de produção - mão-de-obra, terra e capital)
	Pagamentos diretos contribuem para a sustentabilidade do rendimento das explorações e promovem a sua estabilização	Volatilidade dos rendimentos das explorações	Convergência dos pagamentos diretos favorece o rendimento dos setores extensivos e de setores como Frutos, Hortícolas e Vinho	Evolução dos preços agrícolas abaixo do valor de inflação
	Existência de alguns setores onde a maioria dos agricultores ou do volume de negócios apresenta rentabilidade total sem políticas de apoio ao rendimento.	Redução da mão-de-obra familiar associado à falta de rendimento das explorações	Utilização de novas tecnologias com vista à redução de custos com fatores de produção e ganhos de eficiência	A convergência dos pagamentos diretos exerce uma pressão negativa sobre o rendimento dos setores mais intensivos (leite, arvenses de regadio, arroz, tomate para indústria)

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	Existência de Sistemas agrícolas multifuncionais que contribuem para uma maior resiliência e estabilização do rendimento	Dependência de fontes externas de rendimento (Pluriatividade e plurirrendimento) para viabilização das explorações	Crescimento do consumo de bens alimentares	
	Tendência recente do alinhamento da evolução dos preços agrícolas idêntica à inflação	Persistência de explorações/sistemas agrícolas de baixo rendimento/Subsistência de constrangimentos estruturais importantes (reduzida dimensão da exploração, reduzida escala e com baixo grau de organização)		
	Melhoria das produtividades do fator trabalho na agricultura associada a implementação de novas tecnologias	Dificuldade genérica em remunerar os fatores de produção, nomeadamente se se tomar como referência o salário médio da economia.		
	Crescimento do VAB agroalimentar, em volume, desde 2000	Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores (baixa remuneração do trabalho na agricultura familiar no minifúndio e baixa remuneração de terra/capital nas explorações extensivas)		
		Crescimento da produção agrícola tem dependido parcialmente de setores fortemente utilizadores de consumos intermédios importados		
		As zonas rurais apresentam um PIB per capita inferior à média nacional, representando, em 2016, 84% do valor médio nacional. m geral as regiões localizadas no interior norte e centro do país apresentam um PIB per capita inferior à média		
		Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores e atividades locais de baixo valor acrescentado		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
N3.1: Ter níveis mínimos de abastecimento nos principais bens alimentares	A oferta de produtos agrícolas nacionais tem conseguido satisfazer a procura em alguns setores, nomeadamente no azeite, no vinho, no leite e no tomate para indústria.	Dificuldade da produção nacional para satisfazer a procura alimentar, nomeadamente nos setores cereais e carne de bovino	Equilíbrio da balança Agroalimentar como objetivo Político do Governo de Portugal.	
	Evolução positiva da taxa de cobertura agroflorestal	Dificuldade de abastecimento da indústria local e regional	Estratégia dos Cereais (RCM)	
	Crescimento do grau de autoaprovisionamento alimentar a partir de 2011	Défice comercial agroalimentar é estrutural na economia portuguesa		
	Capacidade de produzir alimentos em quantidade e a preços razoáveis aos consumidores.	Exposição ao mercado mundial de <i>commodities</i> /Dependência da importação de matérias-primas para a alimentação do efetivo animal		
N4.1: Reforçar a prevenção, gestão de riscos e catástrofes	Existência de Instrumentos de Gestão do Risco, nomeadamente seguros de colheita, seguros da vinha e dos frutos e hortícolas	Volatilidade dos preços: produtos e consumos intermédios	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.2. Gestão de risco: desenvolver modelos preditivos e elaborar cartas de risco; alargar a contratação do seguro de colheitas. Iniciativa 10 Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.1. Fundos mutualistas: criar condições institucionais para a criação de fundos mutualistas de agricultores.	Risco associado ao impacto das alterações climáticas, nomeadamente em matéria de seca, ondas de calor, inundações, incêndios e pragas e doenças.
		Catástrofes – Fraca capacidade de reinstalação da exploração após catástrofe natural (restabelecimento do potencial produtivo)		Ausência de regime de enquadramento legal para fundos mutualistas adaptados às características do setor.
		Fraca adesão aos seguros de colheita		
		Risco inerente à atividade agrícola e florestal maior que o resto da economia		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
N5.1: Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	Diversidade técnico-produtiva dos sistemas de produção agrícola no território enquanto fator de redução do risco	Existência de marcadas assimetrias na distribuição dos rendimentos e da riqueza, das mais elevadas da União Europeia, verificando-se um maior risco de pobreza nas zonas rurais 22,5% (17,3% média nacional).	Oportunidade de diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (e.g. turismo, produção de energia renovável, artesanato)	Decréscimo acentuado do emprego ao nível dos setores primário (-30%) e secundário (-37%) em contraste com uma tendência de crescimento do emprego no setor terciário (15%), aumento que no entanto foi inferior nas zonas rurais.
	Nas zonas rurais, a taxa de desemprego é, em geral, ligeiramente mais baixa tendo registado em 2017 uma média de 7% (9% média nacional) e de 21% nos jovens (24% média nacional).	Reduzida oferta de condições e oportunidades de vida nas regiões do interior e maior vulnerabilidade social.	Dinamização da agricultura familiar, nomeadamente por via da implementação do Estatuto de Agricultura Familiar, confere maior capacidade de resiliência económica e coesão social e territorial	
		Baixa densidade das zonas rurais limitam o potencial de procura de produtos e serviços nestes territórios.	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.6. Diversificação económica: incentivar a diversidade de atividades em áreas rurais, através da combinação virtuosa da agricultura, pecuária, silvicultura e turismo, e promover a multifuncionalidade dos sistemas agrícolas e agroflorestais.	
N1.2: Valorizar produtos de qualidade diferenciada	Produtos do território de qualidade reconhecida e certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada para produtos agrícolas nacionais		Potencial de crescimento da procura interna, nomeadamente de bens de maior valor acrescentado do complexo agroflorestal.	
	Produtos nos mercados de produtos biológicos, de época, regionais e nacionais nomeadamente associados à dieta mediterrânica ou a boas práticas ambientais/proteção da natureza.		Valorização do produto nos mercados por incorporação de valor associado a boas práticas ambientais/proteção da natureza	
	Produtos com notoriedade própria e circuitos de comercialização estáveis			

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	nos mercados nacional e internacional (e.g. vinho, pera rocha)			
	Existência de produções adaptadas às condições edafoclimáticas, nomeadamente hortofrutícolas, vinho e azeite			
N2.2: Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, banda larga, redes proteção das florestas)		Apenas 15% da SAU é irrigável	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 6 Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.6. Infraestruturas: promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).	Ausência de infraestruturas em vários territórios nomeadamente rurais (e.g. banda larga, regadio, caminhos...)
		Distribuição da precipitação anual característica dos climas mediterrânicos gera forte dependência do regadio nas culturas com desenvolvimento no período de primavera-verão.	Implementação do Programa Nacional de Regadios e programas do PNI2030 num contexto da preocupação crescente em matéria de gestão eficiente da água, de adaptação às alterações climáticas e de combate à desertificação (revitalização do regadio existente e aumento da área regada)	Os riscos climáticos poderão potenciar fenómenos limitantes da produção agrícola
N3.2. Melhorar a disponibilização de mão-de-obra agrícola.	Produção agrícola tem conseguido crescer, em volume, apesar da diminuição do trabalho agrícola, com especial ênfase na mão-de-obra agrícola familiar	Dificuldade em contratar mão-de-obra agrícola (de forma direta ou indireta) em número suficiente e especializada, sobretudo nos períodos de maior exigência em mão-de-obra (e.g. colheita e vindima) e a uma distância adequada da exploração agrícola (assimetrias regionais)		
	Acréscimo da produtividade do trabalho na agricultura pelo reforço da especialização e modernização das explorações agrícolas	Viabilidade de certos setores/regiões assente na baixa remuneração dos fatores (baixa remuneração do trabalho na agricultura familiar no minifúndio e baixa remuneração de terra/capital nas grandes explorações extensivas)		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
		Dificuldade competitiva do setor agrícola para competir com os outros setores na atração da mão-de-obra (e.g. remuneração dos assalariados) e de investimento, nomeadamente nas zonas rurais		
N4.2: Otimizar os custos de produção nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização de fatores de produção.	Aumento da dimensão média das explorações em resultado, nomeadamente de processos de extensificação e de modernização de explorações agrícolas	Recurso a práticas de gestão muito reduzido, nomeadamente à contabilidade organizada / deficiente utilização de ferramentas de gestão no apoio à tomada de decisão pelos agricultores	Maior orientação das Políticas públicas para a transição energética num contexto de elevada dependência nacional de recursos energéticos fósseis e de necessidade de redução das emissões de GEE	Contexto de elevada incerteza económica e política a nível internacional (crises sociais e políticas nos mercados de destino de produtos agroalimentares)
	Elevada diversidade de sistemas de produção a nível regional a par de uma tendência para a especialização das explorações agrícolas	Crescimento da produção agrícola tem dependido parcialmente de setores fortemente consumidores de consumos intermédios importados	Utilização de subprodutos agrícolas como matérias-primas.	Exposição às alterações climáticas, conduzindo a perdas de rendimento com o ajustamento da atividade agrícola, nomeadamente com a adoção de práticas adaptativas e mitigadoras
	Flexibilidade na gestão da exploração pela possibilidade de substituição de custos fixos por custos variáveis	Importância crescente dos custos com energia na estrutura de consumos intermédios		Maior dificuldade na incorporação da tecnologia por parte das pequenas e médias explorações.
	Capacidade de adaptação tecnológica às condições edafoclimáticas	Crescente perda de autonomia na gestão da exploração pela dependência de produtos e serviços externos em alguns setores e territórios		Exposição do setor ao exterior é muito elevado e crescente (globalização) - concorrência com países com custos de produção mais baixos
	Modernização do regadio sustentável reforça a competitividade e resiliência das explorações agrícolas, viabilizando mais opções culturais e de maior valor acrescentado			Volatilidade dos preços dos consumos intermédios agrícolas, nomeadamente dos preços mundiais das matérias-primas (e.g. cereais, petróleo) num contexto de dependência energética do exterior
N5.2: Facilitar o acesso à terra por parte dos agricultores.		Dificuldade de acesso à terra. Falta de informação e transparência do mercado da terra.	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.1. Acesso à terra: facilitar o acesso à terra, promover formas de emparcelamento, estudar e desenvolver	Falta de cadastro rústico limita a mobilidade e o acesso à terra

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			formas inovadoras de acesso e de gestão partilhada e ou agregada.	
N6.2: Melhorar o acesso ao financiamento por parte dos agricultores.	Menor rácio de crédito mal parado na agricultura	Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar	Interesse e prática das instituições financeiras nacionais disponibilizarem linhas de crédito à agricultura com condições vantajosas	
		Dificuldade de acesso a financiamento bancário para realização de investimentos e para suprir necessidades de fundo de maneio constituem constrangimentos à atividade agrícola	Algumas empresas agrícolas têm vindo a melhorar o indicador de autonomia financeira	
		Os agentes económicos do setor agrícola e florestal apresentam dificuldades no acesso a financiamento e crédito	Maior oferta de produtos financeiros aos agricultores	
			Crescimento da procura e crescimento da prestação de serviços à agricultura.	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.3. Instrumentos financeiros: disponibilizar instrumentos financeiros de acesso ao capital e gestão de risco, de apoio aos pequenos agricultores e detentores do Estatuto da Agricultura Familiar e melhorar os instrumentos de apoio à renovação geracional, em especial através da PAC, com um enfoque na mobilização das mulheres para a utilização destes instrumentos e para o empreendedorismo.	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N7.2: Promover e divulgar os produtos agrícolas nacionais no mercado interno e externo.</p>	<p>Consolidação da vocação exportadora do complexo agroflorestral</p>	<p>Alguns produtos agrícolas ainda apresentam reduzida notoriedade da imagem nos mercados externos</p>	<p>Abertura de novos mercados e consolidação da presença dos mercados já explorados por forma a manter a dinâmica das exportações agroalimentares</p>	<p>Custos crescentes com a promoção dos produtos no mercado externo</p>
		<p>Preços ao produtor de azeite com forte dependência do mercado espanhol</p>	<p>Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional</p>	<p>Alteração dos padrões de consumo com impacto na procura de bens alimentares</p>
		<p>Dependência do mercado externo para o leite de pequenos ruminantes.</p>	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.4. Mercados: facilitar o acesso aos mercados, nomeadamente pelo desenvolvimento de plataformas de comercialização e redes de cooperação. Iniciativa 9 Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.2. Promoção nacional: criar campanhas e estratégias para a promoção do consumo agroalimentar nacional; 9.3. Promoção internacional: levantar barreiras à exportação, identificar parceiros que possam apoiar na internacionalização da agroindústria portuguesa e implementar estratégias comuns de comercialização e marketing de produtos agroalimentares e com outros setores de atividade económica (iniciativas de cross-selling e de estratégias de eficiência coletiva), apostando em novas formas de comercialização (comércio eletrónico) e na promoção digital; 9.4 Promoção internacional: assegurar o posicionamento da agricultura nacional junto dos fóruns e entidades com foco no investimento no setor agroalimentar, tendo por base uma proposta de valor distintiva de Portugal enquanto destino de IDE orientado ao setor agroalimentar e que permita reduzir falhas das cadeias de valor.</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico	
			Crescimento do consumo de bens alimentares a nível global	
N8.2: Redução de custos de contexto nomeadamente no que se refere a processos de licenciamento.		Dificuldade para satisfazer as exigências sanitárias e fitossanitárias de alguns dos novos mercados extra-EU, através de restrições impostas por barreiras ao comércio		Dificuldade na desclassificação de resíduos com vista à sua valorização enquanto subprodutos.
		Complexidade em articular as exigências de segurança alimentar e de concorrência		Enquadramento legislativo em matéria de licenciamentos é associado a constrangimentos à atividade agrícola
				Complexidade em matéria de licenciamentos, nomeadamente no âmbito de investimentos associados a regimes mais simplificados de apoio ou que assumam necessidade de atuação rápida
N1.3: Promover a organização da produção	Tendência global crescente do grau de organização, com alguns setores evidenciado elevado grau de organização através de OP	Fraco poder negocial dos produtores agrícolas no âmbito da cadeia de valor agroalimentar devido à atomização do setor da produção agrícola	Afirmação da figura da OP como elemento estruturante para a melhoria da posição dos agricultores na cadeia alimentar	
	Rede ampla setorial e territorial do setor cooperativo agrícola	O grau de organização de OP's tem um comportamento assimétrico quer em termos regionais quer setoriais	Estabilização do rendimento através de organização da produção (e.g. escoamento da produção e redução de custos de produção - economia de escala)	
		O grau de organização dos setores da carne de bovino e de ovino com tendência decrescente nos últimos três anos (2015-2017)	Estratégias setoriais de acesso ao mercado com sucesso (e.g. <i>Portugal foods, Portugal fresh</i>)	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
		Estruturas OP e cooperativas com dificuldades de viabilização financeira e de fusão	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 10 Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.3.Organização da produção: promover organizações de nível superior [interprofissionais, associações ou fusão de Organizações de Produtores (OP) reconhecidas].	
N2.3: Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar		Os preços agrícolas apresentam maior volatilidade que os preços na indústria agroalimentar e no consumidor	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 10 Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.4. Integração: criar medidas de apoio à integração no mercado das pequenas explorações agrícolas e de pequenas unidades de processamento agroalimentar e assegurar relações equilibradas entre os vários operadores das cadeias de abastecimento.	Distorção da integração vertical por via da entrada da distribuição alimentar no setor produtivo
N3.3: Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar		Pouca transparência no funcionamento do mercado, em particular na formação de preços	Aplicação da Diretiva relativa às Práticas Comerciais Desleais	Dificuldade crescente de participação com notoriedade própria no mercado final (Fornecedor vs Marca)
		Cadeia de valor agroalimentar - Elevado grau de concentração na indústria e distribuição agroalimentar. Estruturas OP e cooperativas com dificuldades de viabilização.	Estabelecimento de instrumentos de autorregulação nacional (Código de Boas Práticas, PARCA)	O mercado Agroalimentar tem características que o afastam da Concorrência perfeita; com grande concentração a jusante e com desvantagens para os agricultores
		Elevado grau de concentração na indústria e distribuição agroalimentar	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 9 Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.1. Regulamentação: estabelecer regulamentação incentivadora de boas práticas e impeditiva de práticas comerciais desleais.	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
		Evolução dos preços da produção agrícola cresce abaixo dos preços dos outros segmentos da cadeia		
		Pouca capacidade da produção agrícola em repercutir nos preços de venda o aumento dos custos de produção com impacto negativo sobre as margens dos agricultores		
		Concentração elevada nos fornecedores de fatores de produção (e.g. adubos, fertilizantes, alimentação animal)		
N1.4: Mitigar as emissões de GEE através da melhoria da digestibilidade da alimentação animal.			Investigação sobre aditivos e digestivos alimentares nos ruminantes que contribuam para a redução das emissões de metano.	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 3 Mitigação das alterações climáticas: Linha de ação:3.1. Alimentação animal: apoiar a investigação, desenvolvimento e aplicação de aditivos e regimes alimentares dos ruminantes que contribuam para a redução das emissões de metano.	
N2.4: Melhorar a gestão dos efluentes pecuários promovendo a valorização agrícola e através de outros fins, privilegiando a fertilização orgânica com redução do uso de fertilizantes inorgânicos.	O setor Agricultura (s/ LULUCF) reduziu as emissões de óxido nitroso (N2O), em resultado da diminuição do total de fertilizantes azotados aplicados nos solos agrícola.	Não cumprimento por parte do setor Agricultura (s/LULUCF) da redução de GEE prevista na meta PNAC 2020	Investigação sobre sistemas de gestão de estrumes e outros efluentes pecuários com menores emissões de GEE	
			Boas práticas para a melhoria da mitigação nos setores agricultura, pecuária e floresta identificadas no contexto dos instrumentos de planeamento (RNC 2050 e PNEC 2030).	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			<p>Estratégia Nacional para os Efluentes Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2018-2025)</p> <p>Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB 2019)</p>	
<p>N3.4: Mitigar as emissões de GEE e aumentar a capacidade de armazenagem de carbono atmosférico e melhorar o teor de matéria orgânica no solo.</p>	<p>O setor Agricultura (s/ LULUCF) verifica uma ligeira tendência de redução das emissões (1990-2017)</p> <p>O setor LULUCF é único setor sequestrador líquido de CO2 o que traduz importância da gestão da floresta para a neutralidade carbónica.</p>	<p>O setor Agricultura (s/ LULUCF) apresenta uma tendência de aumento de emissões GEE após 2013 embora represente em 2017 cerca de 9,8% do total nacional de GEE.</p> <p>Ocorrência de grandes incêndios florestais tornam o setor LULUCF em alguns anos emissor de GEE colocando em causa a sua capacidade líquida de sequestro de CO2.</p>	<p>Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)</p> <p>Desenvolvimento e Implementação de um "Sistema Nacional de Informação sobre o solo"</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	<p>O setor LULUCF (Agricultura) reduziu substancialmente as suas emissões líquidas, em resultado da conversão da terra arável em pastagem, floresta bem como na adoção de modos de agricultura de conservação.</p>	<p>O aumento da área de matos sem gestão e o baixo índice da área agrícola com práticas de retenção de carbono no solo (pastagens biodiversas e sementeira direta) mantém o setor LULUCF-Agricultura como emissor líquido.</p>	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 3 Mitigação das alterações climáticas: Linha de ação:3.4. Matéria orgânica no solo: incentivar a implementação de sistemas, culturas e práticas agrícolas que promovam o teor de matéria orgânica no solo (sequestro de carbono), incluindo o aumento da área das pastagens permanentes melhoradas. Iniciativa 5 Agricultura circular: Linha de ação:5.2. Produção animal: promover a produção animal sustentável como elo de ligação na agricultura circular, aumentar a produção, a qualidade e a utilização de pastagens e forragens, visando a adaptação/mitigação, face às alterações climáticas e à necessidade</p>	<p>Cenários climáticos indicam o crescimento dos grandes incêndios contribuindo para a redução significativa da capacidade de sequestro da floresta podendo passar a ser emissor líquido</p>
		<p>Maior suscetibilidade do território à desertificação associado a baixos teores de matéria orgânica dos solos sobretudo no sul do Continente e erosão hídrica mais acentuada no norte e oeste num contexto de alterações climáticas.</p>		<p>Previsão do agravamento dos efeitos do fenómeno desertificação em vastas áreas do território no quadro das alterações climáticas, com os consequentes impactos sobre a matéria orgânica, a erosão hídrica e a capacidade para retenção da água pelo solo.</p>
<p>N4.4: Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos.</p>	<p>Planos de Prevenção, monitorização e de gestão de risco bem como integração nos instrumentos de planeamento a nível nacional, de Regiões Hidrográficas, Comunidades Intermunicipais e municipal das matérias relativas à adaptação às AC.</p>	<p>A baixa adesão a instrumentos de gestão de risco e a fragilidade no funcionamento e articulação do sistema de deteção de pragas e doenças em contexto de crescente ocorrência de doenças e pragas emergentes, bem como de fenómenos meteorológicos e hidrológicos extremos mais severos por ação das AC conduzem a aumento dos prejuízos na agricultura e florestas.</p>	<p>Extensão aos municípios de estratégias EMAAC e sua integração nos instrumentos de gestão territorial, que integre na avaliação do risco.</p>	<p>Perda da atividade agrícola decorrente do despovoamento/envelhecimento populacional em zonas com grande incidência florestal aumenta o risco de grandes incêndios</p>

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	<p>Existência de Agendas Temáticas de Investigação e Desenvolvimento bem como Centro Nacional de Competências específicos para o setor Agroflorestal na área das AC.</p>	<p>Falta de sistematização e divulgação de conhecimento AC relevante em formato adequado aos agricultores. Pouca capacidade de avaliação do efeito de práticas de mitigação/adaptação às AC específicas para o setor agroflorestal. AKIS na área da mitigação/adaptação do setor agrícola e florestal pouco desenvolvido. Problemas de articulação entre conceitos do inventário florestal e os restantes sistemas de informação.</p>	<p>Criação do Portal do Clima de forma a melhorar a transferência de conhecimento da adaptação às AC e sua articulação com a futura Rede PAC.</p>	<p>Cenários climáticos preveem aumento dos problemas com a invasão de exóticas e das pragas e doenças no setor agrícola e florestal.</p>
	<p>Estratégia Nacional de Combate à Desertificação, desde 1999, com um plano de ação nacional revisto em 2014- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)</p>	<p>Falta de integração dos cenários climáticos na cartografia de risco (c/ exceção do setor da vinha). Fragmentação e falta de cobertura do Sistema de avisos agrícola e florestal (riscos bióticos e abióticos) e falta de articulação com a informação sobre as disponibilidades de recursos hídricos e solos.</p>	<p>" Linhas orientadoras para a gestão sustentável do solo agrícola e florestal" adaptação nacional do "Voluntary Guidelines for Sustainable Soil Management - FAO"</p>	<p>Cenários climáticos preveem agravamento dos fenómenos de cheias, inundações e secas.</p>
			<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.4. Adaptação: instalar ou reconverter para culturas com espécies e variedades, melhor adaptadas às alterações climáticas, desenvolver e adotar práticas e técnicas que reduzam a vulnerabilidade e exposição a riscos bióticos e abióticos.</p>	<p>Os cenários climáticos preveem uma redução dos rendimentos do setor e a deslocalização de grande parte das atividades afetando o setor agrícola (cerealicultura, horticultura, olivicultura, viticultura, fruticultura, pecuária extensiva e intensiva) e o florestal (as fileiras do pinheiro bravo e manso, do eucalipto, sobreiro, azinheira e, ainda, a caça e a pesca).</p>
<p>N5.4: Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria.</p>	<p>Uso da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável (aquecimento/arrefecimento e eletricidade) origem nacional, quadruplicou entre 2009 e 2016.</p>	<p>Biomassa para produção de biocombustíveis de origem agrícola é quase toda importada.</p>		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N6.4: Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria.</p>	<p>Capacidade do setor Agricultura, Floresta, Pesca e Agroindústria para diminuir as emissões decorrentes do uso de energia num contexto em que os setores em questão representam 2% (setor Agricultura, Floresta e Pescas) e 1,5% (setor Indústria Agroalimentar) das emissões GEE de energia.</p>	<p>Aumento da eficiência energética do setor agroflorestal -longo prazo, apesar de recente alteração desta tendência.</p>	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 11 Transição Agro energética: Linha de ação:11.2. Produção e consumo de energia: fomentar a eficiência energética e instalação de unidades de produção para o autoconsumo, individual, coletivo ou em contexto de comunidades de energia renovável.</p>	<p>Balço Energético Nacional não desagrega a informação em agricultura, florestas e agroindústrias.</p>
	<p>Redução no consumo de energia (pico verificado em 2002 e menor consumo do período em 2014) e substituição progressiva por combustíveis menos poluentes.</p>			
	<p>Consolidação da tendência de diminuição do consumo e aumento da eficiência energética pela Agroindústria.</p>			
<p>N1.5: Melhorar a gestão dos recursos hídricos através de uma adequada disponibilização e utilização dos mesmos com enfoque nas áreas mais sujeitas a stress hídrico.</p>	<p>Índice de escassez hídrica "reduzido", embora com variações entre as bacias hidrográficas, apresentando-se as bacias RH 1 (Minho, Lima), RH3 (Douro), e RH4 (Vouga Mondego e Lis) "sem escassez".</p>	<p>Localização de uma parte considerável do território continental português em área geográfica sujeita a clima mediterrânico com distribuição heterogénea da precipitação anual e intra-anual gera forte dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão</p>	<p>Criação de uma plataforma institucional alargada no contexto do programa de medidas do Plano Nacional da Água (PNA2016), envolvendo entidades com responsabilidades de governança de setores relevantes, com vista à realização dos objetivos da Diretiva Quadro da Água.</p>	<p>Cenários climáticos preveem um agravamento do índice de escassez hídrica em todo o sul da Europa. Redução da qualidade da água, designadamente das massas de água subterrâneas.</p>
	<p>Entre 2002 e 2016 redução para cerca de metade do volume de utilização de água pelo setor agrícola</p>	<p>Bacias Hidrográficas do Sul e do Oeste do Continente com escassez moderada em termos de stress hídrico. Muito baixa reutilização das águas residuais urbanas tratadas pela agricultura por ausência de oferta no mercado decorrente dos custos associados à sua distribuição.</p>	<p>Evolução e aprofundamento do sistema de reconhecimento de uso eficiente da água</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	Sistema de reconhecimento de uso eficiente da água desenvolvido no presente período de programação 2014-2020	Crescente dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão	Programa Nacional de Regadios	
	Ganho de importância dos sistemas de rega mais eficientes, alguns com recurso a equipamento para monitorização da água no solo.	"Insuficiente monitorização da qualidade e dos volumes de água consumidos na agricultura"	Existência de área temática "Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos" em desenvolvimento no quadro da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA2020).	
	Capacidade de armazenamento das albufeiras tem sido importante em termos de regularização intra e inter anual da oferta de água sobretudo nas regiões hidrográficas do sul do país.	Índice de escassez WEI+ "moderado" nas bacias do Guadiana e Ribeiras do Algarve e Mira, atingindo valores relativamente próximos de escassez severa nas bacias do Sado e Ribeiras do Oeste.	Reutilização efluentes urbanos tratados em usos compatíveis com a rega (nova legislação de normas de reutilização de efluentes urbanos tratados para a rega).	
	Aumento da área de regadios coletivos permite melhorar as operações de monitorização da quantidade e qualidade da água e pode criar condições para uma melhor gestão sustentável do recurso água.		Planos de Gestão de Riscos de inundações (PGRI), onde deverão ser integradas medidas que minimizem os prejuízos na agricultura (culturas e infraestruturas).	
			Articulação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Avisos Agrícolas (avisos de rega, de riscos doenças, pragas e meteorológicos associados a alterações climáticas)	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.3. Gestão dos recursos hídricos: incrementar a capacidade de armazenamento, distribuição e gestão eficiente da água, em linha com o Programa Nacional de Regadios.	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N2.5 Melhorar a qualidade da água superficiais e subterrâneas com prioridade nas zonas sujeitas a maior pressão.</p>	<p>Melhoria do estado global das massas de água superficiais nas regiões hidrográficas RH1 (Minho e Lima), RH2 (Cávado, Ave e Leça), RH5 (Tejo e Ribeiras do Oeste) e RH8 (Ribeiras do Algarve).</p>	<p>Agravamento do estado global das massas de água superficiais nas regiões hidrográficas RH3 (Douro), RH4 Vouga, Mondego e Lis), RH6 (Sado e Mira) e RH7 (Guadiana).</p>	<p>Código de Boas Práticas Agrícolas para a proteção da água contra a poluição com nitratos e fosfatos de origem agrícolas (2018). Estratégia Nacional para os Efluentes Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2018-2025) Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC) Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal- «Estabelecer cadeias de valor de subprodutos num contexto de economia circular em articulação com solução de gestão e encaminhamento de resíduos de origem agrícola».</p>	
	<p>Excedente de azoto inferior à média UE e da maioria dos Estados-Membros da orla mediterrânica.</p>	<p>Agravamento do estado global das massas de águas subterrâneas na região hidrográfica RH4 (Vouga, Mondego e Lis).</p>	<p>Melhoria do levantamento das atividades e instalações com impactes significativos sobre o estado das massas de água para a monitorização específica das substâncias prioritárias nas massas de água superficiais e substâncias perigosas nas massas de água subterrâneas.</p>	
	<p>Tendência de estabilidade na concentração de nitratos nas águas subterrâneas (zonas vulneráveis - diretiva nitratos) representando estas 4,5% do território de Portugal Continental.</p>	<p>Setor agrícola é o principal responsável pelas pressões qualitativas em azoto e fósforo sobre os recursos hídricos.</p>		
	<p>Código de Boas Práticas Agrícolas; Programa de Ação em Zonas Vulneráveis de Portugal Continental - manual de Boas Práticas; Manual de Gestão Sustentável de Efluentes pecuários (NREAP); Estratégia Nacional para os Efluentes</p>	<p>Excedente de N de fósforo apresentam uma tendência de crescimento sendo a RH2 - Cávado, Ave e Leça e a RH4 - Vouga, Mondego e Liz, regiões onde predomina os sistemas mais intensivos (bacias leiteiras e horticultura), as que apresentam maiores pressões.</p>		

Neessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2007-2013)			
	Melhoria do estado global das massas de água subterrânea nas regiões hidrográficas RH5 (Tejo e Ribeiras do Oeste), RH6 (Sado e Mira), RH7 (Guadiana) e RH8 (Ribeiras do Algarve).	Em fase de avaliação a necessidade de delimitação de 3 novas zonas vulneráveis.		
N3.5 Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.	A erosão em Portugal decresceu entre 2000 e 2015, mais do que a média europeia.	A erosão hídrica é o principal processo de degradação do solo em Portugal, com implicações também na perda de carbono do solo, sendo particularmente acentuado nas regiões norte e oeste do Continente.	Estratégia para os Bioresíduos Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC)	
	Redução da percentagem de área agrícola com solos sujeitos a erosão severa superior ao verificado na UE.	Aumento dos riscos de erosão do solo associados à falta de ação rápida na estabilização pós incêndio.	Desenvolvimento e implementação de um "Sistema Nacional de Informação sobre o solo".	
	Elevada representatividade dos sistemas agrícolas e agroflorestais extensivos tradicionais no território, como os montados, soutos tradicionais, silvopastorícia e as áreas estepárias, os quais assentam o seu modo de produção em práticas locais.	Teor de matéria orgânica na camada superficial do solo muito variável no Continente, apresentando na generalidade teores muito reduzidos num contexto de condições climáticas atuais que promovem a sua mineralização.	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.1. Conservação e fertilidade do solo: promover a adoção de práticas agrícolas de conservação do solo e de melhoria da sua fertilidade. Iniciativa 5 Agricultura circular: Linha de ação:5.1. Fertilizantes orgânicos: promover o desenvolvimento de fertilizantes orgânicos, compostagem local, incrementar a fertilidade, estrutura, microbioma, resiliência, sequestro de carbono, redução da	Previsão do agravamento dos efeitos do fenómeno da Desertificação em vastas áreas do território, no quadro das alterações climáticas, potenciando fenómenos de degradação dos solos e da terra, com promoção da erosão hídrica do solo e da sua capacidade para retenção da água e de baixos teores de carbono orgânico no solo, devido ao aumento previsível da temperatura, que agravará o processo da sua mineralização, sobretudo no sul do país.

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			poluição do ar, gestão e proteção da qualidade da água e dos ecossistemas.	
				Cenários Climáticos favorecem o acentuar da ocorrência de fenómenos extremos e consequente agravamento da erosão hídrica e degradação da terra
				Agravamento dos incêndios rurais previstos nos cenários climáticos com impacto na qualidade do ar, na capacidade de infiltração da água no solo no pós incêndio e na qualidade da água.
N4.5 Melhorar a qualidade do ar através da redução das emissões de amoníaco (NH3) com enfoque na alteração de práticas e tecnologias, bem como pela redução da emissão de poluentes atmosféricos decorrentes de queimadas e da ocorrência de incêndios rurais.	Metas de emissão de NH3 para 2020 atingidas em 2017, com esforço adicional para atingir a meta de 2030, com tendência de redução observadas na "gestão de efluentes de suínos e aves" e na "aplicação de fertilizantes N inorgânicos".	A atividade agrícola é a principal responsável pelas emissões nacionais de NH3, sendo a Região Centro e a do Alentejo as que contribuem mais para as emissões. Entre 2015 e 2017 verificou-se crescimento de emissões sobretudo na região Norte e Centro.	(1)Código de Boas Práticas agrícolas para a redução de emissões de amónio" Diretiva Tetos"(2018) (2) Boas Práticas florestais (3) Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica (Diretiva Tetos Nacionais de Emissão de Poluentes Atmosféricos). (4) Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3_AC)	Aumento da incidência e surgimento de novas doenças/pragas decorrentes das alterações climáticas com a necessidade de recurso a produtos fitofarmacêuticos.
	Peso da agricultura com pouca expressão no total de emissão de poluentes para o ar, no que se refere ao SO2, Nox, NMVOC e PM2,5 - Diretiva Tetos.	Sobretudo os incêndios rurais mas também as queimas de resíduos agrícolas são responsáveis pela emissão de "poluentes orgânicos persistentes".		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N5.5. Melhorar a capacidade de resposta ao aumento da incidência e emergência de pragas e doenças num contexto da regulação de autorização de uso de pesticidas e de resistência antimicrobiana.</p>	<p>Redução significativa da venda dos produtos fitofarmacêuticos e da sua aplicação por hectare, assente sobretudo nos fungicidas e ligeira redução de herbicidas.</p>			
	<p>Disponibilização crescente de substâncias biopesticidas de baixo risco</p>			<p>Aumento da incidência e surgimento de novas doenças animais decorrentes das alterações climáticas com necessidade de recurso a fármacos, designadamente antibióticos.</p>
<p>N6.5. Apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para a agricultura biológica.</p>			<p>Existência de Estratégia Nacional de Agricultura Biológica enquanto orientadora de aumento da área em modo de produção biológica, refletindo-se na melhoria da qualidade do solo e na diminuição da utilização de fertilizantes inorgânicos.</p>	
			<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 6 Territórios sustentáveis: Linha de ação: 6.1. Sistemas de produção mais sustentáveis: aumentar a área do Modo de Produção Integrada, Modo de Produção Biológica, Agricultura de Conservação, Agroecologia, e outros regimes sustentáveis; 6.2. Práticas agrícolas: desenvolver e adotar práticas de proteção integrada e agroecologias que permitam a redução do uso e do risco de inputs de síntese.</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N1.6 Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais e florestais</p>	<p>Recursos genéticos vegetais, florestais e animais autóctones de grande riqueza, com grande relevância nos sistemas agrícolas e pecuários extensivos, bem como na proteção e seleção de castas de vinha com enorme potencial de adaptação às AC.</p>	<p>Insuficiente inventariação e mapeamento dos recursos genéticos vegetais autóctones.</p>	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação:4.5. Recursos genéticos: promover a conservação, melhoramento e valorização dos recursos genéticos de natureza animal e vegetal; 4.6. Gestão de vegetação: promover o pastoreio extensivo com raças autóctones e aproveitamento agrícola em redor dos aglomerados populacionais. Iniciativa 6 Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.5. Recursos endógenos: promover a utilização dos recursos genéticos endógenos animais e vegetais. Iniciativa 13 Rede de Inovação: Linha de ação:13.3. Recursos genéticos: conservar e valorizar as coleções de variedades regionais e as raças autóctones, com avaliação de variedades e raças selecionadas em modelos de produção comercial.</p>	
		<p>Muito fraca divulgação e promoção das variedades vegetais (culturas temporárias e culturas permanentes, excetuando a vinha) nacionais melhoradas (melhor adaptadas às nossas condições edafoclimáticas)</p>	<p>A valorização comercial e a manutenção dos Recursos genéticos animais autóctones e variedades vegetais locais permitirá manter recursos importantes pelo seu contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p>	
<p>N2.6 Promover condições adequadas aos polinizadores incluindo apicultura</p>	<p>Apicultura encarada como complemento de rendimento das explorações o que contribui para o aumento dos polinizadores</p>	<p>Preços ao produtor de mel com forte dependência do mercado mundial</p>	<p>Tendência crescente do desenvolvimento do sector apícola-aumento de n.º de apiários e colmeias o que contribui para o aumento dos polinizadores</p>	<p>Aparecimento de novas doenças e ameaças para as abelhas o que pode contribuir para a diminuição dos polinizadores</p>

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	Potencial natural de Portugal continental - elevada adaptação às condições climáticas da subespécie <i>Apis mellifera iberiensis</i> .	Atividade apícola em decréscimo à semelhança dos polinizadores.		
N3.6 Contrariar a dispersão de espécies invasoras lenhosas e não lenhosas		Existência em larga escala de espécies invasoras (vegetais e animais) que põem em risco os valores naturais.		Aumento da disseminação das espécies exóticas invasoras; aumento das pragas emergentes e das populações dos agentes bióticos nocivos presentes no território, decorrente das alterações climáticas, mas também da globalização do comércio mundial.
N4.6 Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade	Património natural rico em espécies de flora e fauna associadas a uma variedade de ecossistemas agrícolas, florestais e silvopastoris em grande parte do território.	Mau estado de conservação dos habitats naturais, especialmente as «Formações Herbáceas», habitat onde se inserem os mais representativos sistemas tradicionais agrícolas extensivos (montados, lameiros e áreas estepárias com rotações de cereal-pousio).	Execução do Quadro de Ação Prioritária da Rede Natura 2000- PAF (Prioritized Action Framework) 2021-2027, designadamente das medidas agroambientais, nela identificadas.	Substituição de sistemas agrícolas tradicionais por sistemas mais intensivos que alteram a paisagem podendo afetar em algumas zonas os valores naturais dominantes.
	Grande representatividade dos sistemas agrícolas e agroflorestais extensivos tradicionais no território, como os montados, olival e souts tradicionais, lameiros, prados e pastagens, silvopastorícia e as áreas estepárias, os quais assentam o seu modo de produção em práticas locais e servem de habitats para espécies ameaçadas ou vulneráveis.	Falta de mapeamento e avaliação a nível nacional dos serviços ecossistemas o que implica desconhecimento por parte das populações locais dos seus contributos para a preservação dos valores ambientais.	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 6 Territórios sustentáveis: Linha de ação:6.3. Serviços de ecossistema: desenvolver e valorizar os serviços ecológicos, promover a biodiversidade, a apicultura e a silvopastorícia.	Aumento das alterações do uso de solo que conduzem à destruição de habitats, à impermeabilização do solo e à alteração da paisagem.
		Mau estado de conservação /estatuto de ameaça de espécies de fauna associadas aos sistemas agrícolas (aves estepárias, aves necrófagas, aves rapina, lince ibérico, lobo ibérico, morcegos, entre outras identificadas no diagnóstico).	Reconhecimento dos serviços de ecossistemas prestados pelo setor agrícola e florestal para o ambiente e sociedade.	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
		Mau estado de conservação /estatuto de ameaça de espécies de flora associadas aos sistemas agrícolas, nomeadamente de espécies endémicas ameaçadas tais como <i>linaria ricardoi</i> (EN).	Implementação de Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	
		Insuficiente conhecimento técnico e científico do estado de conservação de alguns valores naturais.	Crescente desenvolvimento tecnológico que permite minimizar os impactos na biodiversidade em sistemas de produção fundamentais para o objetivo de abastecimento do sector agroalimentar, como o arroz, milho e o leite.	
		Insuficiente identificação no território dos valores naturais associados à rede natura e das áreas protegidas- dificuldade de mapeamento de dados que permitam detalhar/regionalizar o diagnóstico dos valores naturais existentes.		
		Atrasos na implementação do PAF 2014-2020, o que originou a que as atividades previstas para o período anterior fossem transferidas para o PAF 2021-2027.		
		Regressão da área de pequenas manchas agrícolas relevantes para a biodiversidade nas zonas com elevado índice de florestação		
		Existência de sistemas de produção fundamentais para o objetivo de abastecimento do sector agroalimentar, como o arroz, milho e o leite, com impacto na biodiversidade.		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N5.6 Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais.</p>	<p>Reconhecimento internacional de áreas com grande importância para a biodiversidade (Rede Natura 2000) e paisagem (i.e. Douro Património Mundial, Sistema GIAHS Agro Pastoral do Barroso)</p>		<p>Pacto Ecológico Europeu – Estratégia de «Biodiversidade da UE para 2030» estabelece o objetivo de proteção e restauração de zonas húmidas, turfeiras e ecossistemas costeiros e a gestão sustentável de zonas marinhas, florestas, prados e solos agrícolas, medidas consideradas cruciais para a redução das emissões e a adaptação às alterações climáticas e Estratégia do «prado ao prato» é uma oportunidade para reforço e melhoria da sustentabilidade das políticas com incidência na agricultura e silvicultura sustentáveis.</p>	<p>Crescente abandono da atividade agrícola no Interior do Continente, decorrente do acentuado despovoamento e envelhecimento populacional das referidas zonas, promove a degradação dos habitats naturais dependentes da atividade agrícola e o desaparecimento de algumas espécies específicas desses habitats.</p>
	<p>Num contexto de crescente desertificação física, a disponibilização de água associada a Sistemas de Agricultura tradicionais assentes em modos de produção e práticas culturais sustentáveis que garantem a biodiversidade e os valores naturais predominantes locais.</p>			<p>Alterações climáticas com forte impacto na biodiversidade, na suscetibilidade à desertificação, na paisagem e noutros valores naturais.</p>
	<p>75% do território nacional pertence ao Hotspot de biodiversidade do Mediterrâneo e cerca de 22% do território integrado na RN2020, com parte significativa associada a sistemas agroflorestais.</p>			<p>Cenários climáticos preveem aumento da pressão sobre ecossistemas, espécies e habitats com acentuação da perda de biodiversidade.</p>
<p>N6.6. Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas.</p>			<p>Valorização da paisagem através da associação de produtos locais incluindo os que têm um reconhecimento oficial.</p>	
			<p>Importância da produção, transformação e consumo local e procura de atividades de lazer pelos bens, turismo de natureza e</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			conhecimento do meio rural, em substituição do consumo de grande escala e do turismo de massas.	
N1.7 Facilitar o acesso à terra por parte dos jovens agricultores e novos agricultores		O acesso à terra é o principal fator de constrangimento ao início da atividade dos jovens agricultores portugueses.	Existência de instrumento específico facilitador de acesso à terra por via da Bolsa Nacional de Terras.	
		Situações de arrendamento nomeadamente de curtos prazos (mínimo de 7 anos), e mais ainda no caso das cedências, conferem ao jovem agricultor um poder limitado das suas decisões de gestão (recurso terra), condicionando no futuro a sua continuidade na exploração agrícola.		
		Dificuldade de transferência da exploração por parte dos produtores mais velhos para os mais novos (burocráticas, culturais, económicas)		
N2.7 Promover as competências do jovem agricultor e do novo agricultor incluindo o acompanhamento técnico especializado.	Abertura à inovação tecnológica e à introdução de novas culturas por parte dos jovens agricultores.	O acesso a conhecimento e ao apoio técnico constitui um fator de constrangimento ao início, manutenção e inovação da atividade dos jovens agricultores, especialmente manifestada por aqueles sem ligação prévia ao setor agrícola.	Tendência crescente de jovens agricultores com ensino superior.	
	Os jovens agricultores apresentam em média um maior nível de formação.		Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.2. Conhecimento: promover a partilha e difusão do conhecimento, o estabelecimento de redes de inovação e de criatividade, com grande foco na pequena produção, na agricultura familiar, no papel, contributo e condições das mulheres agricultoras,	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			<p>nos jovens agricultores e nos jovens empresários rurais, e a articulação com as escolas profissionais e entidades com responsabilidades na formação profissional.</p>	
<p>N3.7. Facilitar o acesso ao financiamento para os jovens e os novos agricultores e condições de tributação fiscal mais competitivas [Nota: Fora e dentro do PEPAC]</p>	<p>Rede de Instituições de Ensino Profissional Superior agrícola com experiência no ensino, na formação e na experimentação, como plataforma de conhecimento no apoio aos jovens agricultores.</p>	<p>O acesso ao financiamento é mais difícil nos jovens agricultores face aos restantes agricultores, constatando-se que a possibilidade de apresentação de pedidos de adiantamento é limitada nos projetos de investimento face às exigências das entidades financiadoras.</p> <p>A perceção do risco de investimento por parte das entidades bancárias, para efeitos de concessão de financiamento, é pior nos jovens agricultores face aos restantes agricultores.</p> <p>No acesso a crédito e financiamento, quando comparado com outros agricultores, os jovens agricultores apresentam menos ativos para prestar como garantia, apresentam um plano de negócios mais arriscado</p>	<p>Tendência recente das taxas de juro baixas configura melhor oportunidade para acesso ao financiamento.</p> <p>Existência de instrumento específico facilitador do acesso a investimentos por via do reconhecimento do jovem agricultor como «Jovem Empresário Rural».</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N4.7. Garantir apoio ao rendimento dos jovens agricultores nos primeiros anos de instalação, nomeadamente com vista à redução dos riscos do investimento</p>	<p>Os projetos apresentados por jovens agricultores aos Programas de Desenvolvimento Rurais apresentam um nível assinalável de investimento e com taxas de apoio mais elevadas, comparativamente com os outros agricultores.</p>	<p>Os Jovens agricultores deparam-se com algumas dificuldades, nomeadamente de contratação de mão-de-obra, face à baixa atratividade em fixar populações verificada pelas zonas rurais.</p>	<p>Importância crescente da diversificação de rendimentos, designadamente nas áreas do turismo, produção de energias renováveis e marketing direto.</p>	
	<p>O valor acrescentado da produção em regadio eficiente, que incorpora inovação, conhecimento, novas culturas, tecnologia é um fator de atração de jovens agricultores e investidores.</p>			
	<p>Elevada procura por setores agrícolas de maior intensidade produtiva (e.g. frutos frescos e horticultura).</p>			
	<p>A atribuição de prémio de instalação, a fundo perdido, no caso da primeira instalação de Jovens Agricultores constitui um fator de alavancagem do investimento numa fase inicial.</p>			
<p>N5.7 Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais</p>	<p>Evolução favorável do acesso à reserva nacional por parte de Jovens Agricultores: Novos Agricultores - "New entrants".</p>	<p>Perceção da população jovem sobre a atividade agrícola tornam-na pouco atrativa: baixa remuneração/rendimento e maior risco face a outras atividades económicas.</p>	<p>Possibilidade de apoiar as empresas rurais em fase de arranque, nomeadamente associado ao conceito de Jovem Empresário Rural.</p>	<p>Diminuição da capacidade de substituição de gerações em idade ativa, em particular nas zonas rurais.</p>
		<p>As explorações agrícolas localizadas nos territórios de baixa densidade apresentam custos de produção superiores, sobretudo ao nível da comercialização de produtos.</p>	<p>A existência de Programas específicos como o Programa de Valorização do interior constituem oportunidades para aumentar a atratividade económica das zonas rurais.</p>	<p>Perceção de menor condição de vida nas áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais, com especial enfoque nas áreas culturais, de lazer, no acesso aos serviços públicos (educação, saúde, vias de comunicação e transportes), passando pelo acesso às redes digitais.</p>

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
		<p>Despovoamento mais acentuado nas zonas rurais da interior, acompanhada de um grande envelhecimento destas populações, nomeadamente dos agricultores.</p>	<p>Valores de arrendamento/compra de terras são mais baixos nas zonas rurais</p>	<p>Diminuição da população ativa no setor agrícola, sobretudo a mais jovem, possibilitando o abandono das terras, diminuindo a fixação de população jovem no meio rural, com eventual diminuição da produção de bens alimentares sustentáveis e promoção da proteção dos recursos naturais.</p>
			<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação: A iniciativa visa atrair e fixar pessoas nos meios rurais, sobretudo jovens, em atividades agrícolas, da indústria agroalimentar ou de prestação de serviços a todo o setor e atividades conexas. Desenvolverá uma nova abordagem dirigida à população residente nestes territórios, com atividade relacionada com o setor agroalimentar, nomeadamente a agricultura familiar, aos jovens agricultores e jovens empresários rurais, às mulheres agricultoras, criando e promovendo novos incentivos e benefícios de contexto para que mais pessoas se possam envolver no setor agroalimentar e atividades conexas.</p>	
<p>N1.8: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado.</p>	<p>Pluriatividade e plurirrendimento familiar com viabilização das explorações agrícolas. A agricultura familiar tem papel fundamental na formação do produto e geração de emprego de algumas economias regionais</p>		<p>Existência de instrumentos de política facilitadores para os agricultores familiares e jovens em zonas rurais em resultado da criação dos Estatutos da "Agricultura Familiar" e "Jovem Empresário Rural", conferindo maior capacidade de resiliência económica e coesão social e territorial</p>	<p>Diminuição da capacidade de substituição de gerações em idade ativa, em particular nas zonas rurais</p>

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 6 Territórios sustentáveis: Linha de ação: 6.4. Pequena agricultura e agricultura familiar: promover a conservação e valorização dos recursos dos territórios associados à atividade agrícola.</p> <p>Iniciativa 10 Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.5. Inovação organizacional: reconhecer modelos inovadores de organizações de produtores ou cooperativas, adaptados à pequena agricultura familiar e multiprodutos.</p> <p>Iniciativa 11 Transição Agro energética: Linha de ação:11.3. Agricultura familiar: direitos relativos aos consumos de energia, consagrados pelo Estatuto da Agricultura Familiar, como sejam a gestão eficiente de custos e redução dos custos de energia e a utilização de energias com base em fontes de produção renováveis</p>	<p>Perceção de menor condição de vida em várias áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais, com especial enfoque nas áreas culturais, de lazer, no acesso aos serviços públicos (educação, saúde, vias de comunicação e transportes), passando pelo acesso às redes digitais</p>
<p>N2.8: Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores.</p>	<p>Recursos endógenos - Produtos do território de qualidade reconhecida e/ou certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada para produtos agrícolas nacionais regionais</p>		<p>Recursos endógenos - Potencial de diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (e.g. turismo zonas rurais, produção de energia renovável, artesanato) e maior valorização dos produtos locais nos mercados.</p> <p>Cadeias curtas - Aumento da procura mercados locais e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			<p>Perceção da população ao associar as áreas rurais a qualidade de vida, quer em termos de ambiente (e.g. mais qualidade do ar, menos ruído), quer em tempo (e saúde e dinheiro) gasto em transportes para percurso casa-trabalho-casa, logo mais <i>stress</i> e menos tempo com a família, a uma maior ligação às origens e à natureza, a preços mais baixos com a habitação e benefícios fiscais em algumas regiões</p>	
<p>N3.8: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais).</p>	<p>Abordagem LEADER com quase 30 anos de aplicação em Portugal. Cobertura muito significativa do território nacional pelas EDL dos DLBC rurais</p>	<p>Ausência de infraestruturas em alguns territórios rurais (ex: caminhos...), bem como de serviços básicos de saúde e de educação”</p>	<p>Modelo governação do DLBC rural - Possibilidade ao nível do Regulamento Comunitário de se definir uma entidade única de gestão da implementação do DLBC para todos os Fundos.</p>	
	<p>Experiência do DLBC rural do Continente que visou especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.</p>		<p>DLBC Plurifundos - possibilidade de potenciar o impacto das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), através da complementaridade dos apoios dos vários fundos comunitários disponíveis, através dos Programas financiadores com a articulação de instrumentos de política</p>	
<p>N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta</p>		<p>Necessidade do desenvolvimento de uma estratégia nacional para a Bioeconomia.</p>	<p>Utilização de subprodutos agrícolas como matérias-primas.</p>	
		<p>Dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal (localização das centrais de biomassa, oferta de biomassa variável por falta de organização da produção)</p>	<p>Potencial de expansão dos setores da bioeconomia (biomassa natural, lamas, estrumes, subprodutos agroindústria, etc...)</p>	<p>Dificuldade na desclassificação de resíduos com vista à sua valorização enquanto subprodutos.</p>
			<p>Tendência da eliminação do plástico e maior utilização do papel</p>	<p>Inviabilidade económica em situações potenciais de aproveitamento dos produtos da bioeconomia.</p>

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			<p>Valorização agrícola de subprodutos agrícolas, ambientalmente seguros, com o objetivo de aumentar o teor de matéria orgânica e a retenção de água no solo e consequentemente promover a sua fertilidade.</p>	
			<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 5 Agricultura circular: Linha de ação:5.3. Biogás: Promover soluções integradas de tratamento dos efluentes agropecuários associadas à recuperação de biogás para produção de energia; 5.4. Biorrefinarias e pequenas centrais de biomassa: implementar biorrefinarias rurais/regionais direcionadas para a obtenção de bioprodutos, otimizar a utilização de agrobiomassas não competindo com a cadeia alimentar (humana e animal), desenvolver novos processos e novos produtos de maior valor acrescentado, apostar na digitalização, e em pequenas centrais de produção de energia (calor/electricidade); 5.5. Subprodutos: explorar a valorização de subprodutos numa lógica de cascata de valor e de abordagem integrada dos sistemas de produção, promover a integração de atividades como os subprodutos em alimentação animal e os serviços de ecossistema.</p>	
<p>N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e</p>	<p>Existência de fileiras florestais dinâmicas e integradoras de grande tecnologia industrial</p>	<p>Risco crescente em termos de fatores abióticos, nomeadamente incêndios de grande dimensão.</p>	<p>Aproveitamento das florestas enquanto recursos turísticos nacionais, associadas a monumentos construídos, Matas nacionais e Parques.</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer	Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) revistos enquanto instrumento de política essencial tendo em conta nomeadamente a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Florestal, a aplicação das Normas de Intervenção nos Espaços Florestais e o cumprimento dos limites de área.	Povoamentos envelhecidos e decrépitos com menor capacidade produtiva e um menor rendimento das explorações florestais	Potencial da implementação de políticas ligadas ao pagamento de serviços de ecossistemas, como poderá ser o caso do montado multifuncional	Em resultado das alterações climáticas, poderão implicar mudanças na gestão e distribuição dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado.
	Certificação florestal engloba áreas significativas de floresta contribuindo para uma gestão ativa da floresta na medida em que promove a aplicação do melhor conhecimento técnico disponível pelos produtores florestais e empresas de exploração e comercialização			Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente, e incêndios
				O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas
				O declínio do montado e conseqüente perda de densidade do mesmo, é promotor de um maior risco de desertificação
N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade.	Aprovadas 217 ZIF que correspondem a uma área sob gestão conjunta de 1,39 Mha.	Maioria da superfície florestal pertencente a pequenos proprietários	Promover a gestão conjunta dos espaços florestais no minifúndio, designadamente através das ZIF	
	Estratégia nacional para as florestas e existência de recente enquadramento legislativo, promotor de uma maior intervenção, gestão e ordenamento no espaço florestal.	Dimensão e fragmentação da propriedade com ausência de cadastro de propriedade em especial a Norte do Tejo.		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	Constituídas 150 Organizações de Produtores Florestais (OPF), concentradas em mais de 80% nas regiões Norte e Centro.	Existência de grandes manchas contínuas e desordenadas da mesma espécie florestal, nomeadamente na região Centro do país, com impactos em termos de atuação preventiva e de combate a incêndios		
		Sistema regulador do setor florestal extremamente complexo com carga administrativa incompatível com a pequena dimensão e criando grandes dificuldades aos pequenos produtores.		
N7.8: Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros.	As diferenças entre homens e mulheres em relação à taxa de desemprego não são significativas	Taxa de emprego nas mulheres é inferior à dos homens		
	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior assume valores mais elevados nas mulheres. Cerca de 60% dos diplomados no ensino superior ligado ao setor primário são mulheres	Apenas 31,8% da população empregada no setor primário são mulheres	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 7 Revitalização das zonas rurais: Linha de ação:7.5. Territórios rurais inteligentes: desenvolver territórios rurais mais inovadores, através do envolvimento dos vários atores locais, dos recursos endógenos, do conhecimento, num processo participado e igualitário, adaptado à realidade local, capaz de contextualizar as diferentes soluções tecnológicas e com ações integradas que contribuam para a adoção de diferentes ferramentas disponíveis, nomeadamente digitais. Iniciativa 13 Rede de Inovação: Linha de ação:13.4. Empreendedorismo: criar e dinamizar uma Rede de Incubadoras de Base Rural com uma cobertura territorial significativa, incentivando a participação de grupos sub-	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			representados, designadamente das mulheres.	
		Cerca de 1/3 dos produtores agrícolas são mulheres; importância das mulheres no número de produtores é maior a norte do país		
N1.9: Utilização racional dos produtos antimicrobianos.	Plano Nacional de Combate à Resistência aos Antimicrobianos 2019-2023.	Aumento do consumo de antimicrobianos para animais produtores de alimentos.	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 2 Uma Só Saúde: Linha de ação:2.2. Metodologias de vigilância: harmonizar abordagens metodológicas, procedimentos operacionais e indicadores utilizados por diferentes entidades na monitorização de zoonoses, doenças da via alimentar e resistência aos antimicrobianos (RAM); 2.3. Desenho e implementação de intervenções de reforço do uso responsável de antimicrobianos em agropecuária.	
		Portugal é dos EM que mais consome antimicrobianos, apresentando uma tendência de aumento de 2011 a 2016.		

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
N2.9: Promover o uso sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos	Maior sensibilização dos produtores para a utilização mais racional dos produtos fitofarmacêuticos através da adoção da produção integrada.		Crescente preocupação do consumidor pelas questões ligadas à utilização de pesticidas, o que traduz potencial de incremento de métodos alternativos de proteção das culturas, incluindo maior recurso as técnicas de proteção integrada nomeadamente uso de agentes de controlo biológico.	Dependência elevada do glifosado enquanto herbicida mais comercializado (64%).
	Corpo Técnico reconhecido para apoiar na Produção integrada		Adoção, em 2017, da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e do respetivo Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas e Géneros Alimentícios Biológicos e a criação do Observatório Nacional da Produção Biológica.	
	Disponibilização crescente de substâncias de baixo risco incluindo biopesticidas.		A área de SAU em agricultura biológica é relativamente baixa, o que tem um potencial de crescimento, uma vez que mais do que duplicou nos últimos 10 anos	
	Existência de sistemas extensivos de produção agrícola (e.g. olival tradicional, pastoreio extensivo) valorizados pelo consumidor, nomeadamente pela sua ligação a uma menor utilização de pesticidas, de antibióticos assim como a um maior nível de bem-estar animal.			
	Decréscimo da venda global de fitofarmacêuticos nos últimos 16 anos (2002-2017), com redução de intensidade de aplicação por SAU e por unidade de produção vendida.			

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
N3.9: Melhorar o bem-estar animal e a resposta a zoonoses bem como a respetiva comunicação ao consumidor	Processos bem-sucedidos de aplicação das regras de melhoria relativas ao Bem-Estar animal em Portugal (ex: estabulação, gaiolas, etc.)	Sistema de sanções europeu da condicionalidade demasiado tolerante- Bem-estar Animal	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 2 Uma Só Saúde: Linha de ação:2.1. Consórcio de Inteligência Epidemiológica: criar e operacionalizar um consórcio de Inteligência Epidemiológica com vista a preparar e responder a zoonoses e outras ameaças (re) emergentes. 2.4. Integração de sistemas: reforçar a interoperabilidade e a gestão de sistemas epidemiológicos de vigilância e controlo, para melhorar a resposta dos organismos da Administração Pública ao impacto de potenciais zoonoses e outras ameaças.	
	Reconhecimento que existem controlos adequados à aplicação do Bem-Estar animal			
N4.9: Prevenir, reduzir e monitorizar perdas e desperdício alimentar	Adoção recente de uma Estratégia Nacional de Combate do Desperdício Alimentar e do PAEC – Plano de Ação para a Economia Circular.	Fraca perceção pelos consumidores do significado das datas de validade dos alimentos	Publicação recente da revisão da Diretiva "Resíduos", incluindo a definição do que deve ser considerado desperdício alimentar, associado ao trabalho e estudos da Plataforma UE Perdas e Desperdício alimentar.	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 1 Alimentação sustentável: Linha de ação:1.4. Comunicação: informar, formar e educar para uma alimentação saudável e sustentável, e visando o combate ao desperdício alimentar	
N5.9: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais	Desenvolvimento de redes alimentares locais (ex; mercados de agricultores e sistemas de entrega ao domicílio)	Inexistência de uma rede de matadouros de proximidade (ruminantes)	Maior procura de produtos agrícolas por parte de setores como a restauração e o turismo	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública)			Aumento da procura pelo comércio local e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico (decorre da preocupação com pegada ecológica, e do consumo baseado na confiança)	
			Novas tendências de consumo, que integram preocupações com a sustentabilidade (redução do desperdício alimentar, cadeias curtas, questões nutricionais, menor pegada ecológica).	
			Redes alimentares locais e de pequenos canais de distribuição	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 1 Alimentação sustentável: Linha de ação:1.1. Consumo: fomentar o acesso a alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade (e.g. restauração coletiva, mercados locais, circuitos curtos).	
N6.9: Melhorar a informação e a formação do consumidor em termos de rotulagem alimentar (e.g. rotulagem nutricional front-of-pack, rotulagem de origem, formas mais sustentáveis ou diferenciadoras de processos produtivos, significado das datas de validade dos géneros alimentícios)		Baixo grau de promoção genérica e informação ao consumidor (Produção animal e vegetal)	Disponibilidade das empresas do setor agroalimentar (inc. industria e retalho) para adotar soluções voluntária de autorregulação em hábitos saudáveis de alimentação.	Sistemas de rotulagem nutricional demasiado sintéticos que por essa razão penalizem perante o consumidor produtos da dieta mediterrânea.
		Ausência de instrumentos eficazes de proteção da produção nacional (fiscalização de produtos concorrentes) designadamente na carne de bovino; apicultura e vinho	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 1 Alimentação sustentável: Linha de ação:1.2. Produtos: introduzir tecnologias e medidas de rastreabilidade e autenticidade dos produtos (como tecnologias baseadas em blockchain).	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
N7.9: Promover os produtos da gastronomia portuguesa e a sua relação com dietas saudáveis	A boa qualidade e imagem favorável de certos produtos associados à Dieta mediterrânica junto dos consumidores.	Baixa abrangência do Regime Escolar em termos de cobertura de alunos e escolas, e com tendência consistente de redução	Existência de medidas de política e orientações para incentivar a introdução de ementas mediterrânicas nos menus das refeições das cantinas escolares e de promover o tratamento do tema da DM na área de Educação para a saúde, valorizando em simultâneo a produção da agricultura familiar e dos produtos locais e de proximidade.	
	Dieta Mediterrânica reconhecida pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade, cujo padrão alimentar tem ainda adesão significativa em Portugal.	Crescente afastamento dos hábitos alimentares portugueses do modelo alimentar característico da Dieta Mediterrânica, com especial incidência nos grupos etários mais jovens.	Potencial de produção com qualidade diferenciada para a maior parte dos produtos agrícolas nacionais e com um número muito significativo de denominações de origem.	
		Menos de metade dos produtos DOP/IGP/ETG apresenta comercialização certificada	Crescimento do setor do turismo/conhecimento gastronomia portuguesa.	
			Adoção recente de uma Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável.	
			Importância dos Regimes escolar (Leite e F&H) na educação das crianças e consciencialização das famílias.	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 1 Alimentação sustentável: Linha de ação:1.3. Dieta Mediterrânica: promover e valorizar a Dieta Mediterrânica.	
N8.9: Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais		Imagem negativa do setor junto da opinião pública devido à associação das atividades agrícolas, incluindo uso de fitofármacos, a efeitos perniciosos para a saúde e ambiente.	Aprovação da Agenda de Inovação para a agricultura 20 30 - com o objetivo de criar uma sociedade mais informada e consciente sobre as suas escolhas, os contributos e impactos do setor agroalimentar na sua saúde e Bem-estar.	Insuficiência de informação conduz a mensagens não fundamentadas propagadas pela comunicação social que atribuem à agricultura de regadio malefícios não comprovados.

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima		Opinião pública desfavorável ao transporte de animais vivos (ruminantes) e bem-estar animal.	Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 2 Uma Só Saúde: Linha de ação:2.5. Avaliação de indicadores: desenvolver aplicações para a avaliação remota de indicadores de saúde humana, saúde animal, fitossanidade e higiene ambiental.	
		Opinião pública desfavorável ao olival moderno		
N1.OT: Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos.	Existência dum sistema AKIS Nacional que envolve o SCTN, os produtores e suas organizações, as entidades públicas setoriais, as parcerias (Clusters, Centros de competência, CoLab), o SAAF, as empresas privadas e a Rede Rural Nacional	O sistema de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS) caracteriza-se pela sua fragmentação e baixa integração.	A Agenda de investigação e inovação para a Agricultura e sustentabilidade dos territórios rurais 2020 / 2030 constitui-se como um referencial estratégico para a estruturação do sistema de Conhecimento e Inovação Nacional (AKIS)	
	Portugal tem uma única rede rural nacional, que assegura também a ligação com as redes Europeias (Rede PEI AGRI e Rede Europeia do DR)	A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.	Potencial para investigação e desenvolvimento baseado em centros de competências e grupos operacionais	
	Representação nacional no SCAR-AKIS com um representante nacional como elo de ligação e no subgrupo Inovação da PEI AGRI	Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da UE	Integração nos processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e com margem para maior aplicação	
	Convergência da capacidade em investigação e inovação face à média da UE27 na última década	Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, com reduzida partilha de conhecimentos no setor	Facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	<p>Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela UE desde 2000</p>		<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 9 Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: Linha de ação:9.5. Inovação: apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos). Iniciativa 11 Transição Agro energética: Linha de ação:11.1. Redes colaborativas: apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos. Iniciativa 12 Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.1. Investigação e inovação: estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.</p>	
	<p>Forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais</p>			
<p>N2.OT: Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas.</p>	<p>Estruturas experimentais e de investigação/experimentação com boa presença no território o que potencial a divulgação da inovação.</p>	<p>Maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas</p>	<p>Tecnologia / digitalização - crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente ao nível da agricultura de precisão..., com vista a melhorias de eficiência na utilização dos fatores de produção, nomeadamente do solo e da água</p>	<p>Insuficiente produção e transferência de conhecimento adaptada às condições da agricultura PT</p>

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	<p>Existe uma rede com infraestruturas de apoio à inovação com representação nacional ligadas ao setor público</p> <p>Existência de prestadores de serviços especializados na área da Agricultura de Precisão e da transformação digital (serviços de maquinaria, consultoria, etc.)</p>	<p>Custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios são barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar</p>	<p>Orientação para o incremento da inovação, melhorias tecnológicas e formação</p> <p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 8 Agricultura 4.0: Linha de ação:8.1. Agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia; 8.2. <i>Digital Innovation Hub</i> (DIH): apoiar e divulgar os DIH no setor agroalimentar; 8.3. Tecnologia: adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão, nomeadamente IoT, aplicações suportadas por inteligência artificial (IA), automação e robótica. Iniciativa 13 Rede de Inovação: Linha de ação:13.1. Infraestruturas e equipamentos: recuperar e modernizar infraestruturas e equipamentos na rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura; 13.2. Unidades de demonstração de produção e tecnologia: conceber unidades demonstrativas com modelos de produção modernos de elevada competitividade e unidades de produção tecnológica de última geração, para antecipação e preparação de cenários competitivos a médio prazo.</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<p>N3.OT: Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores.</p>	<p>As entidades prestadoras de serviços de aconselhamento agrícola e florestal encontram-se dispersas por todo o território nacional, com recursos humanos com competência técnica e com relação de confiança estabelecida com os agricultores.</p>	<p>Pese embora a qualificação média dos agricultores tenha melhorado ainda se encontra em níveis baixos</p>	<p>Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»:Iniciativa 4 Adaptação às alterações climáticas: Linha de ação: 4.7. Comunicação: promover ações de capacitação e sensibilização sobre as responsabilidades ambientais e para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas.Iniciativa 10 Excelência da organização da produção: Linha de ação:10.2. Capacitação: capacitar as organizações de produção em gestão profissional, inovação organizacional, economia circular, de marketing e de comércio externo, promovendo a sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados.Iniciativa 12 Promoção da investigação, inovação e capacitação: Linha de ação:12.2. Formação, educação e capacitação: definir linhas orientadoras para o período 2020-2030; 12.3 Capacitação técnica: promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores, dotar o setor e os serviços de capacidade técnica e conhecimento atualizado; 12.4. Partilha do conhecimento: promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem entre pares, reforçando a cooperação intertemática, inter-regional e internacional.Iniciativa 15 Reorganiza: Linha de ação:15.4. Formação e capacitação: desenvolver e promover ações de formação dos recursos humanos e capacitação dos organismos.</p>	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
	Existência de áreas regulamentadas de formação: entidades formadoras em todas as regiões, com formadores com experiência nas áreas da formação específica setorial regulamentada	Falta de formação de técnicos em áreas inovadoras		
	Setores produtivos com predomínio de agricultores jovens com formação superior (agrícola e não agrícola)	Apoio (formação e aconselhamento) aos agricultores restringido ao preenchimento/cumprimento das obrigações resultantes dos apoios da PAC		
	A rede de ensino agrícola (técnica e superior) encontra-se dispersa por todo o território.	Formação profissional maioritariamente em contexto de sala e desligada da prática agrícola		
	Organizações de agricultores consolidadas que oferecem diversos tipos de consultoria aos seus associados	Produtores com baixa escolaridade e formação profissional		
		Os recursos humanos afetos ao SAAF, apresentam necessidade de formação e atualização conhecimentos mais alargada a outros temas, nomeadamente escoamento produção / gestão produção/ inovação. O plano negócio exige um tipo de aconselhamento que o SAAF no modelo atual não apresenta. Áreas temáticas definidas pela legislação em vigor não estão adaptadas às necessidades dos agricultores.		
		Subsistema de investigação com fraca ligação a agricultores e serviços de SAAF.		
N4.OT: Incentivar a transição digital na agricultura	Setores mais especializados do complexo agroflorestal com aumento da acessibilidade às TIC	Falta de mão-de-obra especializada, nomeadamente ao nível da formação profissional para a área da digitalização	Comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares	Problemas de cibersegurança

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
		A conectividade é reduzida no meio rural onde se encontram a maioria das explorações	Enquadramento político europeu / nacional favorece adoção da digitalização e modernização do sector (intensificação sustentável, volatilidade de preços, alterações climáticas)	Questões legais relacionadas com propriedade dos dados e privacidade
		Cobertura total de banda larga de 30 MBPS em áreas rurais de quase 80% (NGA) apesar de superior à média europeia de apenas quase 50% ainda considerada insuficiente.	Disponibilização por parte da Instituições nacionais e internacionais de dados de acesso gratuito (Ex: Sentinel)	Atraso e lentidão nos processos de apoio público ao Investimento em Banda Larga, designadamente nas zonas rurais
			Estratégia de digitalização facilitadora do acesso à informação	
			Noção geral entre os gestores agrícolas de que a inovação e a transformação digital são o caminho necessário para o futuro e para uma agricultura sustentável	
			Novas tecnologias - Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas atividades económicas e sociais locais	
			Tendência da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico	
			Aprovação da «Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30»: Iniciativa 8 Agricultura 4.0: Linha de ação:8.4. Dados: explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores); promover a recolha de dados sobre a atividade agrícola na exploração e a pecuária extensiva, regulamentação e governança no uso dos dados; 8.5. Conhecimento: lançar um programa de	

Necessidades	FORTE	FRACO	OPORTUNIDADE	AMEAÇA
			<p>capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital e inovar na transferência/partilha de conhecimento e tecnologia, que promova o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres.</p> <p>Iniciativa 15 Reorganiza: Linha de ação:15.2. Restruturação: propor medidas de reorganização orgânica, de procedimentos, de partilha e interoperabilidade de dados e informação; 15.3. Digitalização: implementar medidas para consolidar a aposta na transição digital.</p>	

DRAFT